



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 287922/22

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Índice de Peças

1. Formulário de Encaminhamento
2. Extrato de Autuação
3. Formulário de Dados (I - Formulário de Dados)
4. Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)
5. Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
6. Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)
7. Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DF)
8. Dem
9. Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstração)
10. Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)
11. Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno)
12. Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)
13. Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)
14. Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer Auditores Independetes)
15. Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho de Administraç)
16. Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)
17. Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)
18. Termo de Distribuição

1. Formulário de Encaminhamento



FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: **2021**

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercício)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DF)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrimônio)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstrações)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do Estado)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contábeis)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer Auditores Independentes)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho de Administração)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)
- Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 28 de abril de 2022 17:27:01

2. Extrato de Autuação



EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 287922/22

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 287922/22

ASSUNTO: **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ano de exercício: 2021

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**

Gestor atual: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

Gestor das Contas: **LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Formulário de Dados (I - Formulário de Dados)
- Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)
- Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)
- Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercício)
- Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DF)
- Dem. das Mutações do Patr. Líquido - DMPL (VI - Demonstração das Mutações do Patrimônio)
- Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstrações)
- Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)
- Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno)
- Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do Estado)
- Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contábeis)
- Parecer de Auditores Independentes (XIII - Parecer Auditores Independentes)
- Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho de Administração)
- Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)
- Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)

PETICIONÁRIO: **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, CNPJ 79.621.439/0001-91, através do(a) Representante Legal LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA, CPF 329.602.648-78**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 28 de abril de 2022 17:27:53

3. Formulário de Dados (I - Formulário de Dados)

PRESIDÊNCIA
FORMULÁRIO DE DADOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL

1.	ASSUNTO
	PRESTAÇÃO DE CONTAS ESTADUAL – EXERCÍCIO DE 2021
2.	ENTIDADE
	Nome: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA CNPJ: 79.621.439/0001-91
3	GESTOR DAS CONTAS Período: 01/01/2021 a 31/12/2021
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78
4.	GESTOR ATUAL
	Ato de Nomeação: Decreto nº 143/2019 Cargo: Diretor Presidente Nome: Luiz Fernando Garcia da Silva CPF: 329.602.648-78
5.	CONTROLADOR INTERNO
	Ato de Nomeação: Portaria nº 223/2020 Cargo: Coordenador de Controle Interno Nome: Flavio Jose Lopes Galli CPF: 067.500.639-26
6.	DECLARAÇÃO
	Declaro, para os fins legais, que as informações constantes deste formulário são verdadeiras e estou ciente de que a falta de qualquer documento exigido na Instrução Normativa nº 168/2021 poderá ocasionar a irregularidade e demais responsabilidades previstas em lei e nos atos normativos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Paranaguá, 22 de abril de 2022 Luiz Fernando Garcia da Silva Diretor-Presidente (Assinado digitalmente)

4. Relatório da Administração (II - Relatório da Administração)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Apresentação

A Portos do Paraná apresenta o Relatório da Administração, que traz as principais atividades e ações realizadas ao longo do ano.

O documento reforça o papel do Governo do Estado com a transparência na gestão pública e serve de apoio gerencial aos empregados, colaboradores e administradores, além de prestar contas aos usuários e sociedade.

Palavra do Governador

Todos sabemos o quanto 2021 foi difícil. A pandemia trouxe mudanças significativas na vida de todos e os desafios econômicos e sociais exigiram muito trabalho. Enquanto o mundo enfrentava mais um ano de recessão, o Paraná teve o melhor saldo de empregos dos últimos 18 anos, sendo o Estado do Sul do Brasil que mais abriu vagas.

Com avanço de 9%, a indústria paranaense foi a terceira que mais cresceu no país – quase o dobro da média nacional, de 4,7%.

No agronegócio, setor que teve o melhor desempenho no PIB Brasil, a participação paranaense foi fundamental. Mesmo com as condições climáticas desfavoráveis, o Estado respondeu por 13% das exportações do agro brasileiro, no ano. Foram mais de US\$ 19 bilhões em produtos exportados, com destaque para a soja, carne de frango, açúcar e madeira.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Todos estes resultados passaram, de alguma forma, pelos Portos do Paraná. Desde a chegada dos insumos importados, essenciais para a indústria e para o campo, até o envio do que é produzido aqui para o mundo inteiro.

Os portos de Paranaguá e Antonina registraram a maior movimentação da história, com 57.520.122 toneladas de cargas. Um recorde que só foi possível graças aos esforços de cada trabalhador e usuário.

O cenário mostra a resiliência do setor portuário paranaense, que mesmo durante uma imensa crise cresceu, inovou e atraiu investimentos. O potencial de crescimento é imenso e a eficiência dos serviços já foi mais que comprovada.

Obrigado!

Carlos Massa Ratinho Júnior
Governador do Paraná

Palavra do Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Seria impossível imaginar um movimento disruptivo tão intenso quanto o que vivemos em 2020. Os efeitos da pandemia, que continuaram em 2021, trouxeram um novo senso de urgência, colaboração, propósito e impacto. Graças ao empenho dos trabalhadores portuários, empresários e investidores, os Portos do Paraná enfrentaram os desafios e assumiram a função de liderar e fomentar a recuperação econômica, o desenvolvimento regional, a geração de emprego e renda na comunidade local.

Os portos de Paranaguá e Antonina são, por vocação, protagonistas no cenário nacional. A empresa pública, que administra este complexo, tem a missão de ser, aos olhos

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

do Brasil, referência. E aos olhos dos paranaenses, uma porta de oportunidades de negócios e qualidade de vida.

Os investimentos em infraestrutura, com a realização de grandes obras e projetos, se somaram aos programas de cuidado com o meio ambiente, ações para saúde, fomento ao turismo e à cultura caiçara.

Mais do que recordes, toneladas de cargas e dados financeiros, este Relatório de Gestão revela o papel fundamental da atividade portuária na realidade de milhares de pessoas. Além do mar, os portos paranaenses se voltaram para a sociedade e reforçaram a preocupação com a comunidade que é, de alguma forma, impactada por eles.

Ao fim, se estamos falando de inovação e impacto, seguimos aprendendo a reagir de maneira coletiva às mudanças dos ventos, que nos levarão à novas direções inimagináveis. A Portos do Paraná fecha 2021 bem-posicionada para estas transições, com solidez financeira e jurídica, um corpo técnico altamente capacitado e uma cultura voltada para o espírito público e comprometida com o desenvolvimento.

Sandro Alex

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

Palavra do Diretor-Presidente

Os Portos do Paraná movimentam em 2021 o maior volume de cargas da história. Juntos, Paranaguá e Antonina alcançaram a marca de 57.520.122 toneladas movimentadas e bateram 10 recordes de operação.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Pelo segundo ano consecutivo, recebemos o prêmio Portos + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, como a Melhor Gestão Portuária do país. Lideramos também na categoria Execução dos Investimentos Planejados, com índice de 76,1%.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Antaq, nos posicionou em 1º lugar, entre os portos públicos organizados, no quesito Conformidade Regulatória e em 2º lugar no Índice de Desempenho Ambiental.

Fomos, novamente, a única autoridade portuária do mundo a palestrar na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP-26, que aconteceu em Glasgow, na Escócia.

Focados no desenvolvimento sustentável, tiramos do papel uma obra que era esperada há anos pela comunidade portuária. A derrocagem da Pedra da Palangana, no canal de acesso do Porto de Paranaguá, dá maior segurança à navegação e aumenta a capacidade de embarque. O investimento soma R\$ 26 milhões em recursos próprios.

Lançamos o edital de licitação do projeto do cais leste, o moegão, que prevê uma nova pera ferroviária de acesso para agilizar o descarregamento de vagões. Um investimento de cerca de R\$ 500 milhões.

Quatro concessões portuárias paranaenses foram classificadas pelo Governo Federal como prioridades nacionais. Elas representam um terço dos 12 novos projetos de infraestrutura elencados pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Além do arrendamento de três áreas para movimentação de granéis sólidos (PAR9, PAR14 e PAR15), o PPI aprovou o estudo da concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Essa é a primeira tentativa de concessão deste tipo, que prevê a administração privada do trecho de hidrovia que liga o porto ao mar aberto. A previsão é de R\$ 5 bilhões de investimentos em 35 anos.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Assumindo o pioneirismo e o compromisso com a inovação, a Portos do Paraná também deu andamento ao convênio de cooperação técnica com a Fundación Valenciaport, referência no setor portuário mundial.

A pareceria prevê capacitação na construção do Port Collaborative Decision Making (PCDM) e do Port Community System (PCS), com o objetivo de reduzir tempo e custos operacionais.

Não poderia deixar de citar aqui as ações importantes realizadas no combate ao coronavírus. A vacinação de quase 19 mil portuários foi essencial e garantiu a continuidade das operações, com segurança.

Além disso, desde o início da pandemia, os portos investiram mais de R\$ 14 milhões de reais no monitoramento e atendimento a caminhoneiros e portuários.

Empresas e sindicatos do setor se uniram ao poder público e, juntos, realizaram a doação de 9 mil cestas básicas para a população vulnerável do Litoral.

Cada uma destas conquistas, que serão detalhadas ao longo deste Relatório, só foi possível pelo empenho de toda diretoria executiva, funcionários, parceiros, usuários e investidores.

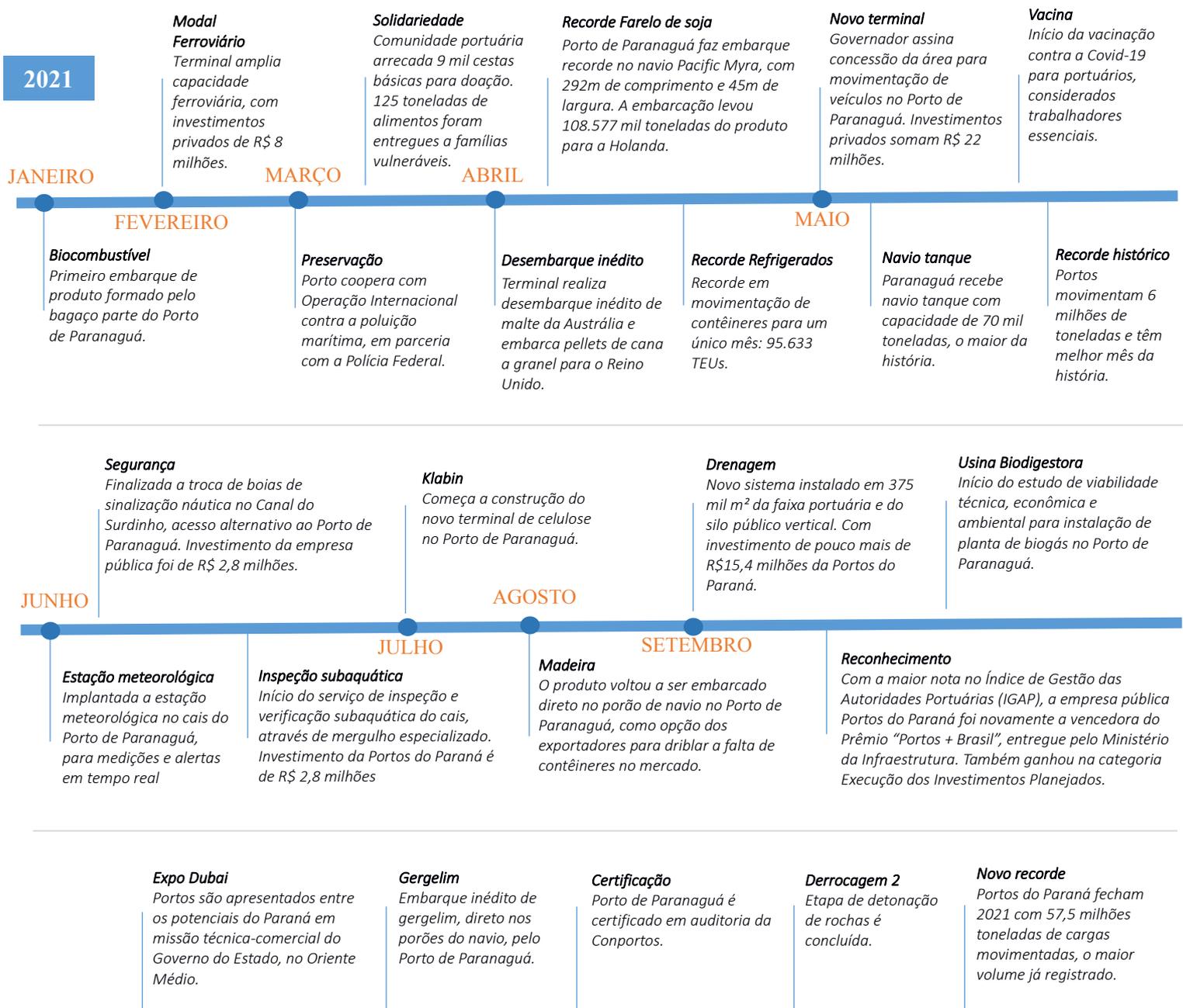
O documento é, ainda, uma declaração dos valores que o Governo do Paraná adota na gestão portuária, incluindo a transparência, integridade e diálogo.

Luiz Fernando Garcia da Silva

Diretor-presidente da Portos do Paraná

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

LINHA TEMPORAL 2021



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

OUTUBRO

Prêmio

Portos do Paraná recebem prêmio de 1º lugar em Conformidade Regulatória e 2º em Desempenho Ambiental, pela ANTAQ.

NOVEMBRO

Derrocagem

Início da etapa de remoção de rochas da Pedra da Palangana.

DEZEMBRO

COP26

Portos do Paraná foi a única autoridade portuária do mundo convidada a participar da Conferência do Clima, em Glasgow, na Escócia.

Moegão

Governador lança edital do projeto Cais Leste, que vai receber investimento de R\$ 500 milhões.

2022

Cães de faro

Guarda Portuária do Paraná é pioneira na utilização de cães para combate ao tráfico de drogas.

CAPÍTULO 1- MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

✓ **57.520.122 TONELADAS (0,3% a mais que 2020)**

NOVA MARCA HISTÓRICA

EXPORTAÇÕES – 33.132.736 MILHÕES DE TONELADAS (57,6% do total)

IMPORTAÇÕES – 24.387.386 MILHÕES DE TONELADAS (42,4% do total)



AS EXPORTAÇÕES SUPERAM AS IMPORTAÇÕES EM UM SALDO POSITIVO DE MAIS DE

US\$3,5 BILHÕES, SEGUNDO O MDIC.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

✓ **PORTO DE PARANAGUÁ**

Mais de 11,5 mil toneladas movimentadas por metro linear de cais.

✓ **PORTO DE ANTONINA**

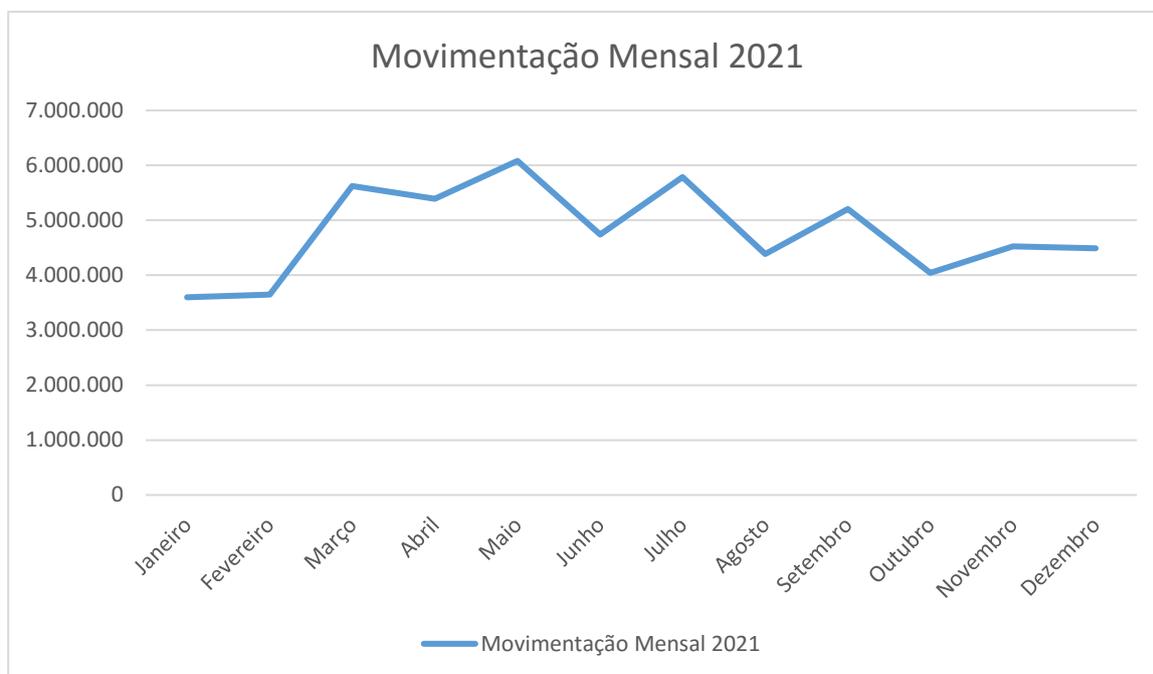
1.479.581 Toneladas movimentadas 58% a mais que a movimentação de 2020.

ATRACAÇÕES 2021	
Tipo Navio	Quantidade
GRANEL SOLIDO	1014
FULL CONTEINER	693
GRANEL LIQUIDO	524
CARGA GERAL	93
RO-RO	82
PCC	42
APOIO MARÍTIMO	8
MARINHA	2
DRAGAGEM	8
APOIO PORTUÁRIO	4
RECORDE HISTÓRICO - 2.470	

*Longo curso – 2.278/ Cabotagem – 192

MOVIMENTAÇÃO 2021 MÊS A MÊS		
Mês	Volume (toneladas)	Atracações
Janeiro	3.598.674	182
Fevereiro	3.648.538	173
Março	5.622.551	221
Abril	5.391.766	210
Maio	6.081.354	232
Junho	4.738.722	211
Julho	5.785.426	224
Agosto	4.386.067	188
Setembro	5.207.929	209
Outubro	4.043.048	199
Novembro	4.524.795	205
Dezembro	4.491.255	209

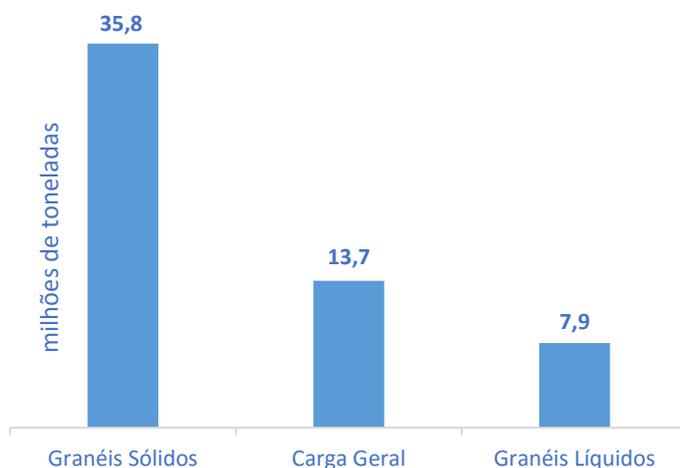
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA



MOVIMENTAÇÃO 2020 – POR SEGMENTO DE CARGA

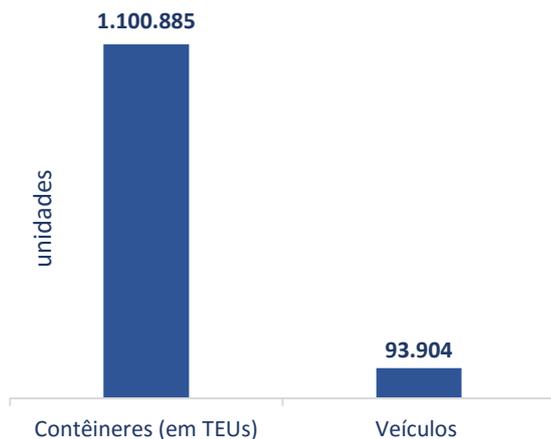
➤ **TOTAL**

- Granéis Sólidos – 35,80 milhões de toneladas
- Carga Geral – 13,7 milhões de toneladas
- Granéis Líquidos – 7,9 milhões de toneladas



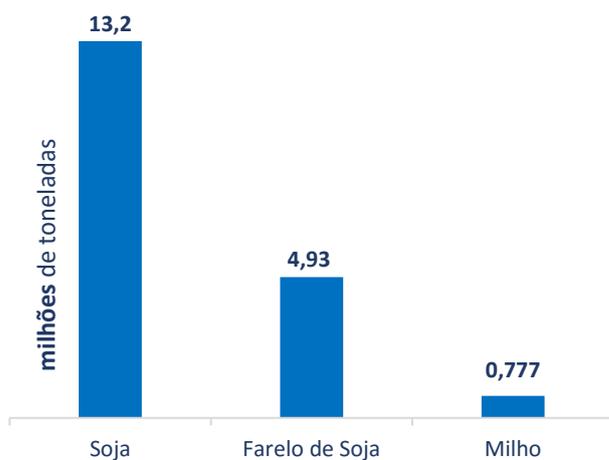
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- Contêineres (em TEUs) – 1.110.885
- Veículos (Unidades) – 93.904



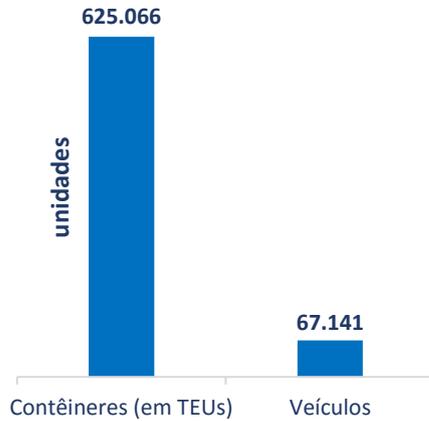
➤ **EXPORTAÇÕES**

- Soja (em toneladas) – 13,20 milhões
- Milho (em toneladas) – 777 mil
- Farelo de Soja (em toneladas) – 4,93 milhões



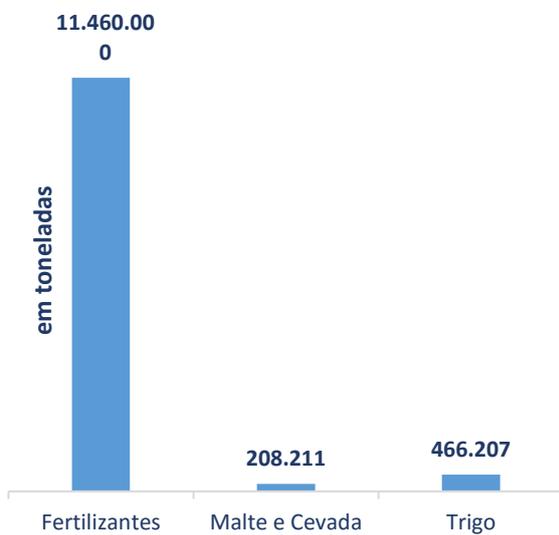
- Contêineres (em TEUs) – 625.066
- Veículos (em unidades) – 67.141

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA



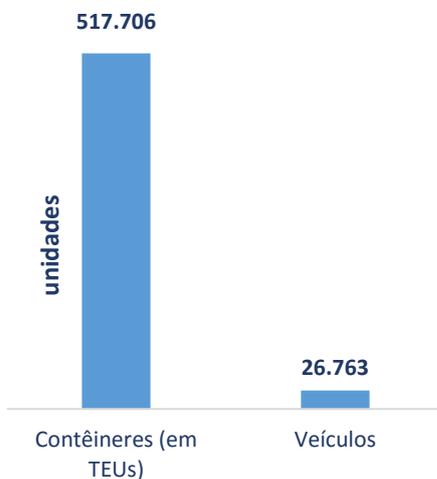
➤ **IMPORTAÇÃO**

- Fertilizantes (em toneladas) – 11,46 milhões
- Trigo – 208.211
- Malte e Cevada – 466.207



- Contêineres (em TEUs) – 461.734
- Veículos (em unidades) – 18.290

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

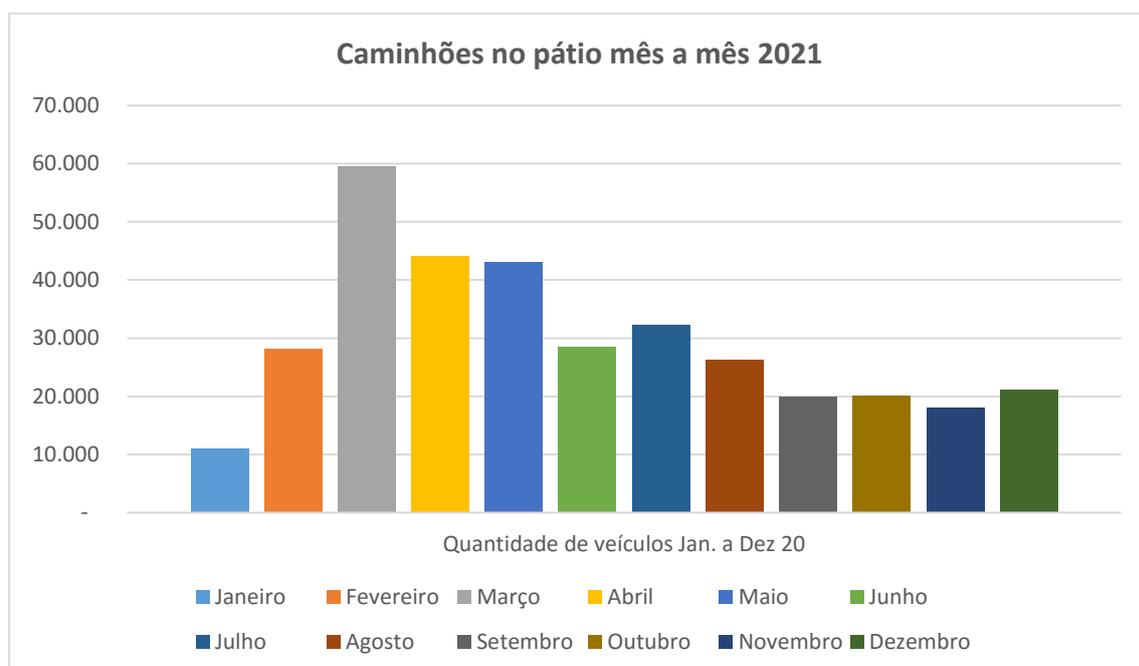


CORREDOR DE EXPORTAÇÃO OESTE

- 16,74 milhões de toneladas

MOVIMENTO DOS CAMINHÕES NO PÁTIO DE TRIAGEM 2021:

No ano, 352.441 de caminhões chegaram no pátio.



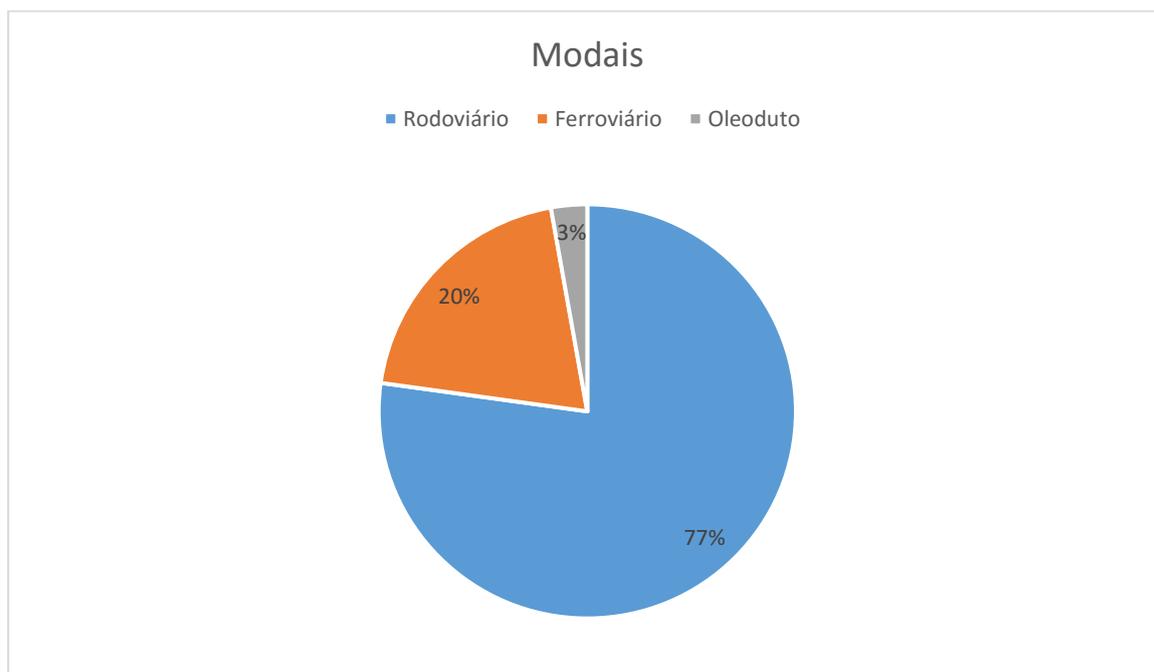
MOVIMENTO DOS VAGÕES

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Total que chegou por vagão em 2021 - 10.722.604 toneladas

VAGÕES POR PRODUTO		
JANEIRO a DEZEMBRO 2021		
Mercadoria	Qtde Vagões	Toneladas
Açúcar	51.917	3.820.371
Biodiesel	141	6.702
Celulose	12.808	819.680
Container	34.023	1.075.029
Farelo	19.019	922.738
Farelo Hipro	6.791	329.153
Milho	3.563	213.291
Óleo Vegetal	0	0
Pallets	133	133
Soja	62.292	3.535.508
Total	190.687	10.722.604

MODAIS



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Os portos de Paranaguá e Antonina registraram, em 2021, sete recordes históricos. Em três anos, são quase 30 marcas superadas.

Algumas delas:

2019

- Porto de Paranaguá registra recorde na descarga de vagões;
- Corredor de Exportação tem movimento mensal histórico em junho;
- Paranaguá registra recorde diário de embarque de milho um único berço de atracação;
- 90 mil toneladas de farelo de soja embarcadas em um único navio graneleiro;
- Porto de Paranaguá bate recorde no embarque de açúcar a granel;
- Portos do Paraná alcançam nova marca histórica de movimentação em 2019: 53.203.775 toneladas;

2020

- Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) movimenta 84.601 TEUs (unidade de medida equivalente a 20 pés) em 31 dias;
- O Pátio de Triagem do Porto de Paranaguá teve recorde de movimentação de caminhões;
- Maior movimentação mensal já registrada no Corredor de Exportação;
- Maior navio de farelo de soja recebido: 292 metros e 103 mil toneladas de produto;

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- Novo volume recorde de farelo de soja em um único navio;
- TCP movimentou 2.083 TEUs em um único navio
- Melhor setembro da história, com 5.261.752 toneladas movimentadas
- Melhor mês de outubro da história: 5.048.117 toneladas
- Maior operação de embarque de ônibus em uma única operação com 157 ônibus
- Recorde movimentação de cargas com 57.339.307 toneladas

2021

- Recorde no embarque de farelo de soja 108 mil toneladas
- Melhor março em movimentação de cargas 5,6 milhões toneladas
- Novo recorde de caminhões no pátio - 59.611 em 31 dias
- Recorde na descarga de fertilizantes no 1º semestre, com 5.197.527 toneladas
- Melhor semestre da história em movimentação com 28.177.335 toneladas
- TCP alcança 1 milhão de TEUs movimentados
- Recorde movimentação de cargas com 57.520.122 toneladas

CAPÍTULO 2 – OBRAS E PROJETOS

Em 2021, a Portos do Paraná investiu mais de R\$ 222 milhões em obras, serviços e projetos. Além da derrocagem, que encerrou o ano 75% concluída, foram realizadas ações

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

de infraestrutura marítima, terrestre e de acesso, essenciais para manter a segurança da navegação e a competitividade no cenário logístico e portuário.

OBRAS		
OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO (%)
Manutenção de pavimentos	R\$ 5.739.683,28	79,50%
Manutenção viária nas áreas sob responsabilidade dos Portos do Paraná	R\$ 4.666.065,40	17,58%
Construção de sete edificações de apoio com sanitários na faixa portuária do Porto de Paranaguá.	R\$ 1.872.292,19	59,89%
Reparos e melhorias do trapiche do Rocio, Paranaguá- PR, novos trapiches em Ponta da Pita e Portinho em Antonina e Valadares, Itiberê em Paranaguá	R\$ 17.170.807,03	37,32%
Recuperação da cortina de contenção do berço 208, entre cabeços 45 e 48 do Porto de Paranaguá.	R\$ 11.290.192,59	68,13%
Demolição do Silo de 10.000 toneladas do Porto de Paranaguá	R\$ 3.470.440,79	33,22%
Projetos executivos e realização das obras de reforma da sede administrativa da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA).	R\$ 476.425,36	68,94%
Reforma de edificações da APPA, visando adequar as instalações portuárias para atendimento às normas internacionais de segurança para controle de acessos e monitoramento (ISPS-CODE).	R\$ 3.160.573,75	0,00%
Instalação de novas defensas e manutenção das defensas de borracha dos berços de atracação da APPA	R\$ 1.616.808,13	64,14%
Dragagem de Manutenção Continuada	R\$ 481.281.243,55	51,66%
Recuperação e proteção dos elementos estruturais do Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá.	R\$ 28.248.913,43	44,70%
Dragagem de aprofundamento junto aos novos dolphins de atracação e amarração situados no extremo leste do cais comercial do Porto de Paranaguá	R\$ 28.670.031,18	90,75%
Elaboração de Projeto Executivo, bem como a execução das Obras de Derrocamento submarino.	R\$ 32.634.779,92	73,45%
Manutenção Civil nas instalações da APPA (8 lotes)	R\$ 8.439.547,46	53,44%
TOTAL	R\$ 628.737.804,06	

PROJETOS		
OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO (%)
Projeto para a construção do novo edifício almoxarifado da APPA	R\$ 237.003,40	88,04%
Projeto executivo para restauração da Av. Ayrton Senna da Silva (8,1 km de extensão).	R\$ 1.670.595,78	86%
Projetos executivos complementares e realização das obras de reforma da sede administrativa da Administração	R\$ 476.425,36	68,94%
Projeto básico de adequação da rede de distribuição de água do Porto Organizado de Paranaguá.	R\$ 44.900,00	0,00%

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Projeto Básico do novo Sistema Integrado de Exportação de Graneis Sólidos do Corredor de Exportação Leste (COREX) do Porto de Paranaguá atualizado e moderno, em substituição ao existente.	R\$ 3.223.580,32	100,00%
Projeto básico de adequação e modernização da iluminação da Faixa Portuária do Porto de Paranaguá	R\$ 48.900,00	100,00%
TOTAL	R\$ 5.701.404,86	

SERVIÇOS		
OBJETO	VALOR	EXECUÇÃO (%)
Serviços técnicos especializados de acompanhamento, supervisão e apoio à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) na Fiscalização de Obras/Serviços	R\$ 4.851.552,40	29,57%
Contratações de Serviços de sinalização viária.	R\$ 149.944,01	0,00%
Fornecimento e instalação de grades metálicas para atender as exigências da auditoria realizada pela CONPORTOS/CESPORTOS para atender o ISPS-CODE.	R\$ 45.700,00	100,00%
Limpeza e desobstrução de elementos de drenagem pluvial e de esgoto sanitário, incluindo o transporte e destinação final dos resíduos e efluentes	R\$ 603.983,16	100%
Roçada	R\$ 1.994.770,61	100%
Manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de ar-condicionado	R\$ 262.809,15	80,78%
Fornecimento de materiais elétricos	R\$ 1.920.553,81	49,31%
Manutenção, abastecimento e locação da frota	R\$ 2.619.052,21	16,09%
Serviço de manutenção elétrica predial, industrial preventiva e corretiva de alta e baixa tensão	R\$ 2.619.052,21	16,09%
Manutenção preventiva e corretiva de Grupos moto-gerador e diesel	R\$ 73.799,60	79,75%
Fornecimento de óleo mineral branco grau USP para aplicação no silo vertical da APPA	R\$ 2.699.550,00	50,06%
Serviços de intervenções de Manutenção em Parada Programada para atendimento às necessidades do Complexo do Corredor de Exportação (6 lotes)	R\$ 19.779.990,80	28,85%
Contratação de empresa especializada para adequação da Subestação do Palácio Taguaré.	R\$ 132.000,00	0,00%
Serviços de rastreamento e monitoramento de veículos	R\$ 8.249,76	16,66%
Contratação de empresa especializada em fornecimento, implantação e manutenção contínua de sinalização náutica.	R\$ 6.150.974,74	91,44%
Contratação de serviços de levantamentos hidrográficos multifeixe, categorias A e B	R\$ 4.465.613,88	46,78%
Aquisição de materiais necessários na manutenção do fundeio de balizamento náutico	R\$ 1.930.000,00	73,44%

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Prestação de serviços de mergulho especializado para inspeção e verificação subaquática de estruturas do cais do Porto de Paranaguá.	R\$ 2.810.290,18	38,90%
TOTAL	R\$ 53.117.886,52	

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS 2022 A 2023

- Contratação e gerenciamento do projeto Cais Leste (Moegão) - execução das obras rodoferroviárias
- Demolição AZs 10, 12,12A ,13 e 13A
- Contratação trapiches nas ilhas de Piaçaguera, Vila Maciel, Amparo, Eufrasina, Europinha e Teixeira
- Execução do Dólfim do Píer de Inflamáveis;
- Estudo de Viabilidade técnica de elevação dos dutos de inflamáveis;
- Execução das obras de substituição do telhado da Sede Administrativa, incluindo a instalação de sistema fotovoltaico;
- Adequação do sistema de iluminação Faixa Portuária;
- Execução das obras de remodelação de água e esgoto;
- Execução de edifício almoxarifado.

Avanço da Derrocagem traz mais segurança para a navegação e para o meio ambiente nos portos paranaenses

Em 2021, a Portos do Paraná avançou com boa parte de uma das obras mais aguardadas pela comunidade portuária no Estado: a derrocagem de pontos rasos do maciço de rochas conhecido como “Pedra da Palangana”, localizada no canal principal de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

acesso ao Porto de Paranaguá, o Canal da Galheta, um pouco à frente do Terminal de Contêineres.

OBJETIVOS DA OBRA:

- Redução dos riscos à navegação e ao meio ambiente;
- Aumentar a profundidade atual que, no trecho mais crítico, é inferior a 12 metros, será atualizada;
- Melhorar a capacidade, produtividade, eficiência o que mantém a competitividade dos portos do Paraná e impacta, diretamente, no desenvolvimento de toda a região.

A obra teve início em 06 de setembro de 2021, já a fase de perfurações e detonações terminou em dezembro. Em 2022 será realizada a fase de remoção.

As pedras serão britadas e entregues à municípios do Litoral para uso em obras de infraestrutura.

QUANTO ESTÁ SENDO REMOVIDO:

22,3 mil metros cúbicos, cerca de 12% do total do complexo (que tem mais de 200 mil metros cúbicos)

INVESTIMENTO TOTAL

R\$ 26 milhões.

LICENÇA:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

A licença para a execução foi concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A derrocagem foi inserida na Licença de Instalação 1144/2016, da dragagem de aprofundamento de 2017/2018, e seguiu todos os passos exigidos pela legislação, incluindo a realização de audiência pública e programas de comunicação social.

MONITORAMENTO/PRONTIDÃO

Todo o procedimento foi acompanhado – desde a contratação, e seguirá até um ano após a conclusão da obra – por monitoramento ambiental específico. Inclusive, durante a obra, a Portos do Paraná contratou uma Unidade Móvel de Estabilização de Fauna para prestar primeiros socorros aos animais que, eventualmente, foram afetados durante a obra.

Foram montadas seis tendas para atendimento inicial, com tanques e piscinas com circulação de água. O local estava pronto para atender diferentes espécies: peixes, quelônios (tartarugas), aves e espécies maiores, como cetáceos (botos). Porém, felizmente, as ocorrências às espécies foram mínimas.

ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS

O Governo Federal qualificou, em 2021, quatro concessões portuárias paranaenses como prioridades nacionais. Elas representam um terço dos 12 novos projetos de infraestrutura elencados pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

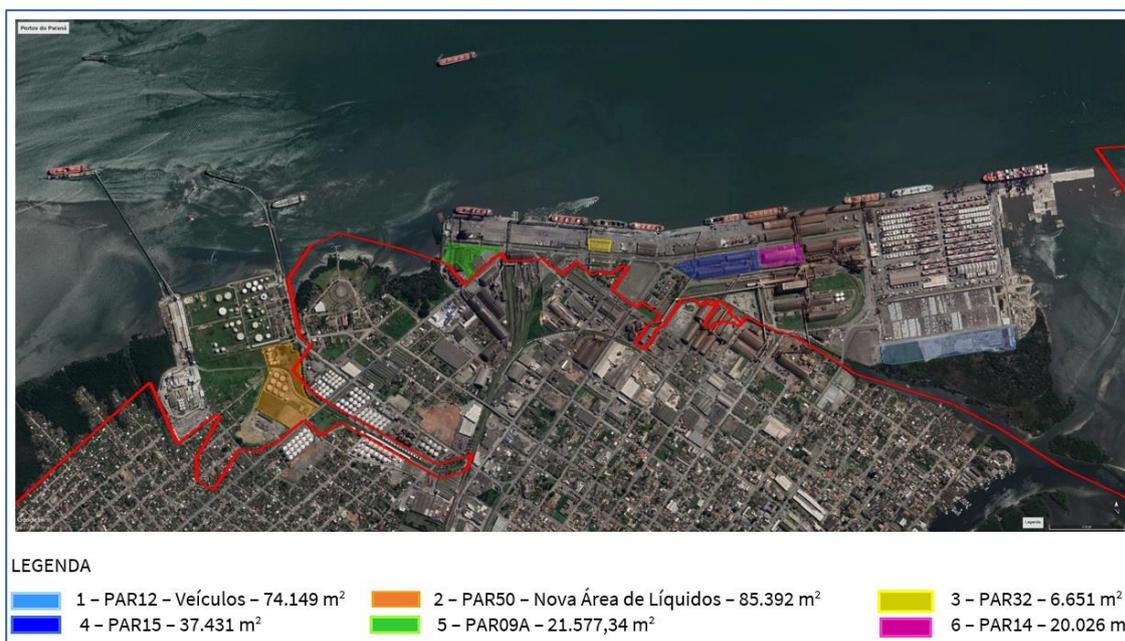
Além do arrendamento de três áreas para movimentação de granéis sólidos (PAR09, PAR14 e PAR15), dos leilões previstos para 2022 (PAR32 e PAR50), o PPI aprovou o estudo da concessão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. Essa é a primeira tentativa de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

concessão deste tipo, que prevê a administração privada do trecho de hidrovia que liga o porto ao mar aberto. A previsão é de R\$ 5 bilhões de investimentos em 35 anos.

Confira os detalhes das novas áreas:

Lote	Investimento aproximado	Tipo de Carga	Área
PAR32	R\$ 29.456.000,00	Carga Geral	6.651 m ²
PAR50	R\$ 338.192.000,00	Granéis Líquidos	85.392 m ²
PAR09	R\$ 326.817.932,99	Granéis Sólidos Exportação	21.577 m ²
PAR15	R\$ 309.633.796,14	Granéis Sólidos Exportação	37.431 m ²
PAR14	R\$ 50.000.000,00	Granéis Sólidos Exportação	20.026 m ²



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Em ambiente virtual, a empresa pública apresentou e recebeu sugestões para o aprimoramento da documentação necessária para a realização do certame das áreas PAR

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

32 - terminal portuário destinado a carga geral, com ênfase em açúcar ensacado; e a PAR50 - destinada à movimentação de graneis líquidos.

A Portos do Paraná ainda apresentou à comunidade o projeto de centralização da descarga ferroviária em uma moega exclusiva para trens no Corredor de Exportação da região Leste do Porto de Paranaguá. A audiência pública do plano, conhecido como “Moegão”, também foi online.

INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA

A Portos do Paraná investiu cerca de R\$ 27 milhões em tecnologia na melhoria das salas multimídia, aquisição de 175 novos computadores, novo cabeamento, celulares, rádios comunicadores, softwares e treinamentos.

INVESTIMENTO PRIVADO

Dentro da faixa primária, a Klabin iniciou a construção de um armazém para celulose e bobinas de papel.

Na retroárea, o Terminal Oeste (Toex) fechou o ano com alvarás e licenciamentos prontos para iniciar a construção de um armazém com capacidade estática para até 88 mil toneladas de graneis sólidos de exportação (soja, farelo, milho). Com a construção do silo, a empresa vai se interligar, em 843 metros de esteiras já construídas, à estrutura pública de operação no berço 201.

CAP TERMINAIS - A Cavalca Administração Portuária investiu cerca de R\$100 milhões na construção de novas esteiras que ligam o armazém – com capacidade estática para 55

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

mil toneladas – ao berço 201. O terminal começou a embarcar no cais oeste em março deste ano.

A Pasa, que também opera graneis sólidos, recebeu da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq), autorização para dar início à primeira fase do projeto de expansão. Os investimentos da empresa serão da ordem de R\$ 117,7 milhões no lado oeste do cais. Na primeira fase, que deve ser concluída até março de 2022, a empresa construirá uma nova linha de embarque e instalará um novo shiploader, para movimentar até 2,5 mil toneladas/hora. A segunda fase, prevista para março de 2023, será a construção de um novo armazém.

A Cotriguaçu, um dos onze terminais que integram o Corredor de Exportação Leste do Porto de Paranaguá, inaugurou o novo desvio ferroviário. O investimento privado na remodelação, de R\$ 8 milhões, vai ao encontro do Plano Estadual Ferroviário e dos projetos da Portos do Paraná para ampliação da capacidade e participação do modal no transporte de carga.

A Coamo investiu R\$ 200 milhões na construção do Terminal Portuário II, em Paranaguá, para atender as exportações de grãos e farelos. Com três silos e um armazém graneleiro, a estrutura tem capacidade total de armazenagem de 150 mil toneladas. O terminal conta com cinco moegas, com capacidade operacional para recebimento de 1.380 toneladas/hora, e tombadores para caminhões que facilitam o fluxo da movimentação no corredor de exportação. Somados ao outro terminal existente, a cooperativa tem capacidade para embarque de até 7 mil toneladas/dia.

CAPÍTULO 3 – GESTÃO

Pelo segundo ano consecutivo, a Portos do Paraná foi considerada a melhor gestão pública portuária do Brasil.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Os Portos de Paranaguá e Antonina foram reconhecidos pelo Governo Federal, em duas categorias no prêmio “Portos + Brasil”: Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP) e Execução dos Investimentos Planejados.

Gestão Portuária

A Portos do Paraná chegou a 9,0 pontos no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias. O indicador considera indicadores financeiros, contábeis, de transparência administrativa, regularidade tributária e trabalhista, entre outros.

Planejamento

Na categoria Execução dos Investimentos Planejados o índice foi de 76,1%. O número mensura a proporção do orçamento de investimento disponível no início de 2020 que foi efetivamente executada pelas autoridades portuárias e avalia a capacidade operacional de concretizar os investimentos desejados.

CAPÍTULO 4 – ENFRENTAMENTO À COVID

Em 2021, a Portos do Paraná investiu mais de R\$ 8 milhões em ações e equipamentos de proteção para os trabalhadores e caminhoneiros que atuam nos portos de Paranaguá e Antonina.

Com a experiência do enfrentamento ao coronavírus em 2020, a empresa pública manteve os cuidados com a saúde de todos e a operação, essencial para o setor produtivo, continuou.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Os portuários foram incluídos nos grupos prioritários e receberam as primeiras doses da vacina em de junho. A segunda dose chegou em agosto e a dose de reforço em dezembro.

CAPÍTULO 5 – PORTO E CIDADE

CAPACITAÇÃO – Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Portos do Paraná entregou certificados aos 35 jovens da Ilha dos Valadares que participaram dos cursos de Comunicação e Atendimento e Introdução à Maquiagem. A ação está ligada ao projeto Jovem Aprendiz, que contempla o programa de Educação Ambiental da empresa pública.

PORTO EM AÇÃO – Depois de mais de um ano parado, devido à pandemia, o projeto Porto em Ação foi retomado. O evento aconteceu na cozinha comunitária da comunidade Piaçaguera e beneficiou também os moradores da Ilha de Amparo.

PORTO EM AÇÃO NO PÁTIO - Outra edição atendeu cerca de 200 caminhoneiros no Pátio de Triagem de Paranaguá. O evento ofereceu serviços de saúde, do Detran, Sest/Senat, além de corte de cabelo e orientações sobre trânsito, meio ambiente e segurança.

ÁGUA NAS ILHAS – A Portos do Paraná atua na readequação de microssistemas de abastecimento de água em comunidades ilhadas da baía de Paranaguá. Uma aula de

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

proteção de nascentes caxambu, reuniu a comunidade de Europinha. Atualmente, o microssistema atende 46 famílias na ilha.

COMPOSTAGEM – Moradores de comunidades isoladas têm recebido ensinamentos básicos sobre permacultura e sustentabilidade, iniciados através da compostagem, um dos princípios básicos estudados pela permacultura dentro das florestas.

BIODIGESTOR - O estudo de viabilidade para implantação de um biodigestor no Porto de Paranaguá está na segunda fase: estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental. Pioneiro no setor portuário do Brasil, o projeto foi apresentado pela Portos do Paraná na COP26, em Glasgow, na Escócia.

PRAD – O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas já está em atividade nas bacias do Rio Cachoeira e do Rio Cacatu, em parceria com a comunidade local.

COMBATE À DENGUE – Foram promovidos diversos fumacês de combate à dengue no Porto de Paranaguá. Um mutirão também mobilizou moradores de São Miguel, Ponta do Ubá, Eufrasina, Amparo e Piaçaguera. As comunidades receberam kits com cloro ativo e sacos de lixo para limpar os terrenos e evitar o acúmulo de água.

PREVISÃO DO TEMPO – O Porto de Paranaguá agora conta com uma estação meteorológica própria, que disponibiliza medições e alertas em tempo real. A ferramenta pode ser acessada por toda a comunidade portuária, servindo de auxílio na prevenção de acidentes de trabalho.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL– Foram promovidas campanhas voltadas para economia de energia, da água e o correto gerenciamento do lixo. Realizadas dentro do Programa de Educação Ambiental, as ações começaram em fevereiro e envolveram todos os trabalhadores portuários.

Outro tema abordado foi a importância da pesca artesanal. A atividade garante renda para cerca de seis mil famílias no litoral paranaense.

CAPÍTULO 6 – MEIO AMBIENTE

Portos do Paraná são reconhecidos internacionalmente pelo cuidado ambiental. Única Autoridade Portuária do mundo a palestrar na COP25, realizada pela ONU, em Madrid (2020) e na COP26, em Glasgow (2021), a Portos do Paraná se consolida na vanguarda das ações de desenvolvimento sustentável.

No Brasil, o Porto de Paranaguá se mantém entre os líderes em Desempenho Ambiental e Conformidade Regulatória, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

AÇÕES - Os programas ambientais são classificados em três meios de atuação: físico, biótico e socioeconômico. No mar, foram 1.358 verificações documentais de navios para gerenciamento da água de lastro e 12 inspeções a bordo para avaliação da salinidade da água de lastro e educação ambiental com os tripulantes.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

As equipes também coletaram 344 amostras de água, em 12.384 análises de parâmetros feitas. Do fundo das baías de Paranaguá e Antonina foram retiradas 92 amostras de sedimentos, resultando em mais de 3.404 mil parâmetros analisados.

Em terra, foram mais de 500 medições da qualidade de fumaça expelida por caminhões e outras máquinas. Além disso, a qualidade do ar foi monitorada durante 138 dias em 12 pontos de Paranaguá e três em Antonina. Nas avaliações de ruídos, foram 531 medições, totalizando 44 horas em 21 pontos de Paranaguá e oito pontos de Antonina.

Os resultados são expressivos, também, na comunicação com a população, com quatro campanhas promovidas: 1.120 spots de rádio, 20 campanhas publicitárias em jornais de grande circulação local e a divulgação de 25 outdoors sobre os programas ambientais da Portos do Paraná.

AÇÕES EDUCATIVAS – Com os trabalhadores dos portos, ocorreram 24 treinamentos sobre resíduos sólidos, totalizando a participação de 257 funcionários. Houve, ainda, cerca de 130 integrações do Sistema de Gestão Integrado (SGI) com trabalhadores internos e terceiros.

Junto às comunidades pesqueiras, foram colocadas em prática cinco linhas de atuação, com saídas regulares para ações de campo, além de nove projetos voltados ao desenvolvimento, ao turismo, à conservação e ao saneamento de comunidades presentes na área de influência portuária.

PESCADOS E MANGUEZAIS – Quase 700 Desembarques pesqueiros foram monitorados continuamente em Antonina, Paranaguá e Pontal do Paraná.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Em Paranaguá, as equipes realizaram quatro campanhas de monitoramento da vegetação dos manguezais, seguidas de 12 ações de limpeza, que envolveram quase 115 pessoas.

Em Antonina, a ação de limpeza retirou uma tonelada de resíduos dos manguezais.

No monitoramento da biota aquática, foram coletadas mais de 600 amostras nas baías de Antonina e Paranaguá.

FAUNA – Os profissionais da portos do Paraná percorreram cerca de 1.900 quilômetros por mar para o avistamento de botos e tartarugas, durante 24 dias de monitoramento. Com isso, foram catalogados 80 indivíduos diferentes de botos-cinzas. No ar, as equipes identificaram 81 espécies de aves, em 81 dias de atividade.

Para diminuir e controlar populações de vetores transmissores de doenças, ocorreram quatro campanhas de avaliação do nível de infestação de roedores e 24 campanhas da estimativa populacional de pombos.

HOSPITAL DE PEIXES – Durante as obras da derrocagem foi contratada uma Unidade Móvel de Estabilização de Fauna, para prestar primeiros socorros aos animais que pudessem vir a ser afetados durante a obra de remoção de rochas da Pedra da Palangana. Foram montadas seis tendas para atendimento, com tanques e piscinas com circulação de água e capacidade para atender diferentes espécies: peixes, quelônios (tartarugas), aves e espécies maiores, como cetáceos (botos).

GESTÃO DE RISCOS – A Portos do Paraná formou uma equipe permanente para Gestão de Riscos, com seis técnicos ambientais, um técnico de gerenciamento de riscos e

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

um coordenador. O controle ambiental é feito 24 horas por dia, incluindo domingos e feriados.

SIMULADO – Foram integradas diferentes áreas da empresa, prestadores de serviço e órgãos externos em um simulado de atendimento a emergência, efetuado no Porto de Paranaguá. O cenário do exercício foi de vazamento de óleo combustível, com fauna atingida.

SALA DE CRISE – Foi promovido o treinamento Comandante em Cena (On Scene Commander), nos padrões da Organização Marítima Internacional (OMI), ministrado através da empresa ALLBriggs, certificada internacionalmente pelo The Nautical Institute. A capacitação envolveu colaboradores, membros da Marinha do Brasil, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Defesa Civil do Estado e de Paranaguá.

CAPÍTULO 7 – SEGURANÇA

SEGURANÇA

Com 34 anos de atuação, a Guarda Portuária paranaense é referência nacional. Responsável pelo policiamento ostensivo das áreas primárias e secundárias, fiscalização de cargas e controles de acesso, a Unidade Administrativa de Segurança Portuária (UASP) inova para aprimorar os métodos e gerar mais segurança a quem trabalha e opera nos portos paranaenses.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CÃES DE FARO - O Porto de Paranaguá é o primeiro do Brasil a integrar cães de faro nas atividades realizadas pela Guarda Portuária. Os animais são usados em blitz de combate ao tráfico de drogas no cais público.

FISCALIZAÇÃO MARÍTIMA – Equipes de segurança intensificaram as rondas e fazem a fiscalização, costeando todo o cais, 24 horas.

USO DE DRONE – Integrantes da Polícias Federal, Militar e Civil, Guarda Municipal e da Unidade Administrativa de Segurança Portuária (UASP) fizeram um treinamento sobre o uso de aeronaves não tripuladas em vigilância de rotina e operações especiais.

CURSO – 19 guardas portuários concluíram o curso para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público (ETSP), necessário para tripular ou conduzir pequenas embarcações (até 8m de comprimento), empregadas na navegação interior, a serviço de órgãos públicos.

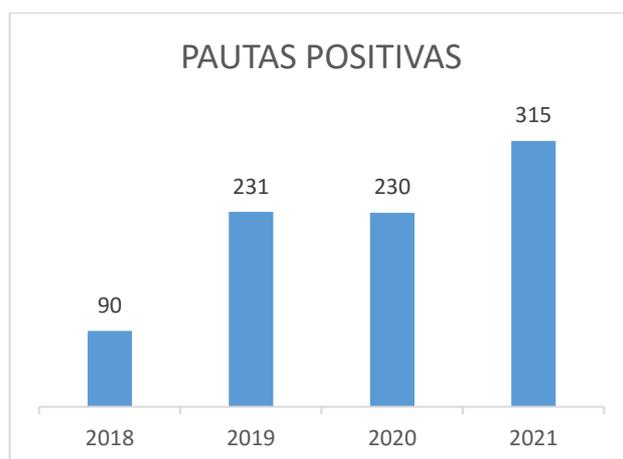
GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA – Foram retomadas as atividades do Gabinete de Gestão Integrada, com objetivo de padronizar as ações e buscar soluções para crimes na área portuária. Várias operações cooperadas aconteceram em 2021, somando esforços da UASP, Polícia Federal, Polícia Militar (1ª Companhia do 9º Batalhão), Rotam, Agência Local de Inteligência, Corpo de Bombeiros, Policiamento Aéreo e Polícia Ambiental, Polícia Civil, Receita Estadual, Prefeitura de Paranaguá (Guarda Municipal) e Associação dos Terminais do Corredor de Exportação.

CAPÍTULO 8 – COMUNICAÇÃO

Linguagem simples e comunicação mais próxima

Em 2021, a Portos do Paraná lançou a série de animação “Porto Explica”. Foram seis episódios que falaram sobre dragagem, derrocagem, o Corredor de Exportação, o novo Moegão, as ações de meio ambiente e a importância econômica da atividade portuária.

A empresa pública também ampliou a comunicação com a sociedade e foi destaque em notícias nacionais e internacionais.



CAMPANHAS: Foram 7 campanhas de divulgação das ações dos portos paranaenses, além das comemorações dos 86 anos do Porto de Paranaguá.

As ações de comunicação no combate à Covid-19 iniciadas em 2020 foram continuadas no primeiro semestre na mídia regional e nos prédios e acessos dos portos paranaenses. O foco no primeiro semestre foi a vacinação dos trabalhadores portuários.

TRANSPARÊNCIA: Na derrocagem da Pedra da Palangana foram emitidos 26 boletins diários para toda a comunidade marítima de Paranaguá sobre o andamento das ações, com a criação de canais especiais para troca de informações.

CAPÍTULO 9 – FUTURO

2022 será ano de crescimento, com retomada da economia mundial

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19, a tendência é que os níveis de comércio voltem aos patamares pré-pandemia. O papel do Brasil, neste novo cenário, será gigante e as projeções indicam um aumento expressivo nas exportações.

Os Portos do Paraná se preparam para, não só atender a demanda, mas atrair mais investidores e negócios. A empresa pública aposta em grandes projetos e gestão qualificada para se tornar o hub logístico das Américas.

Os pilares que concentram os esforços são: acesso e infraestrutura terrestre, infraestrutura marítima e tecnologia.

Para receber mais cargas, os portos preparam o aumento da capacidade de transporte ferroviário. As obras do Projeto Cais Leste – Moegão têm início previsto no primeiro semestre de 2022, após avançar a fase de consulta pública.

A moega exclusiva para descarga de trens vai receber até 180 vagões simultaneamente. Serão três linhas independentes e correias transportadoras ligando 11 terminais.

No mar, a derrocagem da Pedra da Palangana, será concluída no primeiro trimestre. A fase de detonação foi encerrada em 2021 e, em 2022, as rochas são retiradas para britagem e doação para prefeituras do Litoral.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Reforçando o pioneirismo no arrendamento de áreas, uma nova rodada de leilões acontece na Bolsa de Valores do Brasil, B3. A PAR 32 será leiloadada ainda em abril. O arrendamento da PAR09 entra em consulta pública no final de fevereiro e os estudos para a PAR14, 15 e 03 estão em andamento, assim como o processo da PAR50.

Os projetos ligados à inovação, junto à Fundación ValenciaPort, entram em uma nova fase. O novo termo de cooperação técnica prevê a instalação do Port Collaborative Decision Making (PCDM) - com foco em otimizar o gerenciamento das operações portuárias - e do Port Community System (PCS) - que conecta sistemas e integra informações de toda a cadeia logística, promovendo redução de tempo de custos na operação.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Carlos Massa Ratinho Júnior

Governador do Paraná

Sandro Alex Cruz de Oliveira

Secretário de Infraestrutura e Logística

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Fernando Garcia da Silva

Diretor-presidente da Portos do Paraná

André Luiz Pioli Bernascki

Diretor de Desenvolvimento Empresarial

Luciano Costenaro de Oliveira

Diretor Administrativo e Financeiro (JAN-SET 2021)

Daniel Romanowski

Diretor Administrativo e Financeiro (SET-OUT 2021)

Marcos Alfredo Bonoski

Diretor Administrativo e Financeiro (NOV 2021)

Marcus Vinícius Freitas dos Santos

Diretor Jurídico

João Paulo Ribeiro Santana

Diretor de Meio Ambiente

Rogério Amado Barzellay

Diretor de Engenharia e Manutenção (JAN-MAR 2021)

André Cassanti Neto

Diretor de Engenharia e Manutenção (MAR 2021)

Luiz Teixeira da Silva Júnior

Diretor de Operações Portuárias

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Piloni e Silva

Presidente do Conselho de Administração

Fernando Bueno de Castro

Membro Titular

Rafael Moura de Oliveira

Membro Titular

Giovani da Silva Ferreira

Membro Titular

Nilson Hanke Camargo

Membro Titular

Carlos Eidam de Assis

Membro Titular

Welby Pereira Sales

Membro Titular

Leandro Pazzetto Arruda

Membro Titular

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CONSELHO FISCAL

Cláudio Roberto Weirich dos Santos

Presidente (JAN-ABR 2021)

Matheus Pereira de Faria

Vice- Presidente (JAN-ABR 2021)

Presidente (ABR 2021)

João Evaristo Debiasi

Membro Titular

Luiz Nicácio

Membro Titular (ABR 2021)

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Luciano Borges dos Santos

Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

José Guilherme Silva Vieira

Vice-Presidente (JAN-JUN 2021)

Mariana Filgueiras dos Reis

Membro Titular

Rogério Luiz Paganeli

Membro Titular

5. Balanço Patrimonial (III - Balanço Patrimonial)

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA**

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Balancos Patrimoniais Consolidados

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	04	220.363	220.866	0%
Contas a receber	05	7.852	7.532	4%
Impostos a recuperar	06	37.232	36.170	3%
Estoques	07	13.544	12.072	12%
Despesas de exercícios seguintes		430	154	178%
Adiantamentos a empregados	08	942	984	-4%
TOTAL DO CIRCULANTE		280.363	277.778	1%
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	143.462	136.556	4%
Depósitos Judiciais Tributos	09	315.967	270.903	17%
Outros Créditos	10	2.420	1.178	105%
		461.849	408.637	13%
IMOBILIZADO	11	597.489	568.587	5%
INTANGÍVEL	11	2.164	1.809	20%
		599.653	570.396	5%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.060.158	979.032	8%
TOTAL DO ATIVO		1.341.865	1.256.810	7%

PASSIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%
CIRCULANTE				
Fornecedores		33.831	9.390	260%
Obrigações Trabalhistas	12	13.853	12.725	9%
Obrigações Fiscais	13	10.408	49.619	-79%
Adiantamentos de clientes	14	11.346	10.161	12%
TOTAL DO CIRCULANTE		69.438	81.894	-15%
NÃO CIRCULANTE				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Impostos, taxas e contribuições	13	298.737	224.300	33%
Provisões contingenciais	15	443.643	446.483	-1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		742.380	670.783	11%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
Prejuízos acumulados	16	(581.873)	(581.397)	0%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	16	25.476		
Ajuste de avaliação patrimonial		-	(914)	-100%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		530.047	504.133	5%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.341.865	1.256.810	7%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

6. Demonstrativo dos Resultados - DRE (IV - Demonstração do Resultado do Exercí)

PORTOS DO PARANÁ - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO LEVANTADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17	453.118	418.908	8%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		174.747	170.015	3%
Infraestrutura de Acostagem		13.443	11.954	12%
Infraestrutura Operacional Terrestre		85.445	72.247	18%
Receitas de Armazenagem		8.170	2.117	286%
Receitas por Utilização de Equipamentos		24.631	30.250	-19%
Diversos Padronizados		9.318	12.385	-25%
Contratos de Arrendamento		136.379	118.366	15%
Receitas Complementares		985	1.574	-37%
DEDUÇÕES DA RECEITA		(43.831)	(42.397)	3%
(-) Contribuições sobre Faturamento	17	(41.747)	(38.455)	9%
(-) Faturas Canceladas		(2.084)	(3.942)	-47%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	409.286	376.511	9%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(168.523)	(205.820)	-18%
Custos Infraestrutura Marítima		(37.770)	(96.239)	-61%
Custos Infraestrutura de Acostagem		(12.538)	(6.099)	106%
Custos Infraestrutura Terrestre		(4.404)	(12.912)	-66%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(6.260)	(9.951)	-37%
Custos Indiretos		(107.551)	(80.619)	33%
LUCRO BRUTO		240.763	170.691	41%
DESPESAS	19	(222.496)	(176.740)	26%
Despesas administrativas				
Despesas com Pessoal		(48.426)	(41.667)	16%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(48.624)	(44.033)	10%
Despesas Gerais		(24.679)	(2.486)	893%
Depreciação do imobilizado		(35.669)	(26.824)	33%
Amortização do intangível		(1.719)	(1.793)	-4%
		(159.117)	(116.803)	36%
Outras receitas (despesas) operacionais	19			
Despesas PCLD		(28.542)	(26.773)	7%
Outras despesas operacionais		(35.097)	(24.380)	44%
Outras receitas(despesas) não recorrentes		260	(8.784)	-103%
		(63.379)	(59.936)	6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO		18.267	(6.048)	402%
RESULTADO FINANCEIRO	20	14.101	12.750	11%
Receitas financeiras		14.759	14.086	5%
(-) Despesas financeiras		(658)	(1.337)	51%
RESULTADO ANTES DO IR E CS		32.367	6.701	383%
Tributos Correntes		(6.891)	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16	25.476	6.701	280%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

7. Demonstrativo do Fluxo de Caixa - DFC (V - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DF)

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Método Indireto)

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.476	6.701
Ajustes para reconciliar o lucro	34.548	(35.765)
Depreciações/amortizações	37.388	26.824
Ajuste de imobilizado	-	2.092
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(2.840)	(63.767)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(914)
Aumento (redução) dos ativos	(39.814)	(26.250)
Contas a receber de clientes	(321)	(5.451)
Estoques	(1.472)	(154)
Tributos a recuperar	1.062	(14.051)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	275	(437)
Depósitos judiciais	6.906	(6.157)
Demais créditos	(46.264)	-
Aumento (redução) dos passivos	61.981	(6.957)
Fornecedores	24.442	(5.038)
Obrigações sociais e trabalhistas	75.564	(11.817)
Impostos e contribuições a recolher	(39.210)	7.731
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	1.185	2.167
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	82.190	(62.271)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Imobilizado	(82.035)	(21.871)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(82.035)	(21.871)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	(658)	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(503)	(84.142)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.866	305.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	220.363	220.866

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

8. Dem

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA**

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos 31 .12. 2019	1.086.444	(588.098)	498.346
Resultado Líquido do Período		6.701	6.701
Ajuste de Exercícios Anteriores		(914)	(914)
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(582.311)	504.133
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(582.311)	504.133
Resultado Líquido do Período		25.476	25.476
Ajuste de Exercícios Anteriores		438	438
Saldos 31.12.2021	1.086.444	(556.397)	530.047

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

9. Notas Explicativas (VIII - Notas Explicativas às Demonstrações)

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os

valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 28 de janeiro de 2022.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios

inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do exercício de 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos

Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes:

CPC	ALTERAÇÃO/IMPACTO
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual/ <i>Framework</i>	Revisão de conceitos e esclarecimentos
CPC 06 (R2) – Arrendamentos/ <i>IFRS 16 Leases</i>	Efeitos de COVID-19 nos contratos impactados
CPC 15 (R1) – Combinação De Negócios/ <i>IFRS 3 Business Combinations</i>	Definição de “negócios”
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança De Estimativa e Erro/ <i>IAS8 Accounting Policies, Changes In Accounting Estimates And Erros</i>	Definição do conceito de “material”
CPC 26 (R1) – Apresentação Das Demonstrações Contábeis/ <i>IAS 1 Presentation Of Financial Statements</i>	Definição do conceito de “material”
CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação/ <i>IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures</i>	Taxa de juros de referência em <i>hedge</i>
CPC 48 – Instrumentos Financeiros/ <i>IFRS 9 Financial Instruments</i>	Taxa de juros de referência em <i>hedge</i>

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

h. Adoção de Novo Plano de Contas – Contabilidade Regulatória

Com a adesão da Portos do Paraná à Contabilidade Regulatória da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em 2018, conforme RN nº15-ANTAQ, que instituiu o Sistema de Contabilidade Regulatória Aplicável ao Setor Portuário (SICRASP), foi adotado como plano de contas da empresa, para que a empresa pudesse agilizar a geração e envio dos arquivos componentes do SICRASP e assim manter a sua regularidade perante a Agência Reguladora.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	15.584	19.570
Bancos conta vinculada (i)	1.086	827
Aplicações financeiras (ii)	294.890	289.033
Aplicações financeiras (iii)	(91.197)	(88.564)
Total	220.363	220.866

- (i) Saldo de Contas Bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	Saldo em 31/12/2021	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	13,2	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	314,7	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	94,9	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	14,3	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	29,0	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	82,2	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	147,7	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	0,5	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	209,0	001	0259-3	68.576-3
131/2020	GAESAN Engenharia Ltda.	21,3	001	0259-3	67.091-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	4,6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	2,5	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1,2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1,0	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	18,2	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1,3	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	0,7	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	115,8	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	10,6	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	2,8	001	0259-3	71.253-1
TOTAL		1.085,6			

(ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (ii) da NE nº 09.

05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas

da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2021 é de R\$7.852 (R\$7.532 em 31 de dezembro de 2020). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	2.451	1.353
Vencidos até 30 dias	1.597	2.490
Vencidos de 30 a 180 dias	207	264
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.597	3.425
Total	7.852	7.532
Parcela do circulante	7.852	7.532
Parcela do não circulante	-	-
Total	7.852	7.532

	31/12/2021	31/12/2020
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	271.147	242.606
Provisão para perda (Ofício 170/17 (TCE))	(271.147)	(242.606)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
Total	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	19
Outras	362
Total	3.597

(ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da

lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.

- (iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	27.246	21.914
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9.806	7.889
Programa de Integração Social - PIS	31	1.139
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	149	5.228
Total	37.232	36.170

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.072.

08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	-	-
13º Salário	-	-
Férias	933	965
Adiantamento de passagens	9	19
Outros adiantamentos	0	-
Total	942	984

09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (i)	33.058	29.286
Tributos (ii)	315.967	270.903
Cíveis	19.207	18.705
Outros (iii)	89.853	88.564
Total	458.085	407.458

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.
- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.
- (iii) O valor de R\$89.853 em 31 de dezembro de 2021 e R\$88.564 para 31 de dezembro de 2020 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	18.108	18.265
Cíveis	71.746	70.299
Total	89.853	88.564

10 – OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Convênio 54/2018 FUNESPAR	666	886
Provisão de IRRF sobre aplicações	438	292
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	-
Total	2.421	1.178

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

ESPÉCIE DE BEM	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas Aparelhos e Equip.	Móveis e Utensílios	Equip. de Inform. e Tecnologia
Dezembro 2020	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791
Aquisições	-	-	-	-	273	317	1.307
Baixas	(1.149)	-	-	-	(9)	(44)	(71)
Deprec./Amortiz.	(88)	-	(7.716)	(3.346)	(15.246)	(270)	(672)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-
Baixa Deprec. Acum.	1.149	-	-	-	8	42	71
Ajuste Contábil	(0)	-	0	(0)	798	0	(0)
Dezembro 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427

ESPÉCIE DE BEM	Instalações	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	TOTAL Imobilizado	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL Intangível	TOTAL GERAL
Dezembro 2020	64.985	22	74	568.587	1.726	83	1.809	570.396
Aquisições	137	-	66.009	68.045	428	1.645	2.073	70.118
Baixas	-	-	-	(1.273)	-	-	-	(1.273)
Deprec./Amort.	(9.401)	(3)	-	(36.741)	(1.719)	-	(1.719)	(38.460)
Transferência	-	-	(237)	-	-	-	-	-
Baixa Deprec. Acum.	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Contábil	0	(0)	(3.196)	-	-	-	-	-
Dezembro 2021	55.722	19	62.650	597.489	435	1.728	2.163	599.653

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados a pagar	3.030	2.832
Provisão para Férias	10.823	9.893
Provisão para 13º Salário	-	-
Total	13.853	12.725

13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos da Folha	5.776	3.789
Contribuição Previdenciária - INSS	2.725	1.429
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	901	580
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.150	1.780
Contribuições sobre o Faturamento	193.403	162.617
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	159.180	133.855
Programa de Integração Social - PIS	34.223	28.762
Impostos e Contribuições sobre Resultados	105.333	91.193
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	27.789	24.031
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	77.544	67.162
Encargos Retidos de Fornecedores	4.633	2.542
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.119	251
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	330	159
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	2.011	1.757
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.173	375
Parcelamento INSS/SEFA-PR	-	13.777
TOTAL	309.145	273.919
Parcela do Circulante	10.408	49.619
Parcela do Não Circulante	298.737	224.300

14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2021 o valor desta conta é de R\$11.346 e de R\$10.161 em 31 de dezembro de 2020.

15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	119.069	121.909
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	269.052	269.052
Precatórios (i)	27.373	27.373
Total	443.643	446.483
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	443.643	446.483

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

A PORTOS DO PARANÁ possui um número elevado de ações judiciais em razão da sua operação, visibilidade e representatividade econômica para o Estado do Paraná. A equipe de advogados subordinados a Diretoria Jurídica atua em todas as áreas de contencioso, administrativo e consultivo.

Para a data base de 31 de dezembro de 2021 as ações estavam assim distribuídas:

	Provável	Qtde.	Possível	Qtde.
Ações administrativas	269.052	71	2.649	2
Ações cíveis	28.149	41	681.615	196
Ações trabalhistas	121.909	534	26.509	240

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foi um lucro de 25,476 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2020 a Companhia registrou um lucro contábil de 21,619 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser utilizados em investimentos que beneficiem o próprio porto organizado conforme determinado no convênio de Delegação. O prejuízo do período é transferido para a conta prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 55,655 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 119,294 milhões.

	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	55.655	22.569
EBITDA Ajustado	119.294	73.722
Margem EBITDA	14%	6%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 556.397 e de R\$581.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

17 – RECEITA OPERACIONAL

	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	174.747	170.015	3%
Infraestrutura de Acostagem	13.443	11.954	12%
Infraestrutura Operacional Terrestre	85.445	72.247	18%
Receitas de Armazenagem	8.170	2.117	286%
Receitas por Utilização de Equipamentos	24.631	30.250	-19%
Diversos Padronizados	9.318	12.385	-25%
Contratos de Arrendamento	136.379	118.366	15%
Receitas Complementares	985	1.574	-37%
	453.118	418.908	8%
(-) Deduções da receita	(43.832)	(42.397)	3%
Receita operacional líquida	409.286	376.511	9%

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujo valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da

PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Custos da Infraestrutura Marítima	37.770	96.239	-61%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	12.538	6.099	106%
Custos da Infraestrutura Terrestre	4.404	12.912	-66%
Custos Diversos Padronizados	6.260	9.951	-37%
Custos Indiretos	107.551	80.619	33%
Total	168.523	205.820	-18%

19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Despesas com Pessoal Adm.	48.426	41.667	16%
Serviços de Terceiros e Utilidades	48.624	44.033	10%
Despesas Gerais	24.679	2.486	893%
Depreciação do imobilizado	35.669	26.824	33%
Depreciação do Intangível	1.719	1.793	-4%
Total	159.117	116.803	36%

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme

quadro a seguir:

Despesas operacionais	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Despesas PCLD (i)	28.542	26.773	7%
Outras Despesas Operacionais (ii)	35.097	24.380	44%
Outras receitas(despesas) não recorrentes	(260)	8.784	-103%
Total	63.379	59.936	6%

- (i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05)

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	113	4.647
Rendimento de aplicação financeira	14.646	9.439
Descontos obtidos	0	0
Total	14.759	14.086
Despesa financeira		
Juros pagos	(620)	(1.299)
Tarifas bancárias	(38)	(38)
Total	(658)	(1.337)
Variação Cambial Líquida	-	-
Resultado financeiro	14.101	12.750

21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalente de caixa	221.707
Contas a receber	7.852
Total	<u>229.559</u>

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	31/12/2021	31/12/2020
Copel Distribuição S.A.	728	852
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.215	810
Copel Telecomunicações S.A.	30	69
Copel Comercialização S.A.	-	-
TOTAL	1.973	1.731

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)

	31/12/2021	31/12/2020
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
Total	67.473,02	67.473,02

QUANTIDADE DE MEMBROS

	31/12/2021	31/12/2020
CONSAD -Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
Total	18	18

23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2021 a 10 de janeiro de 2022.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2021 a 27 de janeiro de 2022.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2021 a 14 de abril de 2022.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	31/12/2021	31/12/2020
Riscos operacionais	75.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000

24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de fevereiro de 2022.

 **PORTOS DO PARANÁ**
LOGÍSTICA INTELIGENTE

Assinado digitalmente por RODRIGO NERIS CAVALCANTI:28542005864
Razão: Eu atesto a precisão e a integridade deste documento
Localização: Paranaguá-PR
Data: 2022-03-22 12:13:08

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

 **PORTOS DO PARANÁ**
LOGÍSTICA INTELIGENTE

Assinado digitalmente por ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA:79621439000191
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Paranaguá-PR
Data: 2022-03-22 12:13:45

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

10. Relatório do Controle Interno (IX - Relatório do Controle Interno)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Relatório e Parecer do Controle Interno
Conforme IN nº 168/2021 – TCE-PR e
IN nº 03/2022 – CGE-PR

Carlos Eidam de Assis
Gestor de Controle Interno

Flávio José Lopes Galli
Coordenador de Controle Interno

Jéssica Emily Fuzick Soares
Agente de Controle Interno Avaliativo

Relatório Anual de Prestação de Contas – Exercício 2021

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

portosdoparana.pr.gov.br

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Sumário

1. Apresentação da Prestação de Contas.....	3
2. Metodologia.....	3
3. Áreas Avaliadas	3
4. Avaliação do Cumprimento e da Execução das Metas Previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual	3
5. Avaliação dos Resultados quanto à Eficácia e à eficiência da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial	4
5.1. Gestão Orçamentária	4
5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária	4
5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária	5
5.2. Gestão Financeira.....	11
5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira.....	11
5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira.....	12
5.3. Gestão Patrimonial.....	13
5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial.....	13
5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial.....	14
6. Ações Pontuais do Agente de Controle Interno Avaliativo	17
6.1. Introdução.....	17
6.2. Equipe Técnica	18
6.3. Cursos e Palestras Realizadas	18
6.4. Relatório da COORDENADORIA DE Controle Interno.....	19
6.5. Prestação de Contas à Controladoria Geral do Estado (CGE-PR)	20
6.6. Apoio ao Controle Externo do Estado (TCE-PR)	20
6.7. Plano de Ação 2021	21
7. Relatório da Coordenadoria de Controle Interno (ANEXO I).....	23
8. Parecer do Controle Interno CONFORME Anexo III da IN 168/2021-TCE-PR.....	23

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

1. APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em cumprimento às determinações da instrução normativa nº 168/2021-TCE/PR, de 6 de dezembro de 2021, publicado no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná nº 2678, em 9 de dezembro de 2021 p. 42-46, apresentamos o Relatório e Parecer do Controle Interno do Exercício de 2021 da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA. A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria Geral do Estado, por meio da Coordenadoria de Controle Interno, no termos do Decreto nº 2741/19, que elaborou um roteiro em atendimento às exigências da precitada Instrução Normativa. O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no artigo 11º incisos IX e suas alíneas, incisos X e XI da IN 168/2021-TCE/PR.

2. METODOLOGIA

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle, compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, entrevista com servidores, chefes de divisão e ordenadores de despesa e análise de ambiente, com vistas a formar opinativo sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes.

3. ÁREAS AVALIADAS

As áreas e ações avaliadas no exercício de 2021 compreenderam:

1. Gestão Orçamentária
2. Gestão Financeira
3. Gestão Patrimonial
4. Procedimentos e Controles Internos de acordo com o escopo do Plano de Atividades de Controle Interno - 2021
5. Outras avaliações pertinentes à Empresa Pública.

4. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO E DA EXECUÇÃO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA-PR, por ser uma Empresa Pública independente, possui orçamento próprio, assim, ela não necessita dos recursos financeiros do Estado. Dessa forma ela fixa na Lei Orçamentária Anual apenas as despesas de investimentos.

5. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

5.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1.1. Eficácia da Gestão Orçamentária

Consiste no pleno alcance dos objetivos e metas de desempenho previamente definido aliado a observância dos prazos estabelecidos, não possuindo relação direta com a avaliação dos custos envolvidos. Sua mensuração se faz a partir da relação entre os resultados obtidos e os previstos para as ações dentro de cada Projeto/Atividade constante na Lei Orçamentária Anual (calculado automaticamente no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual – SIGAME).

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $\frac{\text{Meta realizada por Projeto Atividade/Meta Física prevista por projeto}}{\text{Atividade}}$

Após o cálculo do “Coeficiente de Eficácia Individual – COI” será determinado o “Coeficiente de Eficácia Global – COG”, por meio do somatório dos coeficientes individuais de cada ação dentro do Projeto/Atividade” dividido pelo total de ações que foram objeto de mensuração (somente aqueles que possuem meta física e compuseram cada coeficiente individual).

Coeficiente de Eficácia Global (COG) = $\frac{\sum \text{COI das ações de cada Projeto/Atividade}}{\text{Quantidade de ações}}$

Para efeito de avaliação da eficácia da gestão orçamentária, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentaria Anual para cada “ação”, concluindo por uma das seguintes hipóteses:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

→ Gestão Orçamentária Eficaz: a totalidade das ações dos “Projetos/Atividades” com meta prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

→ Gestão Orçamentária Parcialmente Eficaz: a totalidade das ações dos “projetos/Atividades” com meta física na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

→ Gestão Orçamentária Ineficaz: hipótese em que a totalidade das ações dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficácia Global – COG” menor que 0,5 (cinco décimos).

5.1.2. Eficiência da Gestão Orçamentária

É a otimização da relação existente entre os resultados produzidos e os recursos empregados. Esta mensuração se faz a partir da comparação dos resultados obtidos e custos incorridos em face dos inicialmente previstos (“Coeficiente de Eficiência Individual – CEI”). Ou seja, despesa empenhada versus fixada (Total Orçamentário) para as ações de cada Projeto / Atividade constante da Lei Orçamentária Anual e que foram objeto de aplicação do “Coeficiente de Eficácia Individual – COI”, empregando-se o seguinte indicador:

$$\text{Coeficiente de Eficiência Individual (CEI)} = \frac{\text{Coeficiente de Eficácia Individual (COI)}}{\text{Despesa Empenhada}} \div \frac{\text{Despesa Fixada (Total Orçamentário)}}{\text{Despesa Empenhada}}$$

O “Coeficiente de Eficácia Global” será determinado após o cálculo do “Coeficiente de Eficácia Individual – CEI”, por meio do somatório do CEI para cada Projeto/Atividade.

$$\text{Coeficiente de Eficiência Global (CEG)} = \frac{\sum \text{CEI das ações de cada Projeto/Atividade}}{\text{Quantidade de ações}}$$

Para efeito de avaliação de gestão orçamentária, sob o aspecto de sua eficiência, foi verificado o desempenho das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual para cada “Projeto/Atividade” em relação ao consumo dos recursos inicialmente previstos, concluindo por uma das seguintes hipóteses:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

→ Gestão Orçamentária Eficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” igual ou maior que 0,9 (nove décimos);

→Gestão Orçamentária Parcialmente Eficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” igual ou maior que 0,5 (cinco décimos) e menor que 0,9 (nove décimos);

→Gestão Orçamentária Ineficiente: a totalidade dos “Projetos/Atividades” com meta física prevista na Lei Orçamentária Anual apresentar “Coeficiente de Eficiência Global – CEG” menor que 0,5 (cinco décimos).

I. Executar obra de Expansão da Rede de Drenagem das Áreas do Porto

Protocolo: 16.359.421-8 – Licitação nº 4/2020-APPA

Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização das obras de readequação do sistema de drenagem pluvial da faixa portuária e do silo público vertical da APPA, conforme Termo de Referência e demais elementos anexados pelo setor requisitante.

Andamento: Obra finalizada, realização através dos contratos nº 090/2020 para os lotes 1 e 5 e nº 089/2020 referente aos lotes 2, 3 e 4. Autorização pela OS 224/2020 e 223/2020.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = 5.000 / 5.000 = 1

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = 1 / 0,815 = 1,23

Justificativa do setor técnico: Obra finalizada com desempenho físico satisfatório.

Avaliação do Controle Interno: Obra concluída, última medição finalizada em outubro/2021. Último pagamento para janeiro/2022.

II. Promover a Expansão da Rede de Esgoto do Pátio de Triagem

Protocolo: 16.158.830-0 – Licitação nº 3/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada visando a execução da rede coletora de esgoto sanitário do Pátio de Triagem de Caminhões, interligado a uma estação elevatória para levar o

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

efluente até a rede de esgoto da concessionária do município, conforme especificações e demais elementos anexados no Termo de Referência.

Andamento: Obra finalizada. Contém um termo aditivo.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $1 / 1 = 1$

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $1 / 0,815 = 1,23$

Justificativa do setor técnico: Obra finalizada com desempenho físico satisfatório, realização através do contrato nº 70/2020 e autorizada pela OS 285/2020. Primeiro pagamento realizado em outubro/2020.

Avaliação do Controle Interno: Obra concluída, última medição finalizada em 10/02/2021. Último pagamento realizado em 11/03/2021.

III. Reforçar o Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá

Protocolo: 16.515.595-5 – Licitação nº 5/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia de obras portuárias, para Execução das obras de recuperação e proteção dos elementos estruturais do Píer Público de Inflamáveis do Porto de Paranaguá, incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à completa execução dos serviços, bem como a destinação final dos materiais residuais provenientes da obra, conforme Termo de Referência e demais elementos anexados pelo setor requisitante.

Andamento: Obra em andamento, realização através do Contrato nº 123/2020 e autorizada pela Ordem de Serviço 303/2020, com término previsto para maio/2022.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $0,62 / 1 = 0,62$

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $0,62 / 0,815 = 0,76$

Avaliação do Controle Interno: Execução com desempenho físico moderado.

IV. Elaborar o Projeto e Execução da Derrocagem Emergencial

Protocolo: 16.100.583-5 – Licitação nº 1/2020

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Objeto: Elaboração do Projeto Executivo, bem como a Execução das Obras de derrocamento submarino de altos fundos de um maciço rochoso (Palanganas) e remoção de material até a cota de -14,60m, localizado no canal principal de acesso à Bacia de Evolução do Porto de Paranaguá

Andamento: Obra em andamento, realização através do Contrato nº 109/2020 e autorizada pela Ordem de Serviço 299/2020, com término previsto para 2022

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $0,89 / 1 = 0,89$
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $0,89 / 0,815 = 1,09$

Avaliação do Controle Interno: Andamento normal, desempenho físico satisfatório.

V. Elaborar o Projeto Executivo da Pavimentação das áreas do Porto

Protocolo: 16.608.335-4 – Pregão eletrônico nº 817/2021

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviços de manutenção viária nas áreas sob responsabilidade dos Portos do Paraná, com pavimento rígido de concreto e com pavimento asfáltico em CBUQ (Concreto Betuminoso usinado a quente), incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, executados sob demanda por meio de Ata de Registro de Preços.

Andamento: Ata de Registro de Preços nº 20/2021 – BRF Engenharia de Obras Ltda. Obras em andamento normal, iniciada no último trimestre de 2021. A obra teve início em outubro/2021, no primeiro mês foi realizado a mobilização dos equipamentos, levantamento em campo e plano de trabalho. Os serviços iniciaram no final do mês de outubro. As medições de novembro e dezembro já foram conferidas e aprovadas, para realização do protocolo do primeiro pagamento em janeiro/2022.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $0 / 1 = 0$
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $0 / 0,815 = 0$

Avaliação do Controle Interno: Autorização pela Ordem de serviço nº 236-2021 com fiscais devidamente nomeados. Andamento normal e desempenho satisfatório.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

VI. Reformar e Renovar os Trapiches da Ilha do Mel

Protocolo: 15.896.692-1 – Concorrência Pública nº 56/2019

Objeto: Execução das obras de reformas e melhorias nos Terminais de passageiros e turismo de Encantadas e Nova Brasília, Ilha do Mel, Paranaguá-PR, incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à completa execução dos serviços, bem como a destinação final dos materiais residuais provenientes da obra.

Andamento: Obra concluída.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $2 / 2 = 1$

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $1 / 0,815 = 1,23$

Justificativa do setor técnico: Última medição finalizada em março/2021, último pagamento realizado em 13/05/2021. Contrato nº 019/2020 e autorizada pela Ordem de Serviço nº 047/2020.

Avaliação do Controle Interno: Obra finalizada com execução eficaz e eficiente, considerando COI e CEI.

VII. Reformar e renovar os trapiches de Antonina, Ilha dos Valadares e Rocio

Protocolo: 16.375.118-6 – Licitação nº 9/2020

Objeto: Execução das obras de reparos e melhorias do trapiche existente do Rocio, Paranaguá-PR, bem como a execução das obras dos novos trapiches em Ponta da Pita e Portinho em Antonina- PR e Valadares Itiberê e Adm. em Paranaguá-PR, incluindo o fornecimento de todo o material, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessárias à execução.

Andamento: Obras em andamento, realização através do Contrato nº 137/2020 e Ordem de Serviço 091/2021; Baixa execução em razão da mesma ter iniciado no 2º Trimestre de 2021. Previsão de término para julho/2022.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $1,1 / 3 = 0,37$

Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $0,37 / 0,815 = 0,45$

Justificativa do setor técnico: Obra iniciada no 2º trimestre de 2021.

Avaliação do Controle Interno: Baixa execução ocasionando desempenho físico insatisfatório.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

VIII. Elaborar o Projeto das obras de reforma e renovação dos trapiches de comunidades na área de influência do Porto

Protocolo: 16.805.886-1 – Licitação nº 14/2020.

Objeto: Prestação de serviços de elaboração de Projeto Básico de Engenharia para construção de 6 (seis) novos trapiches a serem construídos nas comunidades situadas na área de influência direta da dragagem de aprofundamento do Porto de Paranaguá-PR.

Andamento: Projeto concluído, última medição finalizada em julho/2021. Último pagamento realizado em 06/10/2021. Contrato 147/2020.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $1 / 1 = 1$
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $1 / 0,815 = 1,23$

Avaliação do Controle Interno: Execução física e financeira satisfatória, realizada através de três notas fiscais com as certificações nos meses de maio, junho e setembro de 2021.

IX. Promover a execução das obras de otimização do corredor de exportação leste do Porto de Paranaguá

Andamento: Em processo de licitação. O projeto se encontra finalizado, aguardando a revisão da planilha orçamentária. Ainda não há previsão para a licitação da obra, uma vez que está em estudo a captação dos recursos.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $0 / 1 = 0$
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $0 / 0,815 = 0$

X. Promover a execução das obras de otimização da moega ferroviária do corredor de exportação leste do Porto de Paranaguá

Andamento: Em processo de licitação. A licitação para contratação da obra ocorreu em dezembro/2021. A abertura do certame ocorrerá no dia 08/03/2022. A previsão para início das obras é junho/2022.

Coeficiente de Eficácia Individual (COI) = $0 / 1 = 0$
Coeficiente de Eficiência Individual (CEI) = $0 / 0,815 = 0$

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Avaliação da Eficiência e Eficácia da Gestão Orçamentária (COG e CEG)

- Coeficiente de Eficácia Global (COG): soma dos COI/nº de ações do orçamento

$$\frac{1 + 1 + 0,62 + 0,89 + 0 + 1 + 0,37 + 1 + 0 + 0}{10} = 0,588$$

O índice calculado, **0,588** demonstra uma gestão orçamentária parcialmente eficaz, pois das dez (10) ações incluídas no planejamento, três (3) não foram executadas no respectivo ano.

- Coeficiente de Eficiência Global (CEG): soma dos CEI /nº de ações do orçamento

$$\frac{1,23 + 1,23 + 0,76 + 1,09 + 0 + 1,23 + 0,45 + 1,23 + 0 + 0}{10} = 0,722$$

O índice calculado, **0,722** demonstra uma gestão orçamentária parcialmente eficiente.

5.2. GESTÃO FINANCEIRA

Na Gestão Financeira da APPA no exercício de 2021 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua eficácia e eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 03/2022 – CGE-PR.

5.2.1. Eficácia da Gestão Financeira

O controle de saldo disponível para as obrigações da empresa tem início no orçamento das saídas financeiras e previsões de recebimento. Com este controle são tomadas as decisões para os próximos investimentos, levando em conta a expectativa futura quanto ao saldo em caixa da empresa. Para tal levantamento são gerados dois relatórios do ERP Financeiro: títulos a pagar da semana e títulos a receber.

Quando é iniciado um novo contrato, a área financeira realiza a declaração de disponibilidade financeira, adequação da despesa e a ordenação da despesa, já com sua identificação, conta financeira e valor total.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

5.2.2. Eficiência da Gestão Financeira.

Ao longo do ano foram utilizados os mesmos métodos de controle dos anos anteriores. Os pagamentos são todos lançados em sistema de Gestão Empresarial (ERP), onde já são também emitidas as guias para recolhimento dos tributos das Notas Fiscais dos fornecedores. Além disso, todos os pagamentos são solicitados formalmente via e-protocolo, cujo número é inserido no sistema ERP para cada pagamento. Após o processamento dos pagamentos na instituição bancária, os comprovantes são inseridos nos protocolos digitais, e é feita a baixa dos pagamentos no sistema ERP. Além disto, também temos controle diário do fluxo de caixa, realizado em planilhas Excel, com novo controle de todos os pagamentos efetuados, junto de breve identificação dos mesmos, para duplo controle, reduzindo ao máximo as chances de erros ou fraudes nas contas a pagar.

Os pagamentos foram realizados, em sua maioria, dentro dos seus respectivos vencimentos, conforme a programação financeira que foi realizada. De acordo com o relatório de despesas financeiras a APPA pagou aproximadamente R\$ 404,00 de juros e multas, valor esse que corresponde a 0,00009% do total dos pagamentos feitos em 2021, que foi mais de 437 milhões, sendo assim um valor irrisório.

Quanto às aplicações financeiras, os recursos são alocados majoritariamente em Fundos Exclusivos de Investimentos, com investimentos em títulos públicos e depósitos a prazo. Os fundos renderam, em média, aproximadamente 102% da taxa do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro) em 2021, um rendimento total de R\$ 12,495 milhões líquido de impostos. Apresentamos gráfico abaixo demonstrando como o rendimento é diretamente impactado pelo comportamento da Taxa Selic.



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

O rendimento das aplicações em 2021 foi consideravelmente maior que o ano anterior, devido à alta da taxa básica de juros da economia, a SELIC, definida pelo Banco Central. A taxa saiu de 1,90% a.a., em janeiro, para 9,15% ao ano, em dezembro. Com isso, a média da taxa de juros, ao longo de 2021, foi de 4,51%.

Avaliação do Controle Interno: De acordo com as informações expostas pela Gerência Financeira, pelos extratos de pagamentos do sistema ERP e o Relatório Interno de Fundos de Investimentos 2021, esta Coordenadoria de Controle Interno não pode afirmar que a gestão financeira não está adequada em todos os aspectos relevantes, sendo assim, esta Administração possui Gestão Financeira Eficaz e Eficiente.

5.3. GESTÃO PATRIMONIAL

Na Gestão Patrimonial da APPA no exercício de 2021 foram analisados por este Controle Interno sob a ótica da sua Eficácia e Eficiência, consoante as recomendações contidas na Instrução Normativa nº 03/2022 – CGE-PR.

5.3.1. Eficácia da Gestão Patrimonial

IN 03/2022 – CGE-PR. “Para a correta avaliação da gestão patrimonial deve-se considerar como “eficácia” o alcance dos objetivos em razão dos quais o patrimônio se estabelece. Devem ser observadas, simultaneamente, sua utilização e sua conservação. Para tanto, deverá o Agente de Controle Avaliativo utilizar do instituto de amostragem, mediante análise do inventário, nos termos de cessão de bens, entrevistas e das conferências “in loco”, observando:

- A adequada e pertinente utilização do patrimônio, conjugando a finalidade do Órgão/Entidade ou do Fundo com os objetivos das políticas públicas de sua responsabilidade e o fim a que se destina.

- O estado de conservação dos bens patrimoniais, de forma a permitir sua utilização otimizada.”

Acerca da eficácia da Gestão Patrimonial no exercício de 2021, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA - realizou algumas atividades a fim de otimizar a sua utilização e atingir as finalidades de políticas públicas preestabelecidas. A APPA em 2021, segundo as informações obtidas junto à Coordenadoria de Patrimônio, realizou movimentações patrimoniais de incorporações (943 itens), transferências/doação (151 itens) e desincorporações (234 itens) de bens. Ainda, em 15/12/2021 foi realizado um leilão de inservíveis desta APPA, pela empresa Kronberg Leilões, código do leilão nº 27019/2021, com 33

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

lotes contendo veículos, micro-ônibus, lancha, motos e sucatas. Foram arrematados todos os lotes e a desincorporação administrativa/contábil está em andamento.

5.3.2. Eficiência da Gestão Patrimonial

IN 03/2022 – CGE-PR. “Considera-se como “eficiência da gestão patrimonial” o conhecimento tempestivo do patrimônio do Órgão/Entidade ou do Fundo no que se refere à sua composição e utilização. Para promover a avaliação o Agente de Controle deverá considerar a existência de mecanismos de controle que possibilitem tal conhecimento. Para tanto, deverão ser verificados:

- A correta aplicação das normas pertinentes ao controle patrimonial, em especial:
 - ✓ Decreto nº 5289 de 26 de agosto de 2009, que institui o uso da numeração única e das etiquetas com código de barras para o controle do patrimônio de bens móveis;
 - ✓ Decreto nº 1050 de 13 de abril de 2011, que estabelece o prazo de seis meses para cumprimento do Decreto nº 5289/09, que dispõe sobre doações de bens móveis de interesse social;
 - ✓ Decreto nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre doação de bens móveis de interesse social e suas alterações; e
 - ✓ Demais legislações pertinentes.
- A existência e observância de mecanismos de controle que permitam assegurar a guarda, conservação, preservação e melhor utilização do patrimônio público, consistentes em controle de cargas patrimoniais, elaboração de inventários com o devido ajuste das distorções identificadas, efetuados por pessoas devidamente treinadas e mediante observância do princípio de segregação de funções, guarda de bens em locais apropriados, entre outros
 - Planejamento para aquisição de bens e sua observância;
 - Ocorrência de denúncias sobre desaparecimento ou mau uso dos bens patrimoniais;
 - Instauração de processos administrativos disciplinares para fins de apuração de responsáveis por desaparecimento de bens;
 - Existência de conciliação e realização de ajustes dos respectivos saldos contábeis com vistas à demonstração da fidedignidade e consistência das informações sobre o patrimônio.”

Sobre a eficiência da Gestão Patrimonial, na estrutura organizacional da APPA, a Coordenadoria de Patrimônio e Seguros é responsável por todas as atividades inerentes à

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Gestão Patrimonial, tais como, administrar as apólices dos seguros patrimoniais e de frotas da APPA.

Todos os bens são devidamente registrados no Sistema de Gestão Patrimonial de Bens Móveis do Estado - GPM desde a sua aquisição, movimentação e desincorporação, sob a supervisão e autorização da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

As movimentações são registradas por documentos gerados automaticamente pelo sistema após a realização das movimentações, devidamente assinado pelas partes envolvidas e pelo chefe do Patrimônio e após lançado no sistema GPM. Estes documentos podem ser: termo de transferência, termo de responsabilidade, termo de incorporação, etc. Contabilmente é utilizado o sistema de gestão empresarial “Sênior” (ERP) e, em cumprimento ao Ofício Circular nº 6/2018/SRG-ANTAQ, utilizamos também o “SISPAT” (Sistema de Controle Patrimonial dos Portos Organizados), de forma a atender a Agência Reguladora de nossa atividade.

Todos os bens de alto valor agregado são segurados e ao ocorrer o sinistro o mesmo além de registrado na seguradora é registrado via Boletim de Ocorrência pela Guarda Portuária, dando início a um processo administrativo que irá registrar todos os trâmites ocorridos. No exercício de 2021, segundo a Unidade Administrativa de Segurança Portuária – UASP, tivemos as seguintes ocorrências relacionadas ao patrimônio da APPA:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

 SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
 Coordenadoria de Controle Interno

DATA	Nº B.O.	DESCRIÇÃO
02/01/2021	001	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
21/01/2021	010	AVARIAS AO TELHADO DA MOEGA DO SILO VERTICAL
28/01/2021	016	AVARIAS NO EQUIPAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ACESSO DE VEÍCULOS DO PORTÃO 08 (SILO) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
01/02/2021	021	AVARIAS À CANCELA DE SAÍDA DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
02/02/2021	023	FURTO DE CABOS DE ENERGIA DO SILO VERTICAL
07/02/2021	025	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
12/02/2021	030	AVARIAS À CANCELA FERROVIÁRIA CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
03/03/2021	040	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
17/03/2021	052	AVARIAS À ANTENA DE LEITURA DE TAGS DO PORTÃO 06 (SILO) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
21/03/2021	054	AVARIAS À GUIA DA INSTALAÇÃO DO TOMBADOR DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
25/03/2021	056	AVARIAS À MANGUEIRA DE COMBATE À INCÊNDIOS DO PÁTIO DE TRIAGEM
27/03/2021	057	AVARIAS AO PORTÃO DE FRENTEIRA COM O TCP CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
30/03/2021	058	AVARIAS ÀS INSTALAÇÕES DO TOMBADOR DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
31/03/2021	061	AVARIAS À PLACA DE SINALIZAÇÃO CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
06/04/2021	069	AVARIAS À CANCELA DE SAÍDA DO PORTÃO 05
19/04/2021	077	FURTO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE À INCÊNDIOS DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO
19/04/2021	078	FURTO DE CABOS DE ENERGIA DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO
22/04/2021	079	AVARIAS ÀS INSTALAÇÕES DO TOMBADOR DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
07/05/2021	092	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
10/05/2021	096	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
11/05/2021	097	AVARIAS AO EQUIPAMENTO DE EMISSÃO DE TICKETS DO PORTÃO 06 (SILO) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
14/05/2021	104	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
27/05/2021	115	AVARIAS AOS EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE ACESSO DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
29/05/2021	117	AVARIAS À CANCELA DE ENTRADA DO PORTÃO 08 (SILO) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
31/05/2021	119	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
31/05/2021	120	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
31/05/2021	121	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 04 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
07/06/2021	129	AVARIAS AO SENSOR DE SAÍDA DA BALANÇA DA MOEGA DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
10/06/2021	131	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 06 (SILO) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
13/06/2021	136	AVARIAS À CANCELA DE SAÍDA DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
14/06/2021	137	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
03/07/2021	159	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
09/07/2021	165	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
20/07/2021	171	AVARIAS À CANCELA DA BALANÇA DA MOEGA DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
21/07/2021	172	AVARIAS À PORTA DO ARMAZEM 06 (TEAPAR) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
21/07/2021	174	AVARIAS AO EQUIPAMENTO DE LEITURA BIOMÉTRICA DO PORTÃO 06 (SILO)
27/07/2021	178	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
30/07/2021	181	AVARIAS ÀS INSTALAÇÕES DA CORREIA TRANSPORTADORA DO TEFER CAUSADAS POR MANOBRA DE EQUIPAMENTOS
01/08/2021	182	AVARIAS AO EQUIPAMENTO DE EMISSÃO DE TICKETS DO PÁTIO DE TRIAGEM
05/08/2021	187	AVARIAS À CANCELA DE SAÍDA DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
06/08/2021	188	AVARIAS AO TELHADO DA SUBESTAÇÃO DO TOMBADOR DO SILO VERTICAL CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
27/08/2021	200	FURTO DE CABOS DE ENERGIA DO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO
08/09/2021	206	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
13/10/2021	240	AVARIAS AO TELHADO DA MOEGA DO SILO VERTICAL
23/10/2021	249	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 04 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
26/10/2021	250	AVARIAS À ANTENA DE LEITURA DE TAGS DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
05/11/2021	256	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 04 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
15/11/2021	262	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
21/11/2021	265	AVARIAS À CANCELA DE SAÍDA DO PORTÃO 05 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
22/11/2021	266	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
27/11/2021	273	AVARIAS AO EQUIPAMENTO DE EMISSÃO DE TICKETS DO PORTÃO 06 (SILO) CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
06/12/2021	283	AVARIAS AO PORTÃO DO PATIO PUBLICO DE VEÍCULOS CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
12/12/2021	295	AVARIAS ÀS GRADES PERIMETRAIS DO SCANNER DE CARGAS CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
22/12/2021	302	AVARIAS À CANCELA DE ENTRADA DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO
26/12/2021	307	FURTO DE CABOS DE ENERGIA DO PÁTIO PUBLICO DE VEÍCULOS
27/12/2021	309	AVARIAS ÀS GRADES DO PORTÃO 03 CAUSADAS POR MANOBRA DE CAMINHÃO

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

Em caso de furto ou desaparecimento de bens a APPA, por meio da Unidade Administrativa de Segurança Portuária, UASP, faz boletim de ocorrência (BO) para apresentar os fatos e, logo após, dá início ao processo administrativo para apresentar as causas do desaparecimento dos bens.

6. AÇÕES PONTUAIS DO AGENTE DE CONTROLE INTERNO AVALIATIVO

6.1. INTRODUÇÃO

O Setor de Controle Interno da APPA atua principalmente na verificação dos controles internos usados pelos vários setores para o devido cumprimento das obrigações e da gestão de risco, conforme preconiza a Lei nº 13.303 (que dispõe sobre o estatuto jurídico das empresas públicas), Resolução nº 024/2017 que Regulamenta as competências dos Núcleos de Controle Interno Avaliativo dos Órgãos da Administração Direta, Indireta, nas Empresas Públicas, nas Sociedades de Economia Mista, nos serviços Autônomos e nos Órgãos de Regime – Especial, Resolução nº 009/2014 que define as competências dos Agentes de Controle Interno atuantes na Administração Direta, Indireta, nas Empresas Públicas, nas Sociedades de Economia Mista, nos Serviços Sociais Autônomos e nos Órgãos de Regime Especial e as Diretrizes e Orientações sobre Controle Interno para Jurisdicionados | 2017 – TCE-PR. A partir dessas normas, houve a criação de normativas internas (Ordem de Serviços e Portarias) que regulamentam suas atividades. Abaixo apresentam-se as Normativas do setor:

Portaria nº 026/16 – A qual institui o Sistema de Controle Interno, composto tanto pelas chefias da estrutura organizacional da APPA como o Setor de Controle Interno, e também seus objetivos e competências.

Portaria nº 143/17 – Institui o Controle Interno, vinculado à presidência, bem como objetivos, estrutura, modalidades, principais áreas de atuação, deveres, finalidades, possibilidade de assessoramento de outras áreas, contratação de empresas e profissionais especializados para auxílio nas atividades específicas, preceitos, periodicidade de relatórios e demais fatos complementares.

Portaria nº 365/19 - Designa os servidores para desempenhar as atividades de Coordenador e Agente de Controle Interno Avaliativo, bem como o Gestor do Controle Interno, composto entre servidores efetivos.

Portaria nº 423/20 – Designa servidor para atuar como Gestor do Controle Interno em substituição ao anterior, revogando o item 6 da portaria nº 365/19.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

6.2. EQUIPE TÉCNICA

Conforme as Portarias supracitadas, o organograma, assim como a composição de equipe técnica, apresenta-se abaixo:

Gestor do Controle Interno:

- Carlos Eidam de Assis – Superintendente de Governança - Matrícula 1994.

Coordenador do Controle Interno:

- Flávio José Lopes Galli – Analista Portuário – Matrícula 2073.

Agente de Controle Interno Avaliativo:

- Jéssica Emily Fuzick Soares – Agente Portuário – Matrícula 2143.

6.3. CURSOS E PALESTRAS REALIZADAS

Os cursos realizados pelo Setor estão todos ligados à área de controles internos, auditoria, governança, riscos e fraudes, e objetivam um aprendizado e fundamentação sobre as atividades diárias realizadas, a fim de desenvolvê-las com maior eficiência e segurança.

A maioria dos cursos e palestras desenvolvidas estão ligadas à Escola de Gestão Pública do TCE/PR e Escola de Gestão do Paraná, considerando que o Órgão proporciona um elevado número de cursos voltados às áreas de atuação do Controle Interno, bem como profissionais capacitados nestas disciplinas.

Alguns cursos realizados em 2021:

- Gestão de Processos – Escola de Gestão do Paraná;
- Gestão de Projetos – Escola de Gestão do Paraná;
- 1º Congresso Internacional de Controle Interno e Auditoria – Conaci;
- Contabilidade Pública: Procedimentos de Conciliação Bancária – Escola de Gestão do Paraná;
- Melhores Práticas para Conselho de Administração – IBGC;
- Lei Geral de Proteção de Dados – Sorato e Walter Advocacia e Consultoria.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

6.4. RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

O relatório final apresenta as atividades realizadas dentre as Diretorias desta Administração, conforme cronograma de 2021. Ele contempla as ferramentas utilizadas e as evidências de atendimento para algumas situações.

Demais ações desta Coordenadoria de Controle Interno – CCINT/APPA, em 2021:

- Avaliação de Controles Internos - Controle dos Depósitos Judiciais Trabalhistas (recomendação da 3ª ICE-TCE/PR), observou-se o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Auge Contadores Ltda., no âmbito do Contrato 042/2020, afim de dar cumprimento às recomendações do TCE, com a auditoria trabalhista nas ações judiciais em trâmite, com a apresentação de relatório com as ações atualmente existentes e seus valores. Tal trabalho é relevante para que se tenha maior controle sobre o contencioso trabalhista. Ainda, em atendimento à recomendação, fora elaborado o "Manual de Orientação Sobre Movimentação e Controle de Depósitos Judiciais Trabalhistas" colaboração da Gerência Contábil em conjunto com a Coordenadoria do Contencioso Trabalhista desta Administração, em consonância à recomendação exarada no Acórdão 32/21- STP/TCE-PR, que instituiu as normas de procedimentos para controle dos depósitos judiciais trabalhistas nos quais a Portos do Paraná é demandada.

- Elaboração de controle interno, com responsável definido, a ser utilizado pela gerência de gestão de pessoas, a fim de monitorar a entrega das declarações de bens para atendimento do art. 86 do Estatuto Social desta Administração.

Art. 86. Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria Interna, do Conselho Fiscal, do Comitê de Indicação e Avaliação e os ocupantes de empregos em comissão, ao assumirem suas funções, apresentarão declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício do cargo, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo.

- Elaboração de controle interno (checklist), com responsável definido, a ser utilizado pela coordenadoria de licitações para verificar a conformidade de publicação de editais de licitação no GMS, principalmente quando de orçamento sigiloso.

- Criação da Matriz de responsabilidade utilizada por esta CCINT para gestão dos controles internos, com definição dos responsáveis pela execução do controle, bem como o gestor responsável, forma de asseguarção em que o controle é executado, a descrição de como o controle é executado, em qual processo e procedimento ele está inserido e quais os fatores de risco caso o controle não seja efetivo.

- Atuação no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção através do sistema e prevenção. Realizado o diagnóstico dos mecanismos de acordo com o sistema e

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

posteriormente coordenação do plano de ação para implantar possíveis melhorias para mitigar não conformidades relacionadas ao diagnóstico.

6.5. PRESTAÇÃO DE CONTAS À CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO (CGE-PR)

O Sistema de Controle Interno do Estado do Paraná, por meio da Controladoria Geral do Estado (CGE-PR), consiste em um plano organizacional de métodos e procedimentos, de forma ordenada, articulados a partir de um órgão central de coordenação, promovendo a eficiência operacional, assegurando a observância das leis, normas e políticas vigentes.

Ela envia ao Controle Interno da APPA, via sistema e-CGE, questionários para obter esclarecimentos das ações internas da empresa sobre as atividades realizadas em um período específico. No exercício de 2021 tivemos três formulários e as questões foram centralizadas nas atividades de convênios recebidos e concedidos, contrato, controle de ações e metas, prestação de contas anual, regularidade, COVID-19, controle de dados, transparência, almoxarifado e GMS.

Vale ressaltar a importância desse questionário, pois ao final de cada exercício ele deve compor a prestação de contas anual entregue ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR).

Ainda, no exercício de 2021, conforme o Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas – Sistema e-CGE, todas as recomendações pertinentes foram acatadas e o respectivo Plano de Ação foi executado conforme descrito.

Por fim, em consonância com as instruções normativas fora efetuado o reporte das demandas dos controles externos mensalmente à CGE, em sua maioria demandas do Ministério Público e Tribunal de Contas. Também foram reportados quadrimestralmente à CGE o Relatório de Avaliação e Monitoramento do PPA 2020-2023 através do protocolo nº 17.597.555-1 e o Relatório de Transferências Voluntárias e Movimentação de Pessoal através do protocolo nº 17.589.721-6.

6.6. APOIO AO CONTROLE EXTERNO DO ESTADO (TCE-PR)

O Tribunal de Contas é um órgão de Controle Externo. Seu grande objetivo é garantir que o dinheiro público seja bem aplicado pelos gestores e retorne à comunidade por meio de serviços de qualidade.

Considerando a necessidade do Setor de Controle Interno da APPA auxiliar nas atividades do TCE-PR, rotineiramente são executadas algumas práticas ligadas ao Órgão Fiscalizador, como:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

- SIT – Sistema Integrado de Transferências;
- SGA - Sistema Gerenciador de Acompanhamento;
- CACO – Canal de Comunicação;
- SEI-CED – Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados.

Acerca do Sistema Integrado de Transferências a APPA possui três convênios:

- FUNESPAR (Convênio - nº 054-2018);
- DER (Convênio nº 080/2014);
- DER (Convênio nº 01/2017) finalizado em 2021.

Nesse trabalho a atividade do Controle Interno da Appa é analisar se o plano de trabalho estabelecido inicialmente está sendo cumprido, bem como se os repasses àquela instituição estão sendo realizados adequadamente. Constantemente o Controle Interno deve acessar o site do TCE-PR e verificar se as atividades estão em dia. Por fim, ao final de cada exercício, deve ser elaborado uma prestação de contas via sistema das atividades dos convênios.

Ainda, o Tribunal de Contas do Estado emite via Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA) ou via Canal de Comunicação (CACO), diretamente ao Coordenador de Controle Interno, achados e solicitações de esclarecimentos de atividades. Vale destacar a importância da verificação diária desses sistemas, tendo em vista que, em sua grande maioria, possuem prazos curtos para que seja elaborada uma resposta. Em 2021 recebemos 19 demandas no CACO e seis (6) apontamentos no SGA.

Por fim, no Sistema Estadual de Informações – SEI-CED, enviamos o arquivo que é gerado no sistema e-CGE da Controladoria Geral do Estado e sistema Siac, onde constam as atividades demandadas pela CGE-PR e executadas pela Coordenadoria de Controle Interno e Coordenadoria de Ouvidoria da APPA no respectivo quadrimestre, bem como demandas da sociedade à ouvidoria no que se refere à transparência e acesso à informação. Posteriormente, reportamos no mesmo sistema e-CGE o recibo de envio daquele arquivo ao TCE-PR.

6.7. PLANO DE AÇÃO 2021

Para o exercício de 2021 foi elaborado o Plano de Atividades do Controle Interno – PACI, através da Portaria nº 041/2021, a qual aponta, essencialmente, o cronograma de atividades que será realizado, bem como o escopo de trabalho, conforme segue:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

PLANO ANUAL DE CONTROLE INTERNO - ESCOPO 2021													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
Plano de Atividades de Controle Interno 2021	■	■											
Relatório de Prestação de Contas Anual - Exercício 2020		■	■	■									
Plano de Ação do Redesenho do processo de Controle Interno - Consultoria Instituto Publix		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
CGE - Relatório Quadrimestral conforme Art. 8º da IN 02.2020 CGE-PR, protocolos nº 16.333.405-4 e 16.332.667-1. Prazo dia 10	■				■				■				■
e-CGE - Formulário de Verificação dos Controles Internos				■		■		■		■		■	
e-CGE - SEI-CED TCE			■		■				■				■
CGE - informar demandas dos Controles Externos	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Monitorar e avaliar os cumprimentos das recomendações, ressalvas e determinações exaradas pelo TCE-PR, conforme Art. 2º IN CGE nº 01/2021.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TCE/PR - Monitorar demandas do Canal de Comunicação (CACO) e Sistema Gerenciador de Acompanhamento (SGA).	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TCE/PR - Monitorar Prestação de Contas no Sistema Integrado de Transferências (SIT). Emitir Relatório Circunstanciado.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

11. Parecer do Controle Interno (X - Parecer Controle Interno)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

SUPERINTENDÊNCIA DE GOVERNANÇA
Coordenadoria de Controle Interno

- Adote práticas administrativas adequadas de acordo com o estabelecido no manual administrativo vigente, registrando todas as movimentações de forma sistematizada e tempestiva a fim de mitigar divergências;
- Estabeleça critérios para melhor identificação dos itens em estoque de acordo com as respectivas particularidades.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Paranaguá, em 25 de abril de 2022.

(Assinado eletronicamente)
Carlos Eidam de Assis
Gestor de Controle Interno

(Assinado eletronicamente)
Flávio José Lopes Galli
Coordenador de Controle Interno

(Assinado eletronicamente)
Jéssica Emily Fuzick Soares
Agente de Controle Interno Avaliativo

12. Relatório da Controladoria Geral do Estado (XI - Relatório da Controladoria Geral do)

Coordenadoria de Controle Interno

Relatório Consolidado, contendo as avaliações das Coordenadorias da Controladoria-Geral do Estado para a Prestação de Contas

Sistema e-CGE

Gerado em: 31/03/2022, às 13:55h

ÓRGÃO AVALIADO:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Introdução

A Controladoria-Geral do Estado – CGE, órgão central do Sistema de Controle Interno, instituída nos termos da Lei Estadual nº 17.745, de 30 de outubro de 2.013 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 2.741/2.019, tem como atribuições exercer a avaliação dos controles internos administrativos dos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual, a fim de obter garantia razoável de que o cumprimento da missão do Estado e dos objetivos gerais será exercido de forma organizada, ética, econômica e efetiva, em cumprimento às leis e procedimentos, com o propósito de melhorar e aprimorar a gestão.

As atividades de avaliação dos controles internos administrativos são executadas pela Coordenadoria de Controle Interno – CCI, que aprecia os processos e procedimentos adotados no Órgão/Entidade da administração pública, compondo assim o Sistema de Controle Interno do Estado do Paraná.

Objetivo

O objetivo da Controladoria Geral do Estado é realizar a avaliação, monitoramento e acompanhamento das atividades de controle de cada órgão/entidade, os quais estão estabelecidos nos seguintes dispositivos legais:

- Constituição Federal, artigos 70 e 74, sobre as atividades e finalidades do Sistema de Controle Interno, respectivamente.
- Constituição Estadual, artigos 74 e 78, consoantes com os supracitados artigos da Constituição Federal.
- Lei Complementar nº 101/2.000, parágrafo único, artigo 54, determina que o Relatório de Gestão Fiscal seja assinado pelas autoridades responsáveis pelo controle interno, bem como o artigo 59, que define as responsabilidades do Sistema de Controle Interno quanto à fiscalização da gestão fiscal.

- Lei nº 15.524/2.007, que institui o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.
- Decreto nº 2.741/2.019, o qual aprova o regulamento da CGE.

Metodologia

A metodologia definida pela CGE/CCI tem como fito os procedimentos, técnicas e sistemas de controle utilizados na Administração Pública. Esses elementos são avaliados durante o exercício pelos Agentes de Controle Interno Avaliativos, que se utilizam da verificação dos documentos, da análise física de bens, da análise do ambiente, de entrevistas com servidores, chefes de divisão e ordenadores de despesa, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, por meio do sistema e-CGE.

O Sistema Integrado de Avaliação e Controle (SIAC), criado pela CGE em 2.012 com o auxílio da CELEPAR, teve como intuito alcançar os controles existentes nos órgãos e entidades do Poder Executivo, conhecer suas fragilidades e atuar de forma incisiva no fortalecimento dos controles. A partir de 2.020, adotou-se o e-CGE, nova solução para gestão corporativa da CGE, em substituição ao SIAC.

O sistema constitui um fluxo de atividades entre a Controladoria Geral do Estado, os agentes de controle interno e o titular ou dirigente do órgão/entidade. Portanto, cada formulário enviado para o órgão/entidade contempla quesitos que são indexados em três níveis de detalhamento. O menor nível está dividido em cinco áreas específicas: acompanhamento de gestão, administrativa, financeira planejamento e recursos humanos. O segundo nível de detalhamento, contempla 18 subáreas: administração de materiais e bens, deslocamento de servidores, gestão da informação e documentos, licitação e contratos, quadro funcional, entre outros. O terceiro nível subdivide-se em 44 objetos: adiantamento, almoxarifado, bens móveis, bens imóveis, entre outros.

Os quesitos são respondidos com SIM ou NÃO; cada quesito respondido negativamente deve, obrigatoriamente, estar acompanhado de motivação do fato que caracteriza a desconformidade ou a irregularidade.

O trabalho realizado pelos agentes de controle interno se baseia no levantamento de informações, documentos, processos e itens necessários para avaliar a conformidade, de acordo com cada quesito, mediante prova seletiva, a partir do estabelecimento do tamanho da amostra. Destaca-se que os documentos, que fizerem parte do escopo da investigação, deverão ser arquivados, caso seja necessário, para comprovação futura.

Realizados tais apontamentos e recomendações, direcionadas especialmente para o gestor do órgão, este, sob seus cuidados, responsabilidade e planejamento, elabora um plano de ação que terá a finalidade de cumprir as orientações exaradas pela Coordenadoria de Controle Interno, estabelecendo inclusive, prazos para cumprimento de metas.

O sistema contempla, ainda, o efetivo acompanhamento das recomendações exaradas por esta Coordenadoria de Controle Interno a partir da inclusão do Plano de Ação elaborado pelo Gestor do órgão/entidade e monitorado pelo Agente de Controle Avaliativo através do *checklist* de acompanhamento.

Equipe Responsável pela Avaliação do Controle Interno no Órgão

Agente de Controle Interno

Jessica Emily Fuzick Soares

E-mail: jessica.soares@appa.pr.gov.br

Telefone: 41 3420 1113

Ato de Designação: Portaria 365/2019

Gestor

Carlos Eidam de Assis

E-mail: carlos.assis@appa.pr.gov.br

Telefone: 41 34201395

Formulário

Form_01_2021_03

Período de apuração: 01/01/2021 - 30/04/2021

Data do 1º envio: 12/05/2021

Situação: Encerrado

Tabela Form_01_2021_03

Detalhamento	Quantidade
Quesitos Enviados	48
Achados	0
Recomendações	0
Planos de Ação Gerados	--
Quesitos Já realizados	--
Quesitos Não Acatados	--
Quesitos em Acompanhamento no <i>Checklist</i>	--
Quesitos Não Realizados	--

Tramitação do Formulário Form_01_2021_03

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
Coordenadoria de Controle Interno	12/05/2021	02/06/2021 (concluído em 01/06/2021)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	01/06/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	01/06/2021	09/06/2021 (concluído em 09/06/2021)	--	Coordenadoria de Controle Interno	Justificar questionamentos
Coordenadoria de Controle Interno	09/06/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar postergar prazo com quantidade de dias
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	10/06/2021	18/06/2021 (concluído em 15/06/2021)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	15/06/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Analisar Justificativas e Elaborar Recomendações

Tabela Área/Objeto Contemplados Form_01_2021_03

Área	Objeto
Acompanhamento de Gestão	Controle de Ações e Metas

Acompanhamento de Gestão	Prestação de Contas Anual
Administrativa	Contrato
Financeira	Convênios Concedidos
Financeira	Convênios Recebidos

Constatações

- No período de apuração não foram identificados achados relativos às rotinas de "Controle de Ações e Metas" vinculadas a área Acompanhamento de Gestão

Usuários envolvidos neste formulário

- Flavio Jose Lopes Galli - Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Zildete Tasso Goncalves - Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Carlos Eidam de Assis - Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

Formulário

Form_02_2021_03

Período de apuração: 01/01/2021 - 30/06/2021
 Data do 1º envio: 15/07/2021
 Situação: Encerrado

Tabela Form_02_2021_03

Detalhamento	Quantidade
Quesitos Enviados	38
Achados	2
Recomendações	2
Planos de Ação Gerados	1
Quesitos Já realizados	1
Quesitos Não Acatados	1

Quesitos em Acompanhamento no Checklist	0
Quesitos Não Realizados	0

Tramitação do Formulário Form_02_2021_03

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
Coordenadoria de Controle Interno	15/07/2021	05/08/2021 (concluído em 05/08/2021)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	05/08/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	12/08/2021	02/09/2021 (concluído em 13/08/2021)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	13/08/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	18/08/2021	08/09/2021 (concluído em 18/08/2021)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Responder formulário
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	18/08/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	27/08/2021	04/09/2021 (concluído em 04/09/2021)	--	Coordenadoria de Controle Interno	Justificar questionamentos
Coordenadoria de Controle Interno	04/09/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar postergar prazo com quantidade de dias
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	13/09/2021	21/09/2021 (concluído em 21/09/2021)	--	Coordenadoria de Controle Interno	Justificar questionamentos
Coordenadoria de Controle Interno	21/09/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar postergar prazo com quantidade de dias
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	21/09/2021	23/09/2021 (concluído em 21/09/2021)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	21/09/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Analisar Justificativas e Elaborar Recomendações
Coordenadoria de Controle Interno	19/10/2021	19/10/2022 (concluído em 25/10/2021)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Registrar execução de tarefas do Plano de Ação
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	25/10/2021	--	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Upload de relatório de conclusão a respeito

Tabela Área/Objeto Contemplados Form_02_2021_03

Área	Objeto
Financeira	Regularidade
Recursos Humanos	COVID-19

Constatações

1. Há achados em todas as áreas / objetos contemplados, no período de apuração.

Acompanhamento das ações

Achado: O Recurso Humanos não possui controle da escala

Recomendação

Esta Coordenadoria recomenda que as escalas sejam devidamente encaminhadas ao Setor de Recursos Humanos da entidade, para que proceda as devidas atualizações e anotações na ficha funcional do servidor/funcionário.

Plano de Ação

Será solicitado que a comunicação de escalas de cada diretoria no período do revezamento, decorrente do SARS COV19, seja encaminhada à Gerencia de Gestão de Pessoas.

Prazo de Execução

Realizado

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Encerrado

Achado: O setor de recursos humanos do órgão/entidade não tem controle dos relatórios apresentados pelos funcionários em sistema híbrido e/ou teletrabalho

Recomendação

Esta Coordenadoria recomenda que após a análise por parte da chefia imediata, os relatórios apresentados sejam encaminhados ao Setor de Recursos Humanos da entidade, para que proceda o devido controle e registro na pasta funcional dos funcionários(as)/servidores(as).

Plano de Ação

Elaboração do Plano de Ação pendente

Prazo de Execução

--

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

--

Usuários envolvidos neste formulário

- Flavio Jose Lopes Galli - Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

- Zildete Tasso Goncalves - Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Carlos Eidam de Assis - Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

Formulário

Form_03_2021_03

Período de apuração: 01/01/2021 - 30/09/2021

Data do 1º envio: 06/10/2021

Situação: Encerrado

Tabela Form_03_2021_03

Detalhamento	Quantidade
Quesitos Enviados	32
Achados	4
Recomendações	4
Planos de Ação Gerados	1
Quesitos Já realizados	2
Quesitos Não Acatados	2
Quesitos em Acompanhamento no <i>Checklist</i>	0
Quesitos Não Realizados	0

Tramitação do Formulário Form_03_2021_03

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
Coordenadoria de Controle Interno	06/10/2021	27/10/2021 (concluído em	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO	Responder formulário

Remetente		Prazo	Destinatário		Atividade
Perfil	Data do Envio		Atraso (dias)	Perfil	
		26/10/2021)		DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	26/10/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Avaliar formulário
Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	04/11/2021	12/11/2021 (concluído em 05/11/2021)	--	Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Justificar questionamentos
Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	05/11/2021	--	--	Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Analisar Justificativas e Elaborar Recomendações
Coordenadoria de Controle Interno	13/12/2021	13/12/2022 (concluído em 24/01/2022)	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Registrar execução de tarefas do Plano de Ação
Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	24/01/2022	--	--	Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)	Upload de relatório de conclusão a respeito

Tabela Área/Objeto Contemplados Form_03_2021_03

Área	Objeto
Acompanhamento de Gestão	GMS
Administrativa	Almoxarifado
Administrativa	Controle de Dados
Administrativa	Transparência

Constatações

1. No período de apuração não foram identificados achados relativos às rotinas de "Transparência" vinculadas a área Administrativa
2. No período de apuração não foram identificados achados relativos às rotinas de "GMS" vinculadas a área Acompanhamento de Gestão

Acompanhamento das ações

Achado: O responsável pelo almoxarifado não elabora relatório anual de consumo!

Recomendação

Considerando o princípio da boa administração, recomenda-se a elaboração do relatório anual de consumo como procedimento de controle administrativo, permitindo assim o monitoramento e acompanhamento do consumo do exercício.

Plano de Ação

Atendendo a recomendação deste órgão de controle, será elaborado relatório anual de consumo, este procedimento trará um controle administrativo mais adequado para controle, avaliação e irá permitir o monitoramento e acompanhamento do consumo do exercício.

Prazo de Execução

Realizado

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Encerrado

Achado: Não é enviado relatório mensal de consumo aos responsáveis das unidades atendidas por materiais do almoxarifado!

Recomendação

Considerando a importância dos controles relativos ao almoxarifado ou de materiais de consumo imediato, recomenda-se ao setor responsável a implantação de rotina de geração de relatório mensal de consumo a ser disponibilizado aos responsáveis de cada setor atendido

Plano de Ação

Atendendo a recomendação deste órgão de controle, será elaborado relatório anual de consumo, este procedimento trará um controle administrativo mais adequado para controle, avaliação e irá permitir o monitoramento e acompanhamento do consumo do exercício.

Prazo de Execução

Realizado

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

Encerrado

Achado: O servidor ou funcionário designado para o controle do almoxarifado não possui cargo efetivo.

Recomendação

Considerando a motivação exarada pelo Agente de Controle Interno Avaliativo do órgão no quesito referente a designação formal do responsável pelo almoxarifado e considerando princípio da boa administração e da razoabilidade, recomenda-se que o responsável pelo almoxarifado seja designado formalmente, imputando-o assim as responsabilidades pela correta manutenção dos materiais.

Plano de Ação

Elaboração do Plano de Ação pendente

Prazo de Execução

--

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

--

Achado: Não há servidor designado para substituir àquele que atua no controle do almoxarifado, nas suas ausências e impedimentos!

Recomendação

Considerando que na ausência do responsável não há um servidor substituto designado formalmente que atenda o almoxarifado, recomenda-se que seja designado servidor substituto, para que no afastamento do titular, para atuar no almoxarifado impondo-o a devida responsabilidade pela guarda dos materiais.

Plano de Ação

Elaboração do Plano de Ação pendente

Prazo de Execução

--

Status do Checklist (Situação do plano de ação)

--

Usuários envolvidos neste formulário

- Flavio Jose Lopes Galli - Agente de Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Zildete Tasso Goncalves - Técnico - Controle Interno - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)
- Carlos Eidam de Assis - Gestor - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (APPA)

**Relatório da Controladoria Geral do Estado com as avaliações das
Coordenadorias de Controle Interno, de Ouvidoria, de Corregedoria, de
Transparência e Controle Social e de Integridade e Compliance, conforme
Instrução Normativa do TCE**

Coordenadoria de Ouvidoria

Relatório de Avaliação - Janeiro a Dezembro de 2021

Órgão:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
- APPA**

Objetivo

Apresentar Relatório de Resultados em consonância com a Lei 17.745/13 e o Decreto 2.741/2019, considerando que a Coordenadoria de Ouvidoria tem, entre outras atribuições, a de coordenação e manutenção do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, do Poder Executivo Estadual, estabelecido como canal de comunicação para o atendimento das demandas da população, visando receber e dar encaminhamento às solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre as ações e programas de governo.

Metodologia

Este trabalho evidencia os resultados dos atendimentos recepcionados pelo Órgão/Entidade, por intermédio do portal da Internet, carta, e-mail, telefone, WhatsApp ou pessoalmente, registrados no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO, no ano de 2021. Os dados coletados requerem, além da análise das informações gerais e de interesse gerencial, a especial atenção quanto à eficiência, eficácia e celeridade dos atendimentos elencados.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Exercício 2021

Natureza	Reivindicações	Porcentagem
Solicitação	30	37,5%
Reclamação	20	25,0%
Acesso à Informação	15	18,8%
Denúncia	11	13,8%
Sugestão	4	5,0%

Status	Reivindicações	Porcentagem
Encerrada	80	100%

**Relatório da Controladoria Geral do Estado com as avaliações das
Coordenadorias de Controle Interno, de Ouvidoria, de Corregedoria, de
Transparência e Controle Social e de Integridade e Compliance, conforme
Instrução Normativa do TCE**

Coordenadoria de Corregedoria

Relatório de Avaliação - Janeiro à Dezembro de 2021

Órgão:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
- APPA**

Objetivo

A Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) integra a estrutura funcional da Controladoria Geral do Estado (CGE), sendo o órgão central do sistema de correição do Poder Executivo Estadual.

As atribuições da Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) estão previstas no Anexo I do Decreto nº 2.741/2019 que aprova o Regulamento da Controladoria Geral do Estado (CGE), – conforme segue:

Decreto 2.741/2019 – Anexo I – Regulamenta a Controladoria Geral do Estado.

“Art. 16. São atribuições da Coordenadoria de Corregedoria - CCOR:

- I.- o exercício das atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Estadual;
- II.- o planejamento, orientação, supervisão, avaliação e controle das atividades de correição no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- III.- a realização de inspeções, visitas e outras atividades correcionais junto às demais unidades do Sistema de Corregedoria do Poder Executivo Estadual, propondo a adoção de providências ou a correção das falhas;
- IV.- a investigação e análise de reclamações, representações, denúncias e quaisquer outras informações que noticiem irregularidades praticadas por agentes públicos e pessoas jurídicas, com a sugestão do encaminhamento devido;

- V.- a adoção de medidas pertinentes, em caso de omissão ou retardamento de providências a cargo da autoridade responsável pela instauração de procedimentos administrativos;
- VI.- a recomendação ao Controlador-Geral para que instaure ou determine a instauração de sindicâncias, processos administrativos disciplinares, investigações preliminares, procedimentos de responsabilização de pessoas jurídicas, e demais procedimentos correccionais para apurar responsabilidade por irregularidades praticadas no âmbito do Poder Executivo Estadual;
- VII.- a apuração, concorrentemente, da responsabilidade de agentes públicos por eventual infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo ou da função em que se encontre investido;
- VIII.- a fiscalização e inspeção das atividades desenvolvidas pelos agentes públicos, podendo ainda instaurar e conduzir procedimentos correccionais;
- IX.- o recebimento, avaliação e processamento de representações fundamentadas sobre casos de irregularidades, desperdícios e demais ações administrativas lesivas ao interesse público;
- X.- a instauração e julgamento, concorrentemente, dos procedimentos de apuração de responsabilidade de pessoa jurídica;
- XI.- a invocação de procedimentos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas, realizando o exame de regularidade do procedimento, bem como recomendando a correção do seu andamento;
- XII.- a participação, no âmbito de sua competência, de negociação, formalização e assinatura de acordos de leniência;
- XIII.- o monitoramento dos acordos de leniência celebrados;
- XIV.- a normatização com vista à uniformização de entendimentos institucionais da Coordenadoria de Corregedoria;
- XV.- o desempenho de outras atividades correlatas.

Ainda realiza a orientação e a fiscalização do regular atendimento aos princípios constitucionais e ao ordenamento jurídico relativo à apuração de irregularidades cometidas por agentes públicos, bem como de pessoas jurídicas que incorram em irregularidades descritas na Lei Federal nº 12.846/2016, regulamentada no Estado do Paraná pelo Decreto nº 11.953/2018.

Metodologia

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) da Controladoria Geral do Estado (CGE), estão relacionadas, prioritariamente, à fiscalização dos órgãos do Poder Executivo do Estado do Paraná no que se refere a aspectos de ordem

disciplinar, acompanhando desde a instauração até a conclusão dos processos de sindicância e dos processos administrativos disciplinares.

Faz-se importante enfatizar que a atuação da Coordenadoria de Corregedoria (CCOR), ao acompanhar uma sindicância ou um processo administrativo disciplinar, limita-se a garantir a sua regularidade legal e formal; conformidade à legislação aplicável e princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, ampla defesa e contraditório, posto que esta Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) não se manifesta quanto ao mérito dos fatos que originaram os procedimentos instaurados, exceto em situações específicas onde há clara contradição entre o que consta dos autos e sua conclusão.

São realizadas inspeções junto aos órgãos da seguinte forma:

- a) Remotas - acompanhamento dos atos relativos à instauração, processamento e conclusão de sindicâncias e processos disciplinares publicados no Diário Oficial do Estado;
- b) À distância – análise dos relatórios encaminhados pelos órgãos/entidades, por força do Decreto nº 1.195/11, como fonte complementar à pesquisa no Diário Oficial do Estado, realizada periodicamente;
- c) Pontuais – análise de processos selecionados, mediante levantamento prévio, requisitados pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR);
- d) *In loco* – análise, na sede dos órgãos/entidades, de processos selecionados e requisitados previamente.

Achados

Considerando que cabe à Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) da Controladoria Geral do Estado (CGE) a fiscalização dos órgãos do Poder Executivo, inclusive pertinente aos procedimentos disciplinares, alguns procedimentos podem ser avocados pela Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) e outros encaminhados para Secretarias de Estado com recomendação de verificação mais detida dos aspectos de ordem formal e materiais.

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL).

Não ocorreu intervenção ou recomendação desta Coordenadoria de Corregedoria (CCOR) à entidade.

No ano de 2021 no âmbito da APPA foram instaurados 01 (uma) sindicância e 05 (cinco) processos administrativos disciplinares, dados extraídos do relatório anual encaminhado pelo órgão conjuntamente com a pesquisa ativa em Diário Oficial do Estado do Paraná.

**Relatório da Controladoria Geral do Estado com as avaliações das
Coordenadorias de Controle Interno, de Ouvidoria, de Corregedoria, de
Transparência e Controle Social e de Integridade e Compliance, conforme
Instrução Normativa do TCE**

Coordenadoria de Transparência e Controle Social

Relatório de Avaliação - Janeiro à Dezembro de 2021

Órgão:

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
- APPA**

Objetivo

O presente relatório tem por finalidade o estabelecimento de diretrizes, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à transparência de dados e informações públicas do Poder Executivo Estadual, conforme previsto no Decreto Estadual 2.741/2019, que regulamenta a Controladoria Geral do Estado do Paraná - CGE, bem como define a Gestão Estratégica do Sistema da Transparência e Controle Social.

O referido dispositivo também aduz consonância com as Leis nº 16.595/2010 (Lei Estadual da Transparência) e 12.527/11 (Lei Federal de Acesso à Informação Pública), Lei 19.848/2019, além do Decreto Estadual nº 10.285/14.

Metodologia

O desenvolvimento do trabalho teve como base a análise dos dados de transparência disponibilizados nos sítios institucionais dos órgãos e entidades que integram o Poder Executivo Estadual, bem como no sistema de tecnologia (Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias – SIGO) utilizado para a recepção, gerenciamento e

atendimento dos pedidos formulados com fulcro na legislação de acesso a informações públicas por meio de cumprimento de prazos.

De posse das informações da entidade APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina) verificamos a observância aos requisitos de navegabilidade, usabilidade, acessibilidade, atualização, autenticidade, integridade e temporalidade das informações, conforme a atuação da Coordenadoria de Transparência e Controle Social para o exercício de 2021, por meio da avaliação dos registros inseridas no seu Portal Institucional.

Abaixo, elencamos os 17 (dezesete) assuntos obrigatórios avaliados por esta coordenadoria, conforme determina a legislação que trata sobre o tema:

01- Órgão/ entidade (Competências, Estrutura Organizacional, Endereço, Telefone, Horário Atendimento)

02.1- Relação de Servidores (Lista de Servidores Públicos do Paraná, com cargo e Local de Trabalho)

02.2- Remuneração dos servidores (Remuneração dos Servidores)

03.1- Patrimônio Imóvel (Proprietário, Ocupante, Categoria da Ocupação, Cessão de Uso, Doação)

03.2 Patrimônio Móvel (Bens móveis)

04.1- Programas (Programas Executados pelo Órgão/Entidade)

04.2- Projetos (Projetos desenvolvidos pelo Órgão/Entidade)

04.3- Ações (Ações realizadas pelo Órgão/Entidade)

04.4- Metas (Metas estipuladas pelo Órgão/ Entidade)

05- Repasses ou Transferências de recursos (Repasses ou Transferências de Recurso efetuadas ou recebidas pelo Órgão/Entidade)

06- Despesas (Fonte de Recursos, Elemento e Natureza Fonte de Recursos, Elemento e Natureza da Despesa, Orçamento, Empenho, Liquidação e Pagamento)

07- Atos (Leis, Decretos, Emendas, Resoluções, Portarias)

08- Licitações (Licitação, Modalidade, Edital, Objeto, Valores, Vencedor)

09- Contratos (Contrato, Licitação Vinculada, Fornecedor, Vigência, Valores)

- 10- Irregularidade nos contratos (Atos de Instauração e Decisões Finais das irregularidades no cumprimento das obrigações dos contratos)
- 11- Convênios (Convênios divididos por ano de celebração)
- 12- Despesas de viagens (Roteiro, Valores, Descrição, Relatório Técnico com detalhamento)
- 13- Pagamentos efetuados (Pagamentos Efetuados)
- 14- Perguntas frequentes (Principais perguntas e respostas referente ao Órgão/Entidade)
- 15- Encarregado pelo tratamento de dados pessoais (nome, cargo, localização, contato, e-mail e horário de atendimento)
- 16- Prestação de contas (os três últimos exercícios)
 - 16.1- Prestação de Contas de 2018
 - 16.2- Prestação de Contas de 2019
 - 16.3- Prestação de Contas de 2020
- 17- Doações referente à Covid-19 (data, descrição e quantidade)

Achados – Transparência Passiva

Atendimentos Recebidos	15
Atendimentos Respondidos Tempestivamente	15
Atendimentos Respondidos Intempestivamente	0
Atendimentos não respondidos	0

Achados – Transparência Ativa

1	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/estrutura-organizacional/pages/pessoal/estruturaOrganizacional/exibir_estruturaOrganizacional?windowId=307
2	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/relacao-servidores?windowId=82a
	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pessoal/servidores/poderexecutivo/remuneracao?windowId=71d
3	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/8/119?origem=3&portalInstitucional=APPA
	http://transparencia.pr.gov.br/pte/informacoes/patrimonio/bensMoveis/inicio?windowId=374
4	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente
	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Meio-Ambiente/Pagina/Porto-Escola
	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Videos-Ambientais
	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Orgulho-de-ser-Portos-do-Parana
5	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Relatorios
6	Empresa utiliza recursos próprios para despesas gerais, não utilizando nenhum recurso público.
7	https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=14&orgaoUnidade=7731&retiraLista=true&site=1
8	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes
9	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/pages/compras/contratos/detalhamentos/detalhamento_contrato_gms?windowId=3a8
10	http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/compras/situacao_fornecedores?windowId=191
11	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Convenios-e-acordos
12	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Despesas-de-Viagens
13	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Relatorios
14	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/FAQ-Perguntas-Frequentes
15	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/Pagina/Encarregado-pelo-Tratamento-de-Dados-Pessoais
16	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/pc_2018_arquivofinal.pdf
	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/pc_2019_arquivofinal.pdf
	http://www.portosdoparana.pr.gov.br/sites/portos/arquivos_restritos/files/documento/2021-05/pc_2020_arquivofinal.pdf
17	A empresa Portos do Paraná não recebeu doações para o enfrentamento da pandemia de COVID-19

13. Publicação de Demonstrações Contábeis (XII - Publicação das Demonstrações Contá)


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

 Administradores e aos Conselheiros do
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
 Paranaguá – PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva
Depósitos Judiciais

Conforme nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 459.429 mil, à título de Depósitos Judiciais registrados no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 443.643 mil, à título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Conforme nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 298.737 mil, à título de Obrigações Fiscais e Previdenciárias registradas no Passivo Não Circulante. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Teste de Impairment – Imobilizado

Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ R\$ 597.489 mil, a título de Imobilizado registrado no Ativo Não Circulante. A administração não demonstrou o valor residual individual de cada bem do imobilizado, em comparação com o saldo contábil e a avaliação da existência de indícios internos ou externos de desvalorização, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de

Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos
Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**, para o exercício findo 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de março de 2021, com opinião sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
 AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
 CONTADOR 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
 SÓCIO RESPONSÁVEL TÉCNICO


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%	PASSIVO	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	04	220.363	220.866	0%	Fornecedores		33.831	9.390	260%
Contas a receber	05	7.852	7.532	4%	Obrigações Trabalhistas	12	13.853	12.725	9%
Impostos a recuperar	06	37.232	36.170	3%	Obrigações Fiscais	13	10.408	49.619	-79%
Estoques	07	13.544	12.072	12%	Adiantamentos de clientes	14	11.346	10.161	12%
Despesas de exercícios seguintes		430	154	178%					
Adiantamentos a empregados	08	942	984	-4%					
TOTAL DO CIRCULANTE		280.363	277.778	1%	TOTAL DO CIRCULANTE		69.438	81.894	-15%
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Dep. Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	143.462	136.556	4%	Impostos, taxas e contribuições	13	298.737	224.300	33%
Dep. Judiciais Tributos	09	315.967	270.903	17%	Provisões contingenciais	15	443.643	446.483	-1%
Outros Créditos	10	2.420	1.178	105%					
		461.849	408.637	13%	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		742.380	670.783	11%
IMOBILIZADO					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
INTANGÍVEL	11	597.489	568.587	5%	Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
		2.164	1.809	20%	Prejuízos acumulados	16	(581.873)	(581.397)	0%
		599.653	570.396	5%	Lucro (Prejuízo) do Exercício	16	25.476		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.060.158	979.032	8%	Ajuste de avaliação patrimonial		-	(914)	-100%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		530.047	504.133	5%
TOTAL DO ATIVO		1.341.865	1.256.810	7%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.341.865	1.256.810	7%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto) - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	25.476	6.701
Ajustes para reconciliar o lucro	34.548	(35.765)
Depreciações/amortizações	37.388	26.824
Ajuste de imobilizado	-	2.092
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(2.840)	(63.767)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(914)
Aumento (redução) dos ativos	(39.814)	(26.250)
Contas a receber de clientes	(321)	(5.451)
Estoques	(1.472)	(154)
Tributos a recuperar	1.062	(14.051)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	275	(437)
Depósitos judiciais	6.906	(6.157)
Demais créditos	(46.264)	-
Aumento (redução) dos passivos	61.981	(6.957)
Fornecedores	24.442	(5.038)
Obrigações sociais e trabalhistas	75.564	(11.817)
Impostos e contribuições a recolher	(39.210)	7.731
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	1.185	2.167
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	82.190	(62.271)
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Imobilizado	(82.035)	(21.871)
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(82.035)	(21.871)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	(658)	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(503)	(84.142)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.866	305.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	220.363	220.866


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO LEVANTADOS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	NE	31.12.2021	31.12.2020	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17	453.118	418.908	8%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		174.747	170.015	3%
Infraestrutura de Acostagem		13.443	11.954	12%
Infraestrutura Operacional Terrestre		85.445	72.247	18%
Receitas de Armazenagem		8.170	2.117	286%
Receitas por Utilização de Equipamentos		24.631	30.250	-19%
Diversos Padronizados		9.318	12.385	-25%
Contratos de Arrendamento		136.379	118.366	15%
Receitas Complementares		985	1.574	-37%
DEDUÇÕES DA RECEITA		(43.831)	(42.397)	3%
(-) Contribuições sobre Faturamento	17	(41.747)	(38.455)	9%
(-) Faturas Canceladas		(2.084)	(3.942)	-47%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	409.286	376.511	9%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(168.523)	(205.820)	-18%
Custos Infraestrutura Marítima		(37.770)	(96.239)	-61%
Custos Infraestrutura de Acostagem		(12.538)	(6.099)	106%
Custos Infraestrutura Terrestre		(4.404)	(12.912)	-66%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(6.260)	(9.951)	-37%
Custos Indiretos		(107.551)	(80.619)	33%
LUCRO BRUTO		240.763	170.691	41%
DESPESAS	19	(222.496)	(176.740)	26%
Despesas administrativas				
Despesas com Pessoal		(48.426)	(41.667)	16%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(48.624)	(44.033)	10%
Despesas Gerais		(24.679)	(2.486)	893%
Depreciação do imobilizado		(35.669)	(26.824)	33%
Amortização do intangível		(1.719)	(1.793)	-4%
		(159.117)	(116.803)	36%
Outras receitas (despesas) operacionais	19			
Despesas PCLD		(28.542)	(26.773)	7%
Outras despesas operacionais		(35.097)	(24.380)	44%
Outras receitas(despesas) não recorrentes		260	(8.784)	-103%
		(63.379)	(59.936)	6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO		18.267	(6.048)	402%
RESULTADO FINANCEIRO	20	14.101	12.750	11%
Receitas financeiras		14.759	14.086	5%
(-) Despesas financeiras		(658)	(1.337)	51%
RESULTADO ANTES DO IR E CS		32.367	6.701	383%
Tributos Correntes		(6.891)	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16	25.476	6.701	280%

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos 31 .12. 2019	1.086.444	(588.098)	498.346
Resultado Líquido do Período		6.701	6.701
Ajuste de Exercícios Anteriores		(914)	(914)
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(582.311)	504.133
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(582.311)	504.133
Resultado Líquido do Período		25.476	25.476
Ajuste de Exercícios Anteriores		438	438
Saldos 31.12.2021	1.086.444	(556.397)	530.047


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado do exercício	25.476	6.701
Outros resultados abrangentes		-
Total do Resultado do exercício	25.476	6.701

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio "Almirante Saldanha" da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com graneis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº 37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº 13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº 12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 28 de janeiro de 2022.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante
- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado
Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

Até o final do exercício de 2021, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

f. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou

exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) as revisões das referidas normas abaixo, já vigentes: As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia,

CPC	ALTERAÇÃO/IMPACTO
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual/framework	Revisão de conceitos e esclarecimentos
CPC 06 (R2) - Arrendamentos/IFRS 16 Leases	Efeitos de COVID-19 nos contratos impactados
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios/IFRS 3 Business Combinations	Definição de "negócios"
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa E Erro/IAS8 Accounting Policies, Changes In Accounting Estimates And Erros	Definição do conceito de "material"
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis/IAS 1 Presentation Of Financial Statements	Definição do conceito de "material"
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures	Taxa de juros de referência em hedge
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS 9 Financial Instruments	Taxa de juros de referência em hedge

não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

h. Adoção de Novo Plano de Contas - Contabilidade Regulatória

Com a adesão da Portos do Paraná à Contabilidade Regulatória da Agência Nacional de Transportes Aquaviários em 2018, conforme RN nº15-ANTAQ, que instituiu o Sistema de Contabilidade Regulatória Aplicável ao Setor Portuário (SICRASP), foi adotado como plano de contas da empresa, para que a empresa pudesse agilizar a geração e envio dos arquivos componentes do SICRASP e assim manter a sua regularidade perante a Agência Reguladora.

04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	15.584	19.570
Bancos conta vinculada (i)	1.086	827
Aplicações financeiras (ii)	294.890	289.033
Aplicações financeiras (iii)	(91.197)	(88.564)
Total	220.363	220.866

(i) Saldo de Contas Bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	Saldo em 31/12/2021	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	13,2	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosol Serviços Marítimos Ltda.	314,7	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	94,9	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	14,3	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	29,0	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	82,2	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	147,7	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	0,5	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	209,0	001	0259-3	68.576-3
131/2020	GAESAN Engenharia Ltda.	21,3	001	0259-3	67.091-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	4,6	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	2,5	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1,2	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1,0	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	18,2	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1,3	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	0,7	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	115,8	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	10,6	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	2,8	001	0259-3	71.253-1
TOTAL		1.085,6			

(ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil - Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (ii) da NE nº 09.


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2021 é de R\$7.852 (R\$7.532 em 31 de dezembro de 2020). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	2.451	1.353
Vencidos até 30 dias	1.597	2.490
Vencidos de 30 a 180 dias	207	264
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.597	3.425
Total	7.852	7.532
Parcela do circulante	7.852	7.532
Parcela do não circulante	-	-
Total	7.852	7.532

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.188
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	19
Outras	362
Total	3.597

(ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007 (hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ

optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.

(iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	27.246	21.914
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9.806	7.889
Programa de Integração Social - PIS	31	1.139
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	149	5.228
Total	37.232	36.170

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544 e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.072.

08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	-	-
13º Salário	-	-
Férias	933	965
Adiantamento de passagens	9	19
Outros adiantamentos	0	-
Total	942	984

09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (i)	33.058	29.286
Tributos (ii)	315.967	270.903
Cíveis	19.207	18.705
Outros (iii)	89.853	88.564
Total	458.085	407.458


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

(i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.

(ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.

(iii) O valor de R\$89.853 em 31 de dezembro de 2021 e R\$88.564 para 31 de dezembro de 2020 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	18.108	18.265
Cíveis	71.746	70.299
Total	89.853	88.564

10 – OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Convênio 54/2018 FUNESPAR	666	886
Provisão de IRRF sobre aplicações	438	292
Garantia Copel Comercialização S.A.	1.317	-
Contrato - 042/2021		
Total	2.421	1.178

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

ESPÉCIE DE BEM	Veículos		Terrenos		Edificações e Benfeitorias		Construções		Máquinas Aparelhos e Equip.		Móveis e Utensílios		Equip. de Inform. e Tecnologia	
Dezembro 2020	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791							
Aquisições	-	-	-	-	273	317	1.307							
Baixas	(1.149)	-	-	-	(9)	(44)	(71)							
Deprec./Amortiz.	(88)	-	(7.716)	(3.346)	(15.246)	(270)	(672)							
Transferência	-	-	237	-	-	-	-							
Baixa Deprec. Acum.	1.149	-	-	-	8	42	71							
Ajuste Contábil	(0)	-	0	(0)	798	0	(0)							
Dezembro 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427							

ESPÉCIE DE BEM	Imobilizado em andamento			TOTAL Imobilizado	Intangível	Intangível em andamento		TOTAL Intangível	TOTAL GERAL
	Instalações	Equip. de medição							
Dez / 2020	64.985	22	74	568.587	1.726	83	1.809	570.396	
Aquisições	137	-	66.009	68.045	428	1.645	2.073	70.118	
Baixas	-	-	-	(1.273)	-	-	-	(1.273)	
Deprec./Amort.	(9.401)	(3)	-	(36.741)	(1.719)	-	(1.719)	(38.460)	
Transferência	-	-	(237)	-	-	-	-	-	
Baixa Deprec. Acum.	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste Contábil	0	(0)	(3.196)	-	-	-	-	-	
Dez / 2021	55.722	19	62.650	597.489	435	1.728	2.163	599.653	

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados a pagar	3.030	2.832
Provisão para Férias	10.823	9.893
Provisão para 13º Salário	-	-
Total	13.853	12.725



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
Encargos da Folha	5.776	3.789
Contribuição Previdenciária - INSS	2.725	1.429
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	901	580
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.150	1.780
Contribuições sobre o Faturamento	193.403	162.617
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	159.180	133.855
Programa de Integração Social - PIS	34.223	28.762
Impostos e Contribuições sobre Resultados	105.333	91.193
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	27.789	24.031
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	77.544	67.162
Encargos Retidos de Fornecedores	4.633	2.542
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	1.119	251
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	330	159
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	2.011	1.757
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.173	375
Parcelamento INSS/SEFA-PR	-	13.777
TOTAL	309.145	273.919
Parcela do Circulante	10.408	49.619
Parcela do Não Circulante	298.737	224.300

14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2021 o valor desta conta é de R\$11.346 e de R\$10.161 em 31 de dezembro de 2020.

	Provável	Qtde.	Possível	Qtde.
Ações administrativas	269.052	71	2.649	2
Ações cíveis	28.149	41	681.615	196
Ações trabalhistas	121.909	534	26.509	240

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foi um lucro de 25,476 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2020 a Companhia registrou um lucro contábil de 21,619 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser utilizados em investimentos que beneficiem o próprio porto organizado conforme determinado no convênio de Delegação. O prejuízo do período é transferido para a conta prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 55,655 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 119,294 milhões.

	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	55.655	22.569
EBITDA Ajustado	119.294	73.722
Margem EBITDA	14%	6%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 556.397 e de R\$581.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2020.

15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	119.069	121.909
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	269.052	269.052
Precatórios (i)	27.373	27.373
Total	443.643	446.483
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	443.643	446.483

(i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

A PORTOS DO PARANÁ possui um número elevado de ações judiciais em razão da sua operação, visibilidade e representatividade econômica para o Estado do Paraná. A equipe de advogados subordinados a Diretoria Jurídica atua em todas as áreas de contencioso, administrativo e consultivo.

Para a data base de 31 de dezembro de 2021 as ações estavam assim distribuídas:


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARAGUÁ E ANTONINA - APPA
 CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

17 – RECEITA OPERACIONAL

	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	174.747	170.015	3%
Infraestrutura de Acostagem	13.443	11.954	12%
Infraestrutura Operacional Terrestre	85.445	72.247	18%
Receitas de Armazenagem	8.170	2.117	286%
Receitas por Utilização de Equipamentos	24.631	30.250	-19%
Diversos Padronizados	9.318	12.385	-25%
Contratos de Arrendamento	136.379	118.366	15%
Receitas Complementares	985	1.574	-37%
	453.118	418.908	8%
(-) Deduções da receita	(43.832)	(42.397)	3%
Receita operacional líquida	409.286	376.511	9%

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujos valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela ao lado:

Custos dos Serviços Prestados	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Custos da Infraestrutura Marítima	37.770	96.239	-61%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	12.538	6.099	106%
Custos da Infraestrutura Terrestre	4.404	12.912	-66%
Custos Diversos Padronizados	6.260	9.951	-37%
Custos Indiretos	107.551	80.619	33%
Total	168.523	205.820	-18%

19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Despesas com Pessoal Adm.	48.426	41.667	16%
Serviços de Terceiros e Utilidades	48.624	44.033	10%
Despesas Gerais	24.679	2.486	893%
Depreciação do imobilizado	35.669	26.824	33%
Depreciação do Intangível	1.719	1.793	-4%
Total	159.117	116.803	36%

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas operacionais	31/12/2021	31/12/2020	Δ%
Despesas PCLD (i)	28.542	26.773	7%
Outras Despesas Operacionais (ii)	35.097	24.380	44%
Outras receitas(despesas) não recorrentes	(260)	8.784	-103%
Total	63.379	59.936	6%

(i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).

(ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações

judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05)


ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	113	4.647
Rendimento de aplicação financeira	14.646	9.439
Descontos obtidos	0	0
Total	14.759	14.086
Despesa financeira		
Juros pagos	(620)	(1.299)
Tarifas bancárias	(38)	(38)
Total	(658)	(1.337)
Varição Cambial Líquida	-	-
Resultado financeiro	14.101	12.750

21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado a seguir:

	31/12/2021
Caixa e equivalente de caixa	221.707
Contas a receber	7.852
Total	229.559

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	31/12/2021	31/12/2020
Copel Distribuição S.A.	728	852
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.215	810
Copel Telecomunicações S.A.	30	69
Copel Comercialização S.A.	-	-
TOTAL	1.973	1.731

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)	31/12/2021	31/12/2020
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
Total	67.473,02	67.473,02

QUANTIDADE DE MEMBROS	31/12/2021	31/12/2020
CONSAD - Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	3	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	3	3
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	6	6
Total	18	18

23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2021 a 10 de janeiro de 2022.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2021 a 27 de janeiro de 2022.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2021 a 14 de abril de 2022.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	31/12/2021	31/12/2020
Riscos operacionais	75.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA
CNPJ 79.621.439/0001-91DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de fevereiro de 2022.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente

ANEXO I DA ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO
DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Conselho Fiscal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 24 de março de 2022

MATHEUS PEREIRA DE FARIA
PRESIDENTE

JOÃO EVARISTO DEBIASI
VICE-PRESIDENTE

LUIZ NICÁCIO
MEMBRO TITULAR

ANEXO I DA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPAPARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aprovou, por unanimidade, a referida proposição, considerando as seguintes ressalvas constantes no Parecer da Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S sobre as demonstrações contábeis Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

i) Depósitos Judiciais

Conforme nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 458.085 mil, à título de Depósitos Judiciais registrados no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

ii) Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 443.643 mil, à título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do

saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

iii) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Conforme nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 298.737 mil, à título de Obrigações Fiscais e Previdenciárias registradas no Passivo Não Circulante. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

iv) Teste de Impairment – Imobilizado

Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ R\$ 597.489 mil, a título de Imobilizado registrado no Ativo Não Circulante. A administração não demonstrou o valor residual individual de cada bem do imobilizado, em comparação com o saldo contábil e a avaliação da existência de indícios internos ou externos de desvalorização, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 25 de março de 2022.

DIOGO PILONI E SILVA
Presidente do Conselho de Administração
ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA
Diretor Presidente da APPA
ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO BUENO DE CASTRO
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

CARLOS EIDAM DE ASSIS
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

NILSON HANKE CAMARGO
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

WELBY PEREIRA SALES
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

GIOVANI DA SILVA FERREIRA
Membro Titular
ASSINADO DIGITALMENTE

40581/2022



14. Parecer de Auditores Independientes (XIII - Parecer Auditores Independetes)



Russell Bedford

taking you further

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis

**Referente ao exercício findo em 31 de dezembro
de 2021**



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR**

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Depósitos Judiciais

Conforme nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 459.429 mil, à título de Depósitos Judiciais registrados no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 443.643 mil, à título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Conforme nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 298.737 mil, à título de Obrigações Fiscais e Previdenciárias registradas no Passivo Não Circulante. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Teste de Impairment – Imobilizado

Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ R\$ 597.489 mil, a título de Imobilizado registrado no Ativo Não Circulante. A administração não demonstrou o valor residual individual de cada bem do imobilizado, em comparação com o saldo contábil e a avaliação da existência de indícios internos ou externos de desvalorização, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Conseqüentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Russell Bedford

taking you further

Outros assuntos

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis da **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA**, para o exercício findo 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de março de 2021, com opinião sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;



Russell Bedford

taking you further

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

15. Parecer do Conselho (XIV - Parecer do Conselho de Administração)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

**ANEXO I DA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da APPA relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aprovou, por unanimidade, a referida proposição, considerando as seguintes ressalvas constantes no Parecer da Russel Bedford GM Auditores Independentes S/S sobre as demonstrações contábeis Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

i) Depósitos Judiciais

Conforme nota explicativa nº 9, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 458.085 mil, à título de Depósitos Judiciais registrados no Ativo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

ii) Passivos Contingentes

Conforme nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ 443.643 mil, à título de Provisões Judiciais registradas no Passivo Não Circulante, que se referem a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

iii) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Conforme nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade possui o saldo de R\$ 298.737 mil, à título de Obrigações Fiscais e Previdenciárias registradas no Passivo Não Circulante. Não foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção destes valores nas demonstrações contábeis. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

**ANEXO I DA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

iv) Teste de Impairment – Imobilizado

Conforme nota explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possui o saldo de R\$ R\$ 597.489 mil, a título de Imobilizado registrado no Ativo Não Circulante. A administração não demonstrou o valor residual individual de cada bem do imobilizado, em comparação com o saldo contábil e a avaliação da existência de indícios internos ou externos de desvalorização, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado. Consequentemente, não nos foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 25 de março de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE

DIOGO PILONI E SILVA

Presidente do Conselho de Administração

ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente da APPA

ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO BUENO DE CASTRO

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

CARLOS EIDAM DE ASSIS

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

NILSON HANKE CAMARGO

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

WELBY PEREIRA SALES

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

GIOVANI DA SILVA FERREIRA

Membro Titular

Documento: **ANEXOIATADA91REUNIAOORDINARIACONSADrev1.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Fernando Bueno de Castro** em 29/03/2022 17:13.

Assinatura Avançada realizada por: **Giovani da Silva Ferreira** em 29/03/2022 15:47, **Rafael Moura de Oliveira** em 29/03/2022 15:56, **Ten.-cel. Qopm Welby Pereira Sales** em 31/03/2022 19:47.

Assinatura Simples realizada por: **Leandro Pazzetto Arruda** em 29/03/2022 16:29, **Carlos Eidam de Assis** em 29/03/2022 19:16, **Nilson Hanke Camargo** em 30/03/2022 10:43, **Luiz Fernando Garcia da Silva** em 01/04/2022 11:26, **Diogo Piloni e Silva** em 04/04/2022 14:37.

Inserido ao protocolo **18.794.658-1** por: **Cezar Tramuja Neto** em: 29/03/2022 15:37.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
3971126a12be7a8c9c54cd33a29473ff.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ/MF Nº 79.621.439/0001-91- NIRE 41207943005

**ANEXO II DA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, tendo examinado a Proposta de Destinação do Resultado da Administração da APPA relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aprovou, por unanimidade, a referida proposição.

Face ao exposto, é de parecer que os citados documentos ficam devidamente aprovados por este colegiado.

Paranaguá, 25 de março de 2021.

ASSINADO DIGITALMENTE

DIOGO PILONI E SILVA

Presidente do Conselho de Administração

ASSINADO DIGITALMENTE

LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Diretor Presidente da APPA

ASSINADO DIGITALMENTE

FERNANDO BUENO DE CASTRO

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

CARLOS EIDAM DE ASSIS

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

LEANDRO PAZZETTO ARRUDA

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

NILSON HANKE CAMARGO

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

WELBY PEREIRA SALES

Membro Titular

ASSINADO DIGITALMENTE

GIOVANI DA SILVA FERREIRA

Membro Titular

Documento: **ANEXOIIATADA91REUNIAOORDINARIACONSAD.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Fernando Bueno de Castro** em 29/03/2022 10:12.

Assinatura Avançada realizada por: **Giovani da Silva Ferreira** em 28/03/2022 15:23, **Ten.-cel. Qopm Welby Pereira Sales** em 29/03/2022 14:42, **Rafael Moura de Oliveira** em 29/03/2022 15:56.

Assinatura Simples realizada por: **Leandro Pazzetto Arruda** em 28/03/2022 14:58, **Carlos Eidam de Assis** em 28/03/2022 14:59, **Nilson Hanke Camargo** em 28/03/2022 16:24, **Luiz Fernando Garcia da Silva** em 01/04/2022 11:26, **Diogo Piloni e Silva** em 04/04/2022 14:37.

Inserido ao protocolo **18.794.658-1** por: **Cezar Tramuja Neto** em: 28/03/2022 14:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
acf9f47c4143dca40f6b245561f9488a.



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ/MF N° 79.621.439/0001-91

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Realizada em 24 de março de 2022

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas e trinta minutos, reuniu-se, por videoconferência, o Conselho Fiscal da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA, nas pessoas dos seus Conselheiros Matheus Pereira de Faria (presidente), João Evaristo Debiasi (vice-presidente), Luiz Nicácio (membro titular) e como convidados os senhores Marcos Alfredo Bonoski, Diretor Administrativo e Financeiro da APPA, Carlos Eidam de Assis, Superintendente de Governança da APPA, Rodrigo Neris Cavalcanti, Gerente Contábil da APPA e Lucas Mothci Sarmanho, Gerente Financeiro da APPA. A presente reunião tem a seguinte **ORDEM DO DIA**: **1)** Aprovação do Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2021; **2)** Aprovação das Demonstrações Financeiras da APPA referentes ao exercício de 2021; **3)** Aprovação do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **4)** Aprovação da Proposta de Destinação do Lucro apurado no exercício de 2021; **5)** Emissão de Parecer sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **6)** Emissão de Parecer sobre o Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2021; **7)** Assuntos gerais.

ASSUNTOS TRATADOS:

Nos item “1 e 6” da Ordem do Dia: Após apresentação pelo Sr. Carlos Eidam de Assis sobre a Carta Anual de Governança Corporativa e apresentação pelo Sr. Rodrigo Neris Cavalcanti este conselho deliberou pela aprovação do Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício de 2021 e pela emissão de parecer conforme “Anexo I” desta Ata.



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ/MF N° 79.621.439/0001-91

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Realizada em 24 de março de 2022

No item “2” da Ordem do Dia: Após apresentação pelo sr. Rodrigo Cavalcanti, este Conselho deliberou pela aprovação das Demonstrações Financeiras da APPA referentes ao exercício de 2021;

No item “3” da Ordem do Dia: Este Conselho deliberou pela aprovação do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Nos item “4 e 5” da Ordem do Dia: Após apresentação pelo Sr. Sr. Rodrigo Neris Cavalcanti da Proposta de Destinação do Lucro Líquido Apurado em 2021, foi aprovada a Destinação do Lucro apurado no exercício de 2021 no valor de a) R\$ 25.476.087,66 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), a serem destinados a dedução da Conta Prejuízos Acumulados, restando assim em seu saldo o valor de R\$ 556.396.730,32 (quinhentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e noventa e seis mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos), e pela emissão de parecer conforme “Anexo II” desta Ata.

No item “7” da Ordem do Dia, Assuntos Gerais: O Sr. João Debiasi informou que enviou à Presidência deste Conselho solicitação de desligamento deste Conselho a partir de 25 de março de 2022 conforme protocolo 18.740.909-8. Ele manifestou votos de gratidão aos demais Conselheiros se se colocou à disposição no que puder colaborar. Também agradeceu ao Predidente da APPA, Sr. Luiz Fernando Garica da Silva e a toda a Diretoria da empresa, parabenizando pela gestão eficiente. O Sr. Matheus Faria agradeceu ao Sr. Debiasi pelo período em que atuaram juntos, destacando suas experiências em gestão pública que tanto



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ/MF N° 79.621.439/0001-91

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Realizada em 24 de março de 2022

colaboraram para os trabalhos do Conselho. O Sr. Luiz Nicácio agradeceu ao Sr. Debiasi pelo companheirismo enquanto membro do Conselho. O Sr. Marcos Bonoski agradeceu pela contribuição e disposição do Sr. Debiasi reconhecendo a importância de sua atuação enquanto membro do Conselho e manifestou votos de sucesso à frente da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura do Paraná.

ENCERRAMENTO: Não havendo mais nada a tratar, encerra-se esta reunião às 11:45, sendo lavrada a presente ata que lida, conferida e aprovada, vai por todos assinada.

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Matheus Pereira de Faria

Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Evaristo Debiasi

Vice-Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Luiz Nicácio

Membro Titular

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Marcos Alfredo Bonoski

Diretor Administrativo e Financeiro da APPA

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Carlos Eidam de Assis

Superintendente de Governança da APPA

ASSINADO ELETRONICAMENTE

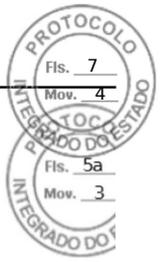
Rodrigo Neris Cavalcanti

Gerente Contábil da APPA

ASSINADO ELETRONICAMENTE

Lucas Mothci Sarmanho

Gerente Financeiro da APPA



Documento: **ATADA61REUNIAOORDINARIA.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **João Evaristo Debiasi** em 25/03/2022 07:34.

Assinatura Avançada realizada por: **Lucas Mothci Sarmanho** em 24/03/2022 16:14, **Marcos Alfredo Bonoski** em 24/03/2022 16:23, **Rodrigo Ne Cavalcanti** em 25/03/2022 09:21, **Matheus Pereira de Faria** em 25/03/2022 11:38, **Luiz Nicacio** em 28/03/2022 10:39.

Assinatura Simples realizada por: **Carlos Eidam de Assis** em 24/03/2022 22:58.

Inserido ao protocolo **18.781.821-4** por: **Cezar Tramuja Neto** em: 24/03/2022 16:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

Inserido ao protocolo **18.872.372-1** por: **Cezar Tramuja Neto** em: 19/04/2022 09:45.

16. Balancete sem encerramento (XV - Balancete do mês de dezembro)

Balancete Mensal

Período: 12/2021

Página: 1

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	100.000	ATIVO	1.338.978.036,65D	204.173.051,23	201.286.251,78	1.341.864.836,10D
1.01	100.005	ATIVO CIRCULANTE	298.469.013,90D	176.048.657,19	194.154.390,44	280.363.280,65D
1.01.01	100.010	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	235.544.473,62D	131.792.855,32	146.973.878,90	220.363.450,04D
1.01.01.01	100.015	CAIXA	15.085.557,96D	128.674.466,11	127.090.521,86	16.669.502,21D
1.01.01.01.03	100.050	BANCO CONTA MOVIMENTO	14.006.350,08D	128.668.120,38	127.090.521,86	15.583.948,60D
1.01.01.01.03.02	100.060	Contencioso Trabalhista 5336-8	72.610,71D	258.368,39	0,00	330.979,10D
1.01.01.01.03.09	100.095	BB - FATURAMENTO 67091-X/28000-3	0,00	50,04	32,31	17,73D
1.01.01.01.03.10	100.100	BB - MOVIMENTO 67383-8	83.243,14D	25.835.554,89	25.796.812,43	121.985,60D
1.01.01.01.03.11	100.105	BB - Caução 67092-8	0,00	50,00	17,99	32,01D
1.01.01.01.03.17	100.135	CEF - MOVIMENTO	3.855.617,56D	40.674.210,77	42.093.888,78	2.435.939,55D
1.01.01.01.03.20	100.150	CEF - FOLHA DE PAGTO 5656-1/905656-7	826,65D	6.865.011,28	6.865.385,14	452,79D
1.01.01.01.03.21	100.155	CEF - Faturamento 5657-0/905657-7	251.805,11D	36.951.441,17	32.402.484,54	4.800.761,74D
1.01.01.01.03.22	100.160	CEF - Caução 5658-8/905658-3	9.742.246,91D	18.079.806,37	19.928.273,20	7.893.780,08D
1.01.01.01.03.24	100.170	CEF - CRÉDITOS ESPECÍFICOS 5760-6	0,00	3.627,47	3.627,47	0,00
1.01.01.01.04	100.175	CONTAS BANCÁRIAS VINCULADAS	1.079.207,88D	6.345,73	0,00	1.085.553,61D
1.01.01.01.04.01	100.180	Vinculada	1.079.207,88D	6.345,73	0,00	1.085.553,61D
1.01.01.02	100.210	EQUIVALENTES DE CAIXA	220.458.915,66D	3.118.389,21	19.883.357,04	203.693.947,83D
1.01.01.02.01	100.215	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA - PAÍS	220.458.915,66D	3.118.389,21	19.883.357,04	203.693.947,83D
1.01.01.02.01.03	100.230	Aplicação BB - FUNDO EXCLUSIVO	257.942.296,35D	2.057.805,46	18.513.759,98	241.486.341,83D
1.01.01.02.01.04	100.235	Aplicação CEF - CDB	22.333.816,61D	172.803,40	25.920,51	22.480.699,50D
1.01.01.02.01.06	100.245	Aplicação CEF - Fundo Exclusivo	27.721.538,16D	208.936,43	0,00	27.930.474,59D
1.01.01.02.01.07	100.250	(-)Redutora Aplicação BB - Fundo Exclusivo - Bloqueio Judicial	89.853.470,63C	0,00	1.343.640,05	91.197.110,68C
1.01.01.02.01.08	100.255	Aplicação CEF - Fundo Imob. ANTAQ	2.314.735,17D	678.843,92	36,50	2.993.542,59D
1.01.03	100.300	CONTAS A RECEBER	17.198.371,90D	29.664.095,78	39.010.125,51	7.852.342,17D
1.01.03.02	100.315	CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS	17.198.371,90D	29.664.095,78	39.010.125,51	7.852.342,17D
1.01.03.02.01	100.320	CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS COMERCIAIS	17.198.371,90D	29.664.095,78	39.010.125,51	7.852.342,17D
1.01.03.02.01.01	100.325	Cientes a Receber - CR	17.198.371,90D	29.664.095,78	39.010.125,51	7.852.342,17D
1.01.04	100.360	ESTOQUES	12.178.158,84D	2.084.720,93	718.999,78	13.543.879,99D
1.01.04.01	100.365	ESTOQUES	12.178.158,84D	2.084.720,93	718.999,78	13.543.879,99D
1.01.04.01.01	100.370	Estoque / Almoarifado	12.178.158,84D	2.084.720,93	718.999,78	13.543.879,99D
1.01.05	100.400	TRIBUTOS A COMPENSAR E RECUPERAR	31.187.239,12D	7.168.080,99	1.122.881,78	37.232.438,33D
1.01.05.01	100.405	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31.006.063,50D	6.045.199,21	0,00	37.051.262,71D
1.01.05.01.02	100.415	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CSLL	8.207.534,59D	1.598.213,97	0,00	9.805.748,56D
1.01.05.01.03	100.420	Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	22.798.528,91D	4.446.985,24	0,00	27.245.514,15D
1.01.05.03	100.485	TRIBUTOS SOBRE COMPRAS E SERVIÇOS A RECUPERAR	181.175,62D	1.122.881,78	1.122.881,78	181.175,62D
1.01.05.03.01	100.490	PIS a Recuperar	32.335,66D	200.297,83	200.297,83	32.335,66D
1.01.05.03.02	100.495	COFINS a Recuperar	148.839,96D	922.583,95	922.583,95	148.839,96D
1.01.06	100.525	DESPESAS ANTECIPADAS	235.972,12D	357.383,86	164.406,35	428.949,63D
1.01.06.01	100.530	DESPESAS ANTECIPADAS	235.972,12D	357.383,86	164.406,35	428.949,63D
1.01.06.01.01	100.535	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	235.972,12D	357.383,86	164.406,35	428.949,63D
1.01.06.01.01.02	100.545	Seguros Veículos	9.213,04D	0,00	2.115,58	7.097,46D
1.01.06.01.01.04	100.555	Seguro Comp. Operador Portuário	143.505,46D	0,00	108.504,10	35.001,36D
1.01.06.01.01.05	100.560	Seguro de Responsabilidade Civil	83.253,62D	0,00	44.497,62	38.756,00D
1.01.06.01.01.06	100.561	Seguro Garantia	0,00	357.383,86	9.289,05	348.094,81D
1.01.07	100.605	OUTROS ATIVOS CIRCULANTES	2.124.798,30D	4.981.520,31	6.164.098,12	942.220,49D
1.01.07.01	100.610	ADIANTAMENTOS	2.124.798,30D	2.115.175,87	3.297.753,68	942.220,49D
1.01.07.01.04	100.635	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	2.124.798,30D	2.115.110,03	3.297.753,68	942.154,65D
1.01.07.01.04.01	100.640	Adiantamentos Salários	0,00	902.862,19	902.862,19	0,00
1.01.07.01.04.02	100.645	Adiantamento 13 Salário	1.988.473,45D	0,00	1.988.473,45	0,00
1.01.07.01.04.03	100.650	Adiantamento Férias	126.823,65D	1.212.247,84	406.418,04	932.653,45D
1.01.07.01.04.04	100.655	Adiantamento para Viagens	9.501,20D	0,00	0,00	9.501,20D

Balancete Mensal

Página: 2

Período: 12/2021

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.01.07.01.99	100.680	OUTROS ADIANTAMENTOS	0,00	65,84	0,00	65,84D
1.01.07.01.99.02	100.690	Outros Creditos	0,00	65,84	0,00	65,84D
1.01.07.99	102.925	CONTAS TRANSITORIAS	0,00	2.866.344,44	2.866.344,44	0,00
1.01.07.99.01	102.930	Conta Transitória	0,00	2.866.344,44	2.866.344,44	0,00
1.02	100.780	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.040.509.022,75D	28.124.394,04	7.131.861,34	1.061.501.555,45D
1.02.01	100.785	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	452.572.746,82D	11.609.057,20	2.332.809,86	461.848.994,16D
1.02.01.09	100.925	DEPÓSITOS JUDICIAIS	140.154.460,86D	3.611.306,78	304.197,31	143.461.570,33D
1.02.01.09.01	100.930	TRABALHISTAS – RECURSAIS	31.609.010,89D	1.753.019,54	304.197,31	33.057.833,12D
1.02.01.09.01.01	100.935	TRABALHISTAS	31.609.010,89D	1.753.019,54	304.197,31	33.057.833,12D
1.02.01.09.03	100.945	CIVEL	108.545.449,97D	1.858.287,24	0,00	110.403.737,21D
1.02.01.09.03.01	100.950	CIVEIS	18.691.979,34D	514.647,19	0,00	19.206.626,53D
1.02.01.09.03.04	100.965	Bloqueio Judicial - Aplicação BB - Fundo Exclusivo	89.853.470,63D	1.343.640,05	0,00	91.197.110,68D
1.02.01.10	100.970	DEPÓSITOS JUDICIAIS TRIBUTÁVEIS	310.023.516,71D	5.943.217,36	0,00	315.966.734,07D
1.02.01.10.01	100.975	Pis e Cofins fi Cumulativo Judicial	188.691.179,56D	2.973.852,70	0,00	191.665.032,26D
1.02.01.10.03	100.985	IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA	75.378.725,50D	2.166.076,51	0,00	77.544.802,01D
1.02.01.10.04	100.990	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL LUCRO LIQ	27.006.367,11D	782.461,51	0,00	27.788.828,62D
1.02.01.10.07	101.005	Imposto de Renda Retido na Fonte	18.947.244,54D	20.826,64	0,00	18.968.071,18D
1.02.01.99	101.035	OUTROS	2.394.769,25D	2.054.533,06	2.028.612,55	2.420.689,76D
1.02.01.99.01	101.040	CONVÊNIOS E PROJETOS	665.700,51D	0,00	0,00	665.700,51D
1.02.01.99.01.01	101.045	Convênio 54/2018 APPA-FUNESPAR	665.700,51D	0,00	0,00	665.700,51D
1.02.01.99.02	101.050	CLIENTES A RECEBER - LP	0,00	2.028.612,55	2.028.612,55	0,00
1.02.01.99.02.01	101.055	Cientes - Dep. Judicial (Proc. 1749/07)	269.118.753,02D	2.028.612,55	0,00	271.147.365,57D
1.02.01.99.02.02	101.060	(-)PROVISÃO DE CRÉDITO C/LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	269.118.753,02C	0,00	2.028.612,55	271.147.365,57C
1.02.01.99.02.03	101.065	Cientes a Receber Histórico	21.709.109,26D	0,00	0,00	21.709.109,26D
1.02.01.99.02.04	101.070	(-) PCLD Cientes a Receber - Histórico	21.709.109,26C	0,00	0,00	21.709.109,26C
1.02.01.99.03	101.080	IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR - LP	411.849,99D	25.920,51	0,00	437.770,50D
1.02.01.99.03.01	101.085	PROVISÃO DE IRRF S/ APLICAÇÕES	411.849,99D	25.920,51	0,00	437.770,50D
1.02.01.99.04	102.940	GARANTIAS	1.317.218,75D	0,00	0,00	1.317.218,75D
1.02.01.99.04.01	102.941	Copel Comercialização S/A - Contrato 042/2021	1.317.218,75D	0,00	0,00	1.317.218,75D
1.02.03	101.170	IMOBILIZADO	585.263.221,41D	16.515.336,84	4.289.152,29	597.489.405,96D
1.02.03.04	101.505	BENS – ADMINISTRAÇÃO	445.045.513,58D	0,00	0,00	445.045.513,58D
1.02.03.04.01	101.510	Terrenos	135.254.300,00D	0,00	0,00	135.254.300,00D
1.02.03.04.02	101.515	Edifícios e Benfeitorias	214.397.937,45D	0,00	0,00	214.397.937,45D
1.02.03.04.03	101.520	INSTALAÇÕES	95.393.276,13D	0,00	0,00	95.393.276,13D
1.02.03.05	101.560	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO - BENS ADMINISTRAÇÃO	220.591.198,54C	0,00	1.062.299,71	221.653.498,25C
1.02.03.05.01	101.565	(-) DA - Edifícios e Benfeitorias	181.702.940,15C	0,00	278.809,23	181.981.749,38C
1.02.03.05.02	101.570	(-) DA – Instalações	38.888.258,39C	0,00	783.490,48	39.671.748,87C
1.02.03.07	101.615	BENS DA UNIÃO – OPERAÇÃO	252.999.585,83D	150.567,58	9.085,00	253.141.068,41D
1.02.03.07.03	101.670	INFRAESTRUTURA TERRESTRE	42.037,32D	0,00	0,00	42.037,32D
1.02.03.07.03.99	101.695	Outros - Infraestrutura Terrestre	42.037,32D	0,00	0,00	42.037,32D
1.02.03.07.05	101.730	EQUIPAMENTOS	252.957.548,51D	150.567,58	9.085,00	253.099.031,09D
1.02.03.07.05.01	101.735	Guindaste	63.854.252,21D	0,00	9.085,00	63.845.167,21D
1.02.03.07.05.99	101.770	OUTROS – EQUIPAMENTOS	189.103.296,30D	150.567,58	0,00	189.253.863,88D
1.02.03.08	101.780	DEPRECIAÇÃO - BENS DA UNIÃO - OPERAÇÃO	95.033.502,52C	7.913,84	1.221.245,38	96.246.834,06C
1.02.03.08.03	101.840	(-) DA - INFRAESTRUTURA TERRESTRE	22.445,31C	0,00	244,89	22.690,20C
1.02.03.08.03.99	101.865	(-) DA - Outros - Infraestrutura Terrestre	22.445,31C	0,00	244,89	22.690,20C
1.02.03.08.05	101.900	(-) DA – EQUIPAMENTOS	95.011.057,21C	7.913,84	1.221.000,49	96.224.143,86C
1.02.03.08.05.99	101.940	(-) DA - Outros - Equipamentos	95.011.057,21C	7.913,84	1.221.000,49	96.224.143,86C
1.02.03.10	101.950	BENS DA UNIÃO – ADMINISTRAÇÃO	533.312.641,01D	15.306,00	1.263.685,39	532.064.261,62D
1.02.03.10.02	101.960	Edifícios e Benfeitorias	485.052.543,30D	0,00	0,00	485.052.543,30D
1.02.03.10.05	101.975	Equipamentos de Processamento Eletrônico de dados	9.636.161,15D	0,00	71.111,33	9.565.049,82D

Balancete Mensal

Página: 3

Período: 12/2021

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1.02.03.10.07	101.985	Móveis e Utensílios	33.594.165,96D	15.306,00	43.640,21	33.565.831,75D
1.02.03.10.08	101.990	Veículos	5.029.770,60D	0,00	1.148.933,85	3.880.836,75D
1.02.03.11	102.005	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO - BENS DA UNIÃO - ADMINIS	378.040.649,53C	1.262.112,62	732.836,81	377.511.373,72C
1.02.03.11.01	102.010	(-) DA - Edifícios e Benfeitorias	333.031.819,75C	0,00	643.428,86	333.675.248,61C
1.02.03.11.04	102.025	(-) DA - Equipamentos de Processamento Eletrônico de dados	8.151.047,38C	71.111,33	58.294,42	8.138.230,47C
1.02.03.11.06	102.035	(-) DA - Móveis e Utensílios	31.835.365,36C	42.067,44	23.760,21	31.817.058,13C
1.02.03.11.07	102.040	(-) DA - Veículos	5.022.417,04C	1.148.933,85	7.353,32	3.880.836,51C
1.02.03.19	102.500	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	47.570.831,58D	15.079.436,80	0,00	62.650.268,38D
1.02.03.19.01	102.950	OBRAS EM ANDAMENTO	47.570.831,58D	15.079.436,80	0,00	62.650.268,38D
1.02.03.19.01.02	102.506	Derrocamento Submarino	16.969.834,95D	6.948.862,29	0,00	23.918.697,24D
1.02.03.19.01.03	102.507	Recuperação e Proteção do Pier de Inflamáveis	10.108.288,72D	1.033.251,08	0,00	11.141.539,80D
1.02.03.19.01.04	102.508	Instalação de Grades, Cercas e Portões	45.700,00D	7.725,00	0,00	53.425,00D
1.02.03.19.01.05	102.509	Edificações de Apoio Faixa Portuária	907.660,51D	124.631,87	0,00	1.032.292,38D
1.02.03.19.01.06	102.511	Dragagem de Aprofundamento	12.683.655,48D	5.902.453,29	0,00	18.586.108,77D
1.02.03.19.01.08	102.513	Recuperação Cortina de Contenção B-208	6.726.671,88D	965.652,93	0,00	7.692.324,81D
1.02.03.19.01.09	102.514	Reforma Sede Administrativa APPA - Contrato 047/2021	129.020,04D	96.860,34	0,00	225.880,38D
1.02.04	102.855	INTANGÍVEL	2.673.054,52D	0,00	509.899,19	2.163.155,33D
1.02.04.01	102.860	INTANGÍVEL	7.475.136,56D	0,00	480.913,24	6.994.223,32D
1.02.04.01.03	102.875	Sistemas Aplicativos e Software	7.475.136,56D	0,00	480.913,24	6.994.223,32D
1.02.04.02	102.935	INTANGÍVEL IMPLANTAÇÃO	1.728.312,75D	0,00	0,00	1.728.312,75D
1.02.04.02.02	102.886	Gestão de Pessoas MD	82.950,00D	0,00	0,00	82.950,00D
1.02.04.02.04	102.888	PROJETOS EXECUTIVOS	1.645.362,75D	0,00	0,00	1.645.362,75D
1.02.04.02.04.01	102.887	Projeto Edifício Almoxarifado	208.650,36D	0,00	0,00	208.650,36D
1.02.04.02.04.02	102.889	Projeto Executivo Ayrton Senna	1.436.712,39D	0,00	0,00	1.436.712,39D
1.02.04.03	102.890	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - INTANGÍVEL	6.530.394,79C	0,00	28.985,95	6.559.380,74C
1.02.04.03.01	102.895	(-) Amortização Acumulada - Intangível	6.530.394,79C	0,00	28.985,95	6.559.380,74C
2	200.000	PASSIVO	1.303.415.212,15C	422.443.426,66	435.416.962,95	1.316.388.748,44C
2.01	200.005	PASSIVO CIRCULANTE	130.847.506,28C	198.061.273,23	136.651.979,67	69.438.212,72C
2.01.01	200.010	FORNECEDORES	12.068.223,47C	60.965.634,24	82.728.831,59	33.831.420,82C
2.01.01.01	200.015	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS NACIONAIS	12.068.223,47C	60.965.634,24	82.728.831,59	33.831.420,82C
2.01.01.01.01	200.020	Fornecedores	12.068.223,47C	60.965.634,24	82.728.831,59	33.831.420,82C
2.01.02	200.035	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	13.231.422,45C	9.960.464,75	8.075.036,04	11.345.993,74C
2.01.02.01	200.040	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - EM MOEDA NACIONAL	13.231.422,45C	9.960.464,75	8.075.036,04	11.345.993,74C
2.01.02.01.99	200.075	OUTROS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS EM MOEDA NACIONAL	13.231.422,45C	9.960.464,75	8.075.036,04	11.345.993,74C
2.01.02.01.99.01	200.080	CREDITOS DE CLIENTES/FORNECEDORES	13.231.422,45C	9.960.464,75	8.075.036,04	11.345.993,74C
2.01.02.01.99.01.01	200.085	CREDORES POR DEPÓSITOS CAUCIONADOS	9.651.728,45C	9.960.464,75	8.068.690,31	7.759.954,01C
2.01.02.01.99.01.02	200.090	DEPÓSITOS DIVERSOS	2.500.486,12C	0,00	0,00	2.500.486,12C
2.01.02.01.99.01.03	200.095	CAUÇÃO - GARANTIA DE CONTRATOS	1.079.207,88C	0,00	6.345,73	1.085.553,61C
2.01.03	200.160	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	22.889.312,66C	40.474.037,71	31.437.346,62	13.852.621,57C
2.01.03.01	200.165	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	22.889.312,66C	40.474.037,71	31.437.346,62	13.852.621,57C
2.01.03.01.01	200.170	SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES A PAGAR	3.026.642,46C	4.694.179,27	4.400.455,65	2.732.918,84C
2.01.03.01.01.01	200.175	Salários	3.026.642,46C	4.694.179,27	4.400.455,65	2.732.918,84C
2.01.03.01.07	200.245	Provisão para Férias	10.648.343,00C	668.420,48	843.156,30	10.823.078,82C
2.01.03.01.08	200.250	PROVISÃO PARA 13 SALARIO	5.559.170,35C	6.129.763,33	570.592,98	0,00
2.01.03.01.09	200.255	PROVISÕES JUDICIAIS	3.282.860,16C	28.525.681,30	25.242.821,14	0,00
2.01.03.01.99	200.260	OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	372.296,69C	455.993,33	380.320,55	296.623,91C
2.01.03.01.99.02	200.270	CONSIGNAÇÕES FOLHA	266.509,95C	266.509,95	196.936,40	196.936,40C
2.01.03.01.99.03	200.275	PENSÕES A PAGAR	105.786,74C	189.483,38	183.384,15	99.687,51C
2.01.04	200.280	OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	82.658.547,70C	86.661.136,53	14.410.765,42	10.408.176,59C
2.01.04.01	200.285	ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS A RECOLHER	2.646.667,48C	4.058.912,23	5.038.495,85	3.626.251,10C
2.01.04.01.01	200.290	INSS A PAGAR	2.054.737,98C	3.466.982,73	4.137.485,84	2.725.241,09C

Balancete Mensal

Período: 12/2021

Página: 4

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
2.01.04.01.01.01	200.295	INSS a Pagar	2.054.737,98C	3.466.982,73	4.137.485,84	2.725.241,09C
2.01.04.01.02	200.305	FGTS A PAGAR	591.929,50C	591.929,50	901.010,01	901.010,01C
2.01.04.01.02.01	200.310	FGTS	591.929,50C	591.929,50	901.010,01	901.010,01C
2.01.04.02	200.355	OBRIGAÇÕES FISCAIS	80.011.880,22C	82.602.224,30	9.372.269,57	6.781.925,49C
2.01.04.02.02	200.365	TRIBUTOS FEDERAIS A RECOLHER	75.139.565,71C	77.439.005,17	4.448.997,26	2.149.557,80C
2.01.04.02.02.01	200.370	IRRF/FOLHA	2.523.465,23C	1.961.676,17	1.587.768,74	2.149.557,80C
2.01.04.02.02.03	200.380	COFINS /Faturamento	41.505.296,38C	43.860.673,43	2.355.377,05	0,00
2.01.04.02.02.04	200.385	PIS /Faturamento	8.950.020,63C	9.455.872,10	505.851,47	0,00
2.01.04.02.02.05	200.390	C.S.L.L	5.888.841,55C	5.888.841,55	0,00	0,00
2.01.04.02.02.06	200.395	IR s/Lucro Líquido	16.271.941,92C	16.271.941,92	0,00	0,00
2.01.04.02.03	200.400	TRIBUTOS FEDERAIS - TERCEIROS	1.239.288,23C	1.396.028,62	1.604.838,97	1.448.098,58C
2.01.04.02.03.01	200.405	INSS -Retido S/NF de Serviço(Lei 10833/03)	734.854,93C	736.102,18	1.120.568,47	1.119.321,22C
2.01.04.02.03.02	200.410	IRRF s/NF Serviço (Lei 10833/03)	504.433,30C	659.926,44	484.270,50	328.777,36C
2.01.04.02.05	200.435	OUTROS TRIBUTOS FEDERAIS	2.281.775,96C	1.796.724,07	1.526.009,42	2.011.061,31C
2.01.04.02.06	200.440	PARCELAMENTOS FISCAIS - FEDERAIS	605.980,31C	1.225.444,60	619.464,29	0,00
2.01.04.02.06.01	200.445	INSS/SEFA PARCELAMENTO - CP	605.980,31C	1.225.444,60	619.464,29	0,00
2.01.04.02.08	200.455	TRIBUTOS MUNICIPAIS	745.270,01C	745.021,84	1.172.959,63	1.173.207,80C
2.01.04.02.08.02	200.465	ISSQN - RETIDO S/ SERVIÇO	745.270,01C	745.021,84	1.172.959,63	1.173.207,80C
2.02	200.865	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	668.025.045,10C	224.382.153,20	298.736.600,42	742.379.492,32C
2.02.04	201.060	OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	224.382.153,20C	224.382.153,20	298.736.600,42	298.736.600,42C
2.02.04.02	201.110	OBRIGAÇÕES FISCAIS	224.382.153,20C	224.382.153,20	298.736.600,42	298.736.600,42C
2.02.04.02.02	201.120	Tributos Federais a Recolher	224.382.153,20C	224.382.153,20	0,00	0,00
2.02.04.02.09	201.111	IRPJ a Pagar	0,00	0,00	77.544.392,80	77.544.392,80C
2.02.04.02.10	201.112	CSLL a Pagar	0,00	0,00	27.788.828,62	27.788.828,62C
2.02.04.02.11	201.113	PIS a Pagar	0,00	0,00	34.223.256,23	34.223.256,23C
2.02.04.02.12	201.114	COFINS a Pagar	0,00	0,00	159.180.122,77	159.180.122,77C
2.02.08	201.260	OUTROS PASSIVOS	443.642.891,90C	0,00	0,00	443.642.891,90C
2.02.08.07	201.375	PROVISÕES PARA MULTAS DO PODER CONCEDENTE	269.051.915,17C	0,00	0,00	269.051.915,17C
2.02.08.07.01	201.380	Provisões para Multas do Poder Concedente	269.051.915,17C	0,00	0,00	269.051.915,17C
2.02.08.09	201.390	OUTRAS PROVISÕES	174.590.976,73C	0,00	0,00	174.590.976,73C
2.02.08.09.01	201.395	Outras Provisões	174.590.976,73C	0,00	0,00	174.590.976,73C
2.03	201.525	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	504.542.660,77C	0,23	28.382,86	504.571.043,40C
2.03.01	201.530	CAPITAL SOCIAL	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.01.01	201.535	CAPITAL SOCIAL	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.01.01.01	201.540	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.01.01.01	201.565	Outros	1.086.443.861,38C	0,00	0,00	1.086.443.861,38C
2.03.06	201.715	PREJUÍZOS ACUMULADOS	581.901.200,61D	0,23	28.382,86	581.872.817,98D
2.03.06.01	201.720	PREJUÍZOS ACUMULADOS	581.901.200,61D	0,23	28.382,86	581.872.817,98D
2.03.06.01.01	201.725	Prejuízos Acumulados	581.901.200,61D	0,23	28.382,86	581.872.817,98D
3	300.000	RECEITAS	382.655.169,76C	3.004.543,72	29.635.713,21	409.286.339,25C
3.01	300.005	RECEITA BRUTA DOS SERVIÇOS PORTUÁRIOS	382.655.169,76C	3.004.543,72	29.635.713,21	409.286.339,25C
3.01.01	300.010	RECEITAS DA INFRAESTRUTURA DE ACESSO AQUAVIÁRIO	164.438.508,99C	0,00	10.308.399,70	174.746.908,69C
3.01.01.01	300.015	LONGO CURSO	124.496.853,03C	0,00	9.744.426,51	134.241.279,54C
3.01.01.01.01	300.020	CARGA GERAL – SOLTA	3.465.358,80C	0,00	283.179,78	3.748.538,58C
3.01.01.01.02	300.025	Carga Geral - Containerizada	17.964.226,54C	0,00	1.436.273,02	19.400.499,56C
3.01.01.01.03	300.030	Granel Sólido	87.421.442,76C	0,00	6.322.502,57	93.743.945,33C
3.01.01.01.04	300.035	Granel Líquido	4.533.226,70C	0,00	445.187,30	4.978.414,00C
3.01.01.01.05	300.040	EMBARCAÇÃO SEM CARGA	465.451,17C	0,00	100.806,66	566.257,83C
3.01.01.01.06	300.045	TURISMO E PASSAGEIROS	99.669,12C	0,00	9.877,12	109.546,24C
3.01.01.01.07	300.050	DE PETRÓLEO, DE SEUS DERIVADOS OU OUTROS COMBUSTÍVEIS	9.765.527,38C	0,00	1.065.231,88	10.830.759,26C
3.01.01.01.08	300.055	De embarcações do tipo roll-on-roll-off	410.764,31C	0,00	34.519,43	445.283,74C

Balancete Mensal

Período: 12/2021

Página: 5

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.01.01.01.99	300.060	Outros	371.186,25C	0,00	46.848,75	418.035,00C
3.01.01.02	300.065	CABOTAGEM	39.903.942,69C	0,00	562.177,32	40.466.120,01C
3.01.01.02.02	300.075	Carga Geral - Containerizada	138.807,54C	0,00	0,00	138.807,54C
3.01.01.02.03	300.080	Granel Sólido	83.310,33C	0,00	0,00	83.310,33C
3.01.01.02.04	300.085	Granel Líquido	179.908,10C	0,00	0,00	179.908,10C
3.01.01.02.07	300.100	De petróleo, de seus derivados ou outros combustíveis	6.539.814,82C	0,00	562.177,32	7.101.992,14C
3.01.01.02.99	300.110	Outros	32.962.101,90C	0,00	0,00	32.962.101,90C
3.01.01.04	300.165	OUTROS	37.713,27C	0,00	1.795,87	39.509,14C
3.01.02	300.175	RECEITAS DA INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM	12.708.953,23C	0,00	733.760,38	13.442.713,61C
3.01.02.01	300.180	LONGO CURSO	9.286.126,67C	0,00	709.885,19	9.996.011,86C
3.01.02.01.06	300.805	Longo Curso	9.286.126,67C	0,00	709.885,19	9.996.011,86C
3.01.02.02	300.185	CABOTAGEM	316.304,48C	0,00	22.977,26	339.281,74C
3.01.02.02.06	300.840	Cabotagem	316.304,48C	0,00	22.977,26	339.281,74C
3.01.02.04	300.195	Outros	3.106.522,08C	0,00	897,93	3.107.420,01C
3.01.03	300.205	RECEITAS DA INFRAESTRUTURA OPERACIONAL OU TERRESTRE	81.410.684,28C	0,00	4.034.468,19	85.445.152,47C
3.01.03.01	300.210	LONGO CURSO, CABOTAGEM E NAVEGAÇÃO INTERIOR	81.410.684,28C	0,00	4.034.468,19	85.445.152,47C
3.01.03.01.01	300.215	Carga Geral – Solta	4.482.765,93C	0,00	359.483,79	4.842.249,72C
3.01.03.01.02	300.220	Carga Geral - Containerizada	24.230,82C	0,00	167,70	24.398,52C
3.01.03.01.03	300.225	Granel Sólido	37.062.412,71C	0,00	2.899.727,19	39.962.139,90C
3.01.03.01.04	300.230	Granel Líquido	4.616.717,21C	0,00	465.881,55	5.082.598,76C
3.01.03.01.08	300.245	Veículo movimentado pelo sistema roll-on-roll-off	1.495.891,50C	0,00	92.249,47	1.588.140,97C
3.01.03.01.99	300.265	Outros	33.728.666,11C	0,00	216.958,49	33.945.624,60C
3.01.05	300.325	RECEITAS DE ARMAZENAGEM	7.935.880,28C	0,00	234.417,48	8.170.297,76C
3.01.05.06	300.330	TIPOS DE CARGA	7.935.880,28C	0,00	234.417,48	8.170.297,76C
3.01.05.06.01	300.335	Mercadorias diversas de importação do estrangeiro	1.251.293,41C	0,00	43.878,79	1.295.172,20C
3.01.05.06.02	300.340	Mercadorias diversas, nacionais ou nacionalizadas	427.184,33C	0,00	46.636,25	473.820,58C
3.01.05.06.04	300.350	Contêiner vazio	30.496,22C	0,00	0,00	30.496,22C
3.01.05.06.05	300.355	Mercadorias a granel, sólido	4.248.539,53C	0,00	136.569,23	4.385.108,76C
3.01.05.06.06	300.360	MERCADORIAS A GRANEL, LÍQUIDO	110.794,85C	0,00	0,00	110.794,85C
3.01.05.06.07	300.365	VEÍCULOS MONTADOS	25.432,32C	0,00	0,00	25.432,32C
3.01.05.06.99	300.370	Outros	1.842.139,62C	0,00	7.333,21	1.849.472,83C
3.01.06	300.380	RECEITAS POR UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	22.616.653,01C	0,00	2.013.901,20	24.630.554,21C
3.01.06.07	300.415	OUTROS	22.616.653,01C	0,00	2.013.901,20	24.630.554,21C
3.01.07	300.450	RECEITAS POR DIVERSOS PADRONIZADOS	9.067.391,05C	0,00	250.763,60	9.318.154,65C
3.01.07.01	300.455	FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	3.119,66C	0,00	826,40	3.946,06C
3.01.07.02	300.460	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	410,05C	0,00	0,00	410,05C
3.01.07.03	300.465	Ressarcimento de Energia Elétrica e de Água Potável	271.132,26C	0,00	95.615,56	366.747,82C
3.01.07.04	300.470	Pesagem	1.493.441,05C	0,00	116.460,80	1.609.901,85C
3.01.07.09	300.490	Certidões, Certificados, Autorizações e Cadastramentos	84.402,17C	0,00	21.758,33	106.160,50C
3.01.07.12	300.500	Outros	7.116.447,10C	0,00	7.158,43	7.123.605,53C
3.01.07.15	300.515	Controle, conferência, termo de vistoria ou verificação de peso	98.438,76C	0,00	8.944,08	107.382,84C
3.01.08	300.525	RECEITAS COM CONTRATOS DE ARRENDAMENTO	124.393.630,66C	0,00	11.985.606,66	136.379.237,32C
3.01.08.01	300.530	CARGA GERAL SOLTA	9.916.939,25C	0,00	1.420.697,99	11.337.637,24C
3.01.08.01.01	300.535	Parcela Fixa	9.143.976,32C	0,00	1.349.446,77	10.493.423,09C
3.01.08.01.02	300.540	Parcela Variável	643.462,60C	0,00	71.251,22	714.713,82C
3.01.08.01.04	300.550	Movimentação Mínima Contratual	129.500,33C	0,00	0,00	129.500,33C
3.01.08.02	300.565	CARGA GERAL CONTEINERIZADA	47.488.592,25C	0,00	5.322.766,39	52.811.358,64C
3.01.08.02.01	300.570	Parcela Fixa	11.661.040,06C	0,00	1.446.633,14	13.107.673,20C
3.01.08.02.02	300.575	Parcela Variável	35.827.552,19C	0,00	3.876.133,25	39.703.685,44C
3.01.08.03	300.600	GRANEL SÓLIDO	33.722.563,79C	0,00	3.798.586,96	37.521.150,75C
3.01.08.03.01	300.605	Parcela Fixa	15.934.775,61C	0,00	1.940.592,09	17.875.367,70C

Balancete Mensal

Período: 12/2021

Página: 6

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
3.01.08.03.02	300.610	Parcela Variável	17.556.191,44C	0,00	1.857.994,87	19.414.186,31C
3.01.08.03.04	300.620	MOVIMENTAÇÃO MÍNIMA CONTRATUAL	231.596,74C	0,00	0,00	231.596,74C
3.01.08.04	300.635	GRANEL LÍQUIDO	9.999.095,05C	0,00	1.368.773,93	11.367.868,98C
3.01.08.04.01	300.640	Parcela Fixa	4.735.229,60C	0,00	690.428,94	5.425.658,54C
3.01.08.04.02	300.645	Parcela Variável	5.263.865,45C	0,00	678.344,99	5.942.210,44C
3.01.08.05	300.670	Outros	23.266.440,32C	0,00	74.781,39	23.341.221,71C
3.01.10	300.705	RECEITAS ALTERNATIVAS	1.129.515,34C	219.193,12	74.396,00	984.718,22C
3.01.10.02	300.710	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	614.042,12C	0,00	74.395,71	688.437,83C
3.01.10.03	300.715	RECEITAS COMPLEMENTARES	296.280,39C	0,00	0,00	296.280,39C
3.01.10.03.02	300.725	Fornecimentos não tarifados	296.280,39C	0,00	0,00	296.280,39C
3.01.10.04	300.730	RECEITAS ACESSÓRIAS	219.192,83C	219.193,12	0,29	0,00
3.01.10.04.02	300.740	Patrimoniais fora da área do porto organizado	219.192,83C	219.193,12	0,29	0,00
3.01.11	300.755	DEDUÇÕES DA RECEITA	41.046.047,08D	2.785.350,60	0,00	43.831.397,68D
3.01.11.02	300.765	Impostos, Taxas e Contribuições sobre Vendas e Serviços	39.003.419,53D	2.743.855,42	0,00	41.747.274,95D
3.01.11.03	300.770	Cancelamento e Devoluções	2.042.627,55D	41.495,18	0,00	2.084.122,73D
4	400.000	CUSTOS DA ATIVIDADE	141.808.357,31D	27.990.359,95	1.275.579,94	168.523.137,32D
4.01	400.005	CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA MARÍTIMA	27.976.029,28D	10.732.158,40	938.389,51	37.769.798,17D
4.01.01	400.010	CUSTO COM PESSOAL	2,53D	0,00	2,53	0,00
4.01.01.01	400.015	Salários	2,53D	0,00	2,53	0,00
4.01.02	400.170	SERVIÇOS	26.228.312,34D	10.322.260,62	938.386,98	35.612.185,98D
4.01.02.01	402.795	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	26.228.312,34D	10.322.260,62	938.386,98	35.612.185,98D
4.01.02.01.01	400.175	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Nacional	451.024,00D	0,00	0,00	451.024,00D
4.01.02.01.02	400.176	Dragagem de Manutenção	21.109.177,56D	9.999.280,92	924.933,49	30.183.524,99D
4.01.02.01.03	400.177	Levantamento Hidrográfico	1.431.943,39D	177.536,51	0,00	1.609.479,90D
4.01.02.01.04	400.178	Manutenção dos Sinais Náuticos	3.236.167,39D	145.443,19	13.453,49	3.368.157,09D
4.01.03	400.200	MATERIAIS	505.575,55D	301.393,68	0,00	806.969,23D
4.01.03.08	400.240	Materiais Diversos	505.575,55D	301.393,68	0,00	806.969,23D
4.01.04	400.245	OUTROS	1.242.138,86D	108.504,10	0,00	1.350.642,96D
4.01.04.01	400.246	Seguro Portuário	1.242.138,86D	108.504,10	0,00	1.350.642,96D
4.02	400.255	CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA DE ACOSTAGEM	10.926.192,51D	1.616.504,37	4.546,67	12.538.150,21D
4.02.02	400.420	SERVIÇOS	10.926.192,51D	1.616.504,37	4.546,67	12.538.150,21D
4.02.02.01	400.421	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	10.926.192,51D	1.616.504,37	4.546,67	12.538.150,21D
4.02.02.01.01	400.425	Serviço de Manutenção do Cais	10.926.192,51D	1.616.504,37	4.546,67	12.538.150,21D
4.03	400.505	CUSTOS ALOCADOS À INFRAESTRUTURA OPERACIONAL E TERRESTRE	3.921.037,60D	482.717,91	0,00	4.403.755,51D
4.03.02	400.670	SERVIÇOS	3.921.037,60D	482.717,91	0,00	4.403.755,51D
4.03.02.01	400.674	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	3.921.037,60D	482.717,91	0,00	4.403.755,51D
4.03.02.01.01	400.675	Serviços de Reparos e Manut. Faixa Primária	3.921.037,60D	482.717,91	0,00	4.403.755,51D
4.06	401.255	CUSTOS ALOCADOS À DIVERSOS PADRONIZADOS	6.063.780,97D	298.538,49	102.314,82	6.260.004,64D
4.06.01	401.260	CUSTO COM PESSOAL	74.700,00D	0,00	74.700,00	0,00
4.06.01.18	401.350	Treinamento	74.700,00D	0,00	74.700,00	0,00
4.06.02	401.420	SERVIÇOS	5.989.080,97D	298.538,49	27.614,82	6.260.004,64D
4.06.02.01	401.424	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - NACIONAL	5.989.080,97D	298.538,49	27.614,82	6.260.004,64D
4.06.02.01.02	401.426	Locação de Scanners de Carga	1.200.665,42D	193.806,00	17.927,06	1.376.544,36D
4.06.02.01.03	401.427	Serviço de Inspeção de Cargas	4.788.415,55D	104.732,49	9.687,76	4.883.460,28D
4.10	402.255	CUSTOS INDIRETOS	92.921.316,85D	14.860.440,78	230.328,84	107.551.428,79D
4.10.01	402.260	CUSTO COM PESSOAL	57.714.529,80D	6.593.392,82	118.884,10	64.189.038,52D
4.10.01.01	402.265	SALÁRIOS	21.812.142,19D	1.988.465,53	17.478,44	23.783.129,28D
4.10.01.04	402.280	ANUÊNIOS	3.356.919,75D	306.947,22	0,00	3.663.866,97D
4.10.01.05	402.285	Férias	4.126.381,13D	365.839,35	9.146,19	4.483.074,29D
4.10.01.07	402.295	13 Salario	2.713.187,46D	256.210,67	5.965,66	2.963.432,47D
4.10.01.08	402.300	Remuneração Variável	3.621.226,76D	330.550,89	0,00	3.951.777,65D

Balancete Mensal

Período: 12/2021

Página: 7

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
4.10.01.13	402.325	INSS	7.813.031,29D	1.438.181,69	19.772,55	9.231.440,43D
4.10.01.14	402.330	FGTS	2.824.723,46D	424.844,38	7.421,50	3.242.146,34D
4.10.01.18	402.350	Treinamento	131.029,34D	107.685,00	0,00	238.714,34D
4.10.01.19	402.355	VALE REFEIÇÃO	4.020.062,80D	662.463,64	0,00	4.682.526,44D
4.10.01.21	402.365	Vale Transporte	462.539,50D	105.666,65	38.602,27	529.603,88D
4.10.01.23	402.375	Plano Saúde	6.414.064,37D	570.530,75	20.497,49	6.964.097,63D
4.10.01.26	402.390	Seguro de Vida	361.874,61D	30.872,24	0,00	392.746,85D
4.10.01.27	402.395	Assistência Materno-Infantil	57.347,14D	5.134,81	0,00	62.481,95D
4.10.02	402.420	SERVIÇOS	19.128.321,28D	6.644.896,88	925,00	25.772.293,16D
4.10.02.01	402.424	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA - NACIONAL	10.784.952,74D	1.429.359,33	0,00	12.214.312,07D
4.10.02.01.01	402.425	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Nacional	285.427,00D	149.280,00	0,00	434.707,00D
4.10.02.01.03	402.497	Seguro de Veículos	21.677,02D	2.115,58	0,00	23.792,60D
4.10.02.01.04	402.426	Locação de Veículos	131.499,84D	0,00	0,00	131.499,84D
4.10.02.01.05	402.427	Gestão Ambiental	10.346.348,88D	1.277.963,75	0,00	11.624.312,63D
4.10.02.05	402.446	OUTRAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS	8.343.368,54D	5.215.537,55	925,00	13.557.981,09D
4.10.02.05.01	402.445	Serv. de Manutenção de Máquinas e Equipamentos	5.568.953,90D	5.080.568,57	925,00	10.648.597,47D
4.10.02.05.02	402.447	Serv. Manutenção de Bens Imóveis	2.774.414,64D	134.968,98	0,00	2.909.383,62D
4.10.03	402.450	MATERIAIS	4.457.180,26D	404.582,68	0,00	4.861.762,94D
4.10.03.05	402.475	Material para Manutenção e Conservação	4.457.180,26D	404.582,68	0,00	4.861.762,94D
4.10.04	402.495	OUTROS	11.621.285,51D	1.217.568,40	110.519,74	12.728.334,17D
4.10.04.01	402.496	Combustíveis	187.712,85D	21.667,92	0,00	209.380,77D
4.10.04.03	402.491	OUTROS CUSTOS	11.433.572,66D	1.195.900,48	110.519,74	12.518.953,40D
4.10.04.03.01	402.492	Energia Elétrica	11.433.572,66D	1.195.900,48	110.519,74	12.518.953,40D
4.12	402.540	CUSTOS ALOCADOS ÀS RECEITAS COMPLEMENTARES	0,10D	0,00	0,10	0,00
4.12.01	402.545	CUSTO COM PESSOAL	0,10D	0,00	0,10	0,00
4.12.01.12	402.605	Outras Despesas de Pessoal	0,10D	0,00	0,10	0,00
6	600.000	DESPESAS	203.978.227,72D	19.253.589,11	475.962,68	222.755.854,15D
6.01	600.005	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS	169.594.558,77D	16.208.221,26	435.074,11	185.367.705,92D
6.01.01	600.010	DESPESAS COM PESSOAL	43.438.099,72D	5.022.177,27	34.512,68	48.425.764,31D
6.01.01.01	600.015	SALÁRIOS	19.378.059,62D	1.873.659,94	637,76	21.251.081,80D
6.01.01.03	600.020	Gratificações	25.758,94D	5.258,48	0,00	31.017,42D
6.01.01.05	600.030	Anuênios	975.470,90D	94.571,60	0,00	1.070.042,50D
6.01.01.06	600.035	Férias	3.182.190,06D	289.187,22	0,00	3.471.377,28D
6.01.01.08	600.045	13 SALARIO	2.048.840,19D	196.118,34	0,00	2.244.958,53D
6.01.01.09	600.050	Remuneração Variável	56.617,49D	4.303,63	0,00	60.921,12D
6.01.01.14	600.075	INSS	6.101.149,67D	1.063.590,66	6.125,91	7.158.614,42D
6.01.01.15	600.080	FGTS	2.144.945,65D	302.866,81	2.201,66	2.445.610,80D
6.01.01.19	600.100	Treinamento	0,00	31.113,24	0,00	31.113,24D
6.01.01.20	600.105	VALE REFEIÇÃO	2.096.309,64D	391.187,73	0,00	2.487.497,37D
6.01.01.22	600.115	VALE TRANSPORTE	309.652,82D	50.694,30	19.929,40	340.417,72D
6.01.01.24	600.125	Plano de Saúde	2.952.777,15D	313.219,97	5.617,95	3.260.379,17D
6.01.01.27	600.140	Seguro de Vida	146.609,49D	18.226,26	0,00	164.835,75D
6.01.01.28	600.145	ASSISTÊNCIA MATERNO-INFANTIL	78.226,00D	8.433,00	0,00	86.659,00D
6.01.01.29	600.150	Equipamentos de Proteção Individual	108.711,06D	1.723,50	0,00	110.434,56D
6.01.01.30	600.155	Estagiários	216.757,13D	28.946,22	0,00	245.703,35D
6.01.01.32	600.165	Outras Despesas	24.154,17D	0,00	0,00	24.154,17D
6.01.01.33	600.420	Remuneração Conselhos e Direx	3.105.984,48D	304.578,75	0,00	3.410.563,23D
6.01.01.35	600.430	Seguro Responsabilidade Civil Governança	485.885,26D	44.497,62	0,00	530.382,88D
6.01.02	600.170	SERVIÇOS DE TERCEIROS	43.047.304,16D	4.367.101,52	30.936,55	47.383.469,13D
6.01.02.01	600.175	Reforma e Conservação Predial	15.183.863,47D	110.147,12	0,00	15.294.010,59D
6.01.02.03	600.180	Segurança e Vigilância	2.881.430,26D	331.658,24	0,00	3.213.088,50D

Balancete Mensal

Período: 12/2021

Página: 8

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
6.01.02.04	600.185	Advocatórios	81.435,98D	0,00	0,00	81.435,98D
6.01.02.05	600.190	Consultoria	6.408.131,71D	340.434,20	0,00	6.748.565,91D
6.01.02.06	600.195	Auditoria	74.868,33D	0,00	0,00	74.868,33D
6.01.02.07	600.200	Limpeza e Conservação	6.625.963,44D	652.318,57	0,00	7.278.282,01D
6.01.02.09	600.211	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	11.791.610,97D	2.932.543,39	30.936,55	14.693.217,81D
6.01.02.09.01	600.210	Serviços de Manutenção de Equip TI	366.207,92D	15.250,00	0,00	381.457,92D
6.01.02.09.02	600.212	Serviços de Manutenção de Sistemas de TI	2.382.258,82D	1.677.587,46	6.901,27	4.052.945,01D
6.01.02.09.03	600.213	Estrutura e Suporte de TI - CELEPAR	9.043.144,23D	1.239.705,93	24.035,28	10.258.814,88D
6.01.03	600.215	MATERIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	1.230.175,14D	10.759,92	82,28	1.240.852,78D
6.01.03.01	600.220	Material de Escritório	73.738,65D	2.035,53	0,00	75.774,18D
6.01.03.03	600.225	Material de Informática	962.927,88D	30,35	0,00	962.958,23D
6.01.03.04	600.230	Suprimentos para Copa e Cozinha	101.022,91D	8.682,94	82,28	109.623,57D
6.01.03.05	600.235	Outros Materiais	92.485,70D	11,10	0,00	92.496,80D
6.01.04	600.240	DESPESAS GERAIS	20.346.622,11D	4.353.586,12	21.300,60	24.678.907,63D
6.01.04.01	600.245	Obra Civil	5.309.486,25D	2.369.412,91	0,00	7.678.899,16D
6.01.04.04	600.260	Água e Esgoto	2.756.035,98D	300.793,61	0,00	3.056.829,59D
6.01.04.05	600.265	Telefonia	352.521,94D	47.622,06	0,00	400.144,00D
6.01.04.06	600.270	Internet	259.903,79D	0,00	0,00	259.903,79D
6.01.04.08	600.280	Propaganda e Publicidade	4.472.510,03D	691.632,39	0,00	5.164.142,42D
6.01.04.09	600.285	Assinaturas (Revistas, Jornais,)	5.189,17D	1.532,67	0,00	6.721,84D
6.01.04.10	600.290	Despesas de Viagens e Estadias	506.627,06D	54.292,40	21.300,60	539.618,86D
6.01.04.12	600.300	Despesas e Multas Indedutíveis	202.149,32D	0,00	0,00	202.149,32D
6.01.04.13	600.305	Responsabilidade Social	107.526,81D	0,00	0,00	107.526,81D
6.01.04.14	600.310	Locação de Bens Móveis	201.264,03D	20.212,22	0,00	221.476,25D
6.01.04.15	600.435	Rastreamento de Veículos	0,00	687,48	0,00	687,48D
6.01.04.99	600.440	OUTRAS	6.173.407,73D	867.400,38	0,00	7.040.808,11D
6.01.04.99.01	600.315	Manutenção de Veículos	103.841,74D	4.813,61	0,00	108.655,35D
6.01.04.99.02	600.316	Locação de Veículos	244.393,02D	35.360,33	0,00	279.753,35D
6.01.04.99.03	600.317	Eventos (promoção e participação)	301.228,97D	1.639,35	0,00	302.868,32D
6.01.04.99.05	600.319	Projetos Básicos	4.848.274,75D	576.482,07	0,00	5.424.756,82D
6.01.04.99.06	600.321	Despesas Postais e Encomendas	16.292,30D	1.838,43	0,00	18.130,73D
6.01.04.99.07	600.322	Serviços Gráficos	2.829,00D	0,00	0,00	2.829,00D
6.01.04.99.08	600.323	Demolição de Edificações	656.547,95D	247.266,59	0,00	903.814,54D
6.01.06	600.320	DESPESAS PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	26.512.932,11D	2.028.612,55	0,00	28.541.544,66D
6.01.06.01	600.325	Despesas para Crédito de Liquidação Duvidosa	26.512.932,11D	2.028.612,55	0,00	28.541.544,66D
6.01.07	600.335	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	35.019.425,53D	425.983,88	348.242,00	35.097.167,41D
6.01.07.01	600.340	Provisões	26.295.191,54D	10.813,46	0,00	26.306.005,00D
6.01.07.02	600.345	Ajustes de Estoques	756,09C	0,00	2.083,79	2.839,88C
6.01.07.07	600.370	Despesas Tributárias	2.539.902,89D	40.489,41	0,00	2.580.392,30D
6.01.07.10	600.386	PLANO EMERGENCIAL COVID-19	5.712.004,40D	9.914,40	0,00	5.721.918,80D
6.01.07.10.01	600.387	Materiais Plano Emergencial COVID-19	22.064,88D	540,00	0,00	22.604,88D
6.01.07.10.02	600.388	Serviços Plano Emergencial COVID-19	5.292.946,63D	9.374,40	0,00	5.302.321,03D
6.01.07.10.03	600.389	Repasse OGMO Port46/20-MINFRA	396.992,89D	0,00	0,00	396.992,89D
6.01.07.11	600.450	AÇÕES JUDICIAIS	473.082,79D	364.766,61	346.158,21	491.691,19D
6.01.07.11.01	600.455	Custas Judiciais	473.082,79D	7.234,24	346.158,21	134.158,82D
6.01.07.11.03	600.465	Ações Cíveis	0,00	348.243,32	0,00	348.243,32D
6.01.07.11.05	600.471	Seguro Garantia	0,00	9.289,05	0,00	9.289,05D
6.03	600.395	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	34.383.668,95D	3.045.367,85	40.888,57	37.388.148,23D
6.03.01	600.400	DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	34.383.668,95D	3.045.367,85	40.888,57	37.388.148,23D
6.03.01.01	600.405	Despesas com Depreciação	32.693.784,11D	3.016.381,90	40.888,57	35.669.277,44D
6.03.01.02	600.410	Despesas com Amortização	1.689.884,84D	28.985,95	0,00	1.718.870,79D

Balancete Mensal

Período: 12/2021

Página: 9

Livro: 1

0001 ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ:79.621.439/0001-91

Consolidado

Classificação	Conta	Nome	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
8	800.000	RESULTADOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	12.199.735,25C	623.484,37	2.524.304,85	14.100.555,73C
8.01	800.005	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	12.199.735,25C	623.484,37	2.524.304,85	14.100.555,73C
8.01.01	800.010	RECEITAS FINANCEIRAS	12.234.572,61C	152,42	2.524.152,72	14.758.572,91C
8.01.01.01	800.015	JUROS ATIVOS	100.891,44C	0,00	11.423,62	112.315,06C
8.01.01.08	800.046	Rendimento de Aplicação Financeira	12.133.526,52C	0,00	2.512.728,94	14.646.255,46C
8.01.01.99	800.050	Outras Receitas Financeiras	154,65C	152,42	0,16	2,39C
8.01.02	800.055	DESPESAS FINANCEIRAS	34.837,36D	623.331,95	152,13	658.017,18D
8.01.02.01	800.060	JUROS PASSIVOS	304,26D	619.464,29	152,13	619.616,42D
8.01.02.99	800.095	Outras Despesas Financeiras	34.533,10D	3.867,66	0,00	38.400,76D
9	900.000	RESULTADO	13.505.495,48D	1.390.143,49	8.263.823,12	6.631.815,85D
9.02	900.010	RESULTADO NÃO OPERACIONAL	568.900,53D	1.390.143,49	2.218.623,91	259.579,89C
9.02.01	900.015	OUTRAS RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	568.900,53D	1.390.143,49	2.218.623,91	259.579,89C
9.02.01.01	900.020	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	0,00	0,00	948.597,45	948.597,45C
9.02.01.01.01	900.025	Receitas Não Operacionais	0,00	0,00	948.597,45	948.597,45C
9.02.01.02	900.035	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	568.900,53D	1.390.143,49	1.270.026,46	689.017,56D
9.02.01.02.01	900.040	Despesas Não Operacionais	0,00	1.272.770,39	1.270.026,46	2.743,93D
9.02.01.02.02	900.045	Outras Despesas Não Operacionais	568.900,53D	117.373,10	0,00	686.273,63D
9.03	900.050	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOC	12.936.594,95D	0,00	6.045.199,21	6.891.395,74D
9.03.01	900.055	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.439.191,81D	0,00	1.598.213,97	1.840.977,84D
9.03.01.01	900.060	CSSL - Exercício Corrente	3.439.191,81D	0,00	1.598.213,97	1.840.977,84D
9.03.02	900.070	IMPOSTO DE RENDA	9.497.403,14D	0,00	4.446.985,24	5.050.417,90D
9.03.02.01	900.075	IRPJ - Exercício Corrente	9.497.403,14D	0,00	4.446.985,24	5.050.417,90D

17. Declaração de Bens (XVI - Declaração Expressa da Unidade de)

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Gerencia de Gestão de Pessoas

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 13 DA LEI FEDERAL Nº 8.429/92

Declaro, para os devidos fins, que o Gestor das Contas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina no **exercício de 2021**, Sr. **Luiz Fernando Garcia da Silva**, está em dia com a obrigação de apresentação da declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado de que trata o artigo 13 da Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992, e Lei Estadual nº 13.047, de 16 de janeiro de 2001, estando devidamente arquivadas nesta Unidade de Pessoal.

Paranaguá, 11 de abril de 2022.

MELISSA DE PAULA

Gerente de Gestão de Pessoas

18. Termo de Distribuição



TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº2749/2022

Processo Nº: 287922/22

Data e hora da distribuição: 28/04/2022 18:19:04

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Entidade: ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Interessado: LUIZ FERNANDO GARCIA DA SILVA

Exercício: 2021

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro NESTOR BAPTISTA

Impedimentos: